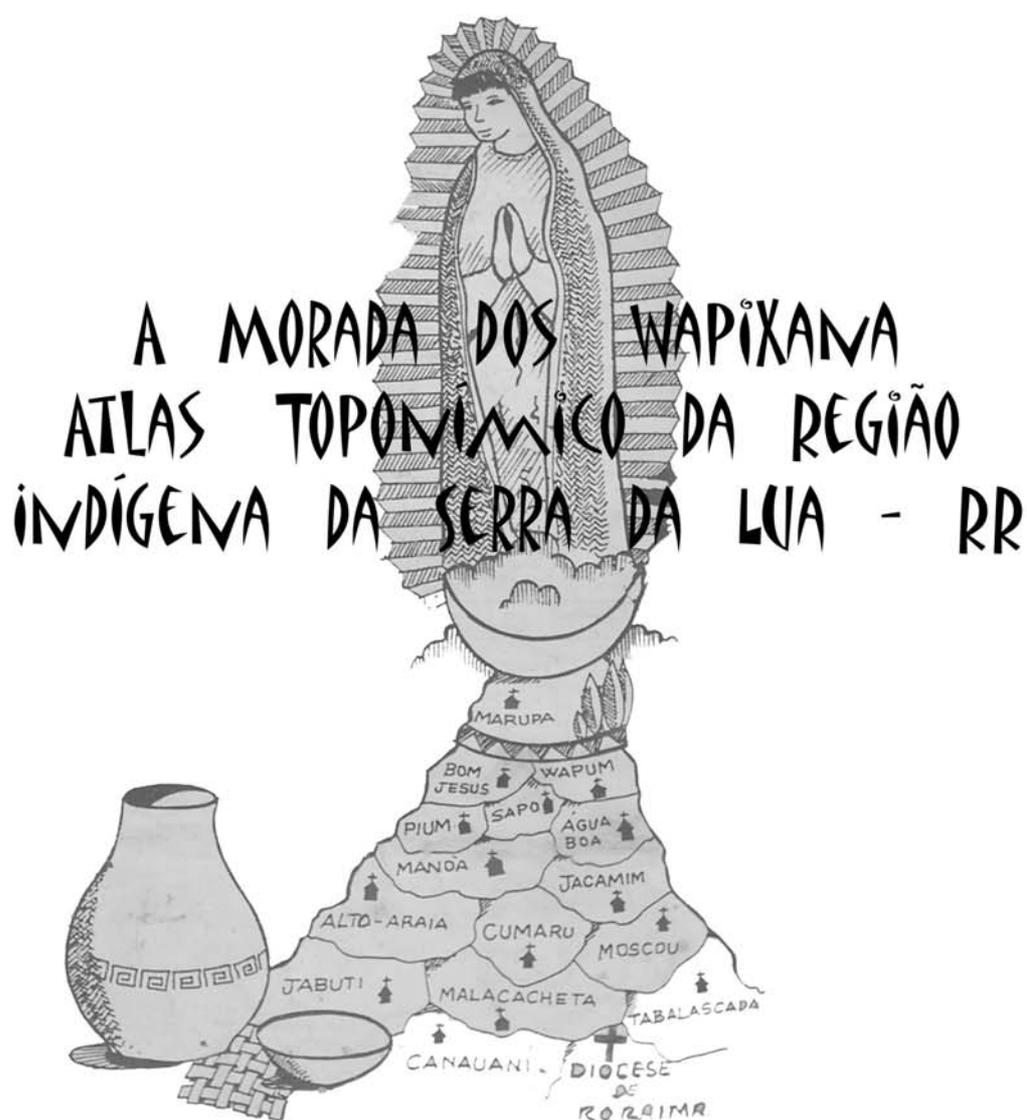


Universidade de São Paulo

João Paulo Jeannine Andrade Carneiro



São Paulo  
Primavera de 2007

João Paulo Jeannine Andrade Carneiro

A Morada dos Wapixana  
Atlas Toponímico da Região Indígena da Serra da Lua – RR

Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a Obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Semiótica e Lingüística Geral  
Orientadora: Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

**São Paulo**  
**2007**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

João Paulo Jeannine Andrade Carneiro  
A morada dos Wapixana  
Atlas Toponímico da região  
indígena da Serra da Lua - RR

Dissertação apresentada ao Departamento de  
Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo  
para a Obtenção do título de Mestre em Linguística.  
Área de Concentração: Semiótica e Linguística Geral

Aprovado em: 08/02/2008

### Banca Examinadora

#### Titulares

Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick  
Instituição: USP

Prof. Dr. Marcello Martinelli  
Instituição: USP

Profa. Dra. Maria Odileiz Sousa Cruz  
Instituição: UFRR

#### Suplentes

Prof. Dr. Waldemar Ferreira Neto  
Instituição: USP

Prof. Dr. Adler Guilherme Viadana  
Instituição: UNESP

Prof. Dr. Mário De Biasi  
Instituição: USP

Aos Wapixana, em especial, e aos Makuxi, Ingarikó, Taurepang, Patamona, Aturairu, Wai Wai, todos povos guianenses, que tiveram seus territórios dilacerados pelos conquistadores.

Para minha vó amada, Raimundinha Carneiro, minha raiz indígena no sertão do Ceará.

À memória inesquecível de minha vó Lina Jeannine, minha herança italiana nos campos de São Paulo.

Com amor

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não existiria, não fosse a motivação constante e sábia da Professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. Seu amor e dedicação pela onomástica e por seus pupilos entusiasmaram-me mais ainda, para que pudesse chegar aos rincões deste país, afim de coletar *in loco* a chamada Toponímia Brasília.

À FUNAI, por permitir-me entrar nas Terras Indígenas pesquisadas.

Ao Conselho Indígena de Roraima por possibilitar e viabilizar o contato com os líderes da Região Indígena da Serra da Lua. Agradeço em particular ao Sr. Jaci, Herundino, Noberto, Sabá, Jucinete e Juci.

Ao Coordenador Geral da Região Indígena da Serra da Lua, o makuxana Simião Messias, sua esposa, a primeira tuxaua da região, Maria Inês e toda sua família pelo acolhimento sincero e afetivo.

Aos professores da Universidade Federal de Roraima, em especial, os admiráveis cearenses, Tolrino Veras, companheiro de todas as horas e Maria Odileiz, que desde o início colaborou com esta pesquisa, fornecendo contatos profícuos e auxiliando-me com maestria na revisão do material pesquisado.

Aos amigos, Letícia Palazzi Perez e Rogério Rigatto pela paciência no ensino das técnicas de geoprocessamento. Sem eles não existiria o presente Atlas. Agradeço também a Márcia Gonçalves por colaborar nos processos de cópia das fotos e anexos desta pesquisa e a Jair Pereira pela colaboração noturna na impressão deste trabalho.

Ao querido Francisco Damião e Milena Neme, amigos que colaboraram muito na digitação e/ou leitura das citações deste trabalho.

Ao CNPq por ter financiado parte desta pesquisa.

Aos professores Marcello Martinelli e Waldemar Ferreira Neto por suas sugestões e críticas construtivas durante a qualificação. Ao professor Marcello Martinelli, agradeço ainda, o acompanhamento das linguagens cartográficas utilizadas neste Atlas.

À minha grandiosa família, pai, mãe, irmãos, cunhadas, tios e tias, primos e primas, sobrinhas maravilhosas, a eles agradeço pelo suporte emocional e moral que me proporcionaram amar, com mais afinco, as coisas do Brasil. Agradeço, também, a minha família rio clarense, Vasques, Rodeguers e Caeges, pela força e pelo afeto.

Aos amigos, Luiz Guedes, irmão para todos os momentos; ao Jorge pelas colaborações na tradução do resumo. Ao estimado Alfredo Telles de Carvalho, meu referencial geográfico. Difícil, aqui, seria agradecer a todos os Wapixana que dividiram comigo as suas vidas, para que este trabalho existisse. Certamente se os enumerasse não caberia nessas linhas. Portanto, na figura do mestre da língua e da cultura Wapixana, Casimiro Cadete, agradeço a todos, pelos momentos maravilhosos nos belos campos das malocas.

*Kaimen!*

**"Tuminikare perguntou: Endireitastes o mundo? Pusestes nomes nas serras, nos rios, nas lagoas, nos matos, nos capões, nos campos? Responderam a pergunta de Tuminikare: pusemos nome em tudo. Tuminikare disse: Estais mentindo. Não fizestes nada".** *Lenda Wapixana. Wirth (1950, p. 166)*

## RESUMO

CARNEIRO, J. Jeannine. **A morada dos Wapixana – Atlas Toponímico da região indígena da Serra da Lua (RR). 2007.** 189 fls. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

A morada dos Wapixana (Arawak) são os campos do nordeste do estado de Roraima. Em sua porção sudeste encontramos a região indígena da Serra da Lua, composta por 17 malocas indígenas com 5.000 Wapixana. Desenvolvemos esta pesquisa por meio da análise toponímica (Dick, 1980, 1999) e etnolingüística (Potier, 1970) das malocas e das paisagens vegetais da região. Objetivamos, desta forma, detalhar a realidade toponímica em suas características denominativas, no conjunto de mapas taxionômicos, dialetológicos, além de um fitogeográfico com os termos em Wapixana. Com isso, procuramos obter a cosmovisão do grupo denominador. Para tanto, dividimos este trabalho em três partes: os fundamentos teóricos; aspectos histórico-geográficos e etnolingüísticos dos campos do Rio Branco; e por último a análise das motivações toponímicas. O resultado das análises demonstrou que os campos ora citados, são frutos da geografia mítica Wapixana, bem como as taxionomias toponímicas preponderantes são os zootopônimos e fitotopônimos. Identificamos três camadas dialetológicas na região: a mais antiga de origem Wapixana; a segunda, também de origem ameríndia, porém exógena à área de pesquisa, são os nomes de origem Tupi, provindos da Língua Geral Amazônica; e finalmente a portuguesa.

Palavras chave: Toponímia, etnolingüística, língua indígena, Wapixana, fitogeografia.

## ABSTRACT

CARNEIRO, J. Jeannine. **The homeland of the Wapixana - Toponymic Atlas of Serra da Lua indigenous region (state of Roraima, Brazil) 2007.** 189 fls. Dissertation (Masters' degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

The homeland of the Wapixana (Arawak) are the fields at the northeast region of the state of Roraima. In its southwest portion we find the indigenous region of Serra da Lua, composed by 17 indigenous hamlets, inhabited by 5000 Wapixana. This research was developed through the toponymic (Dick, 1980, 1999) and etnolinguistical (Potier, 1970) of the hamlets and the regional vegetation landscapes. It's goal is to detail the toponymic reality in its denominational characteristics in the collection of taxonomical and dialetological maps, as through a phytogeographic map with terms in Wapixana language. This way, the objective is to obtain the cosmovision of the denominating group. This paper was made in three parts: the theoretical fundaments; the historical-geographical and etno-linguistic aspects of the fields of Rio Branco and the analysis of the toponymic motivation. The result of these analyses demonstrates that the mentioned fields are fruit of the Wapixana mythical geography and that the preponderant toponymic taxonomy corresponds to the zootoponyms and phytotoponyms. Three dialetological layers were identified at the region: the oldest, of Wapixana origin; the second, also of Amerindian origin, but exogenous from the research area, with nouns of Tupi roots, previous of the Amazonian General Language and, at the end, the Portuguese.

Keywords: Toponymics, etnolinguistics, Indian language, Wapixana, phytogeography

## Lista de Abreviaturas

a.p.	antes do presente
ATB	Atlas Toponímico do Brasil
cach.	cachoeira
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Dsei	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
Funai	Fundação Nacional do Índio
Gr.	Greenwich
ha	hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ig.	igarapé
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
km	quilometro
LGA	Língua Geral Amazônica
m	metro
r.	rio
RISel	Região Indígena da Serra da Lua
segs	seguintes
TI	Terra Indígena
TIs	Terras Indígenas
VLB	Vocabulário da Língua Brasileira

## **Lista de Mapas**

Mapa 1 - Municípios de Roraima. Localização geográfica da área de estudo.....	18
Mapa 2 - Terras Indígenas da Região Indígena da Serra da Lua.....	47
Mapa 3 - Território Wapixana.....	62
Mapa 4 - Malocas Indígenas da Região Indígena da Serra da Lua.....	84
Mapa 5 - Mapa fitogeográfico da Região Indígena da Serra da Lua na língua Wapixana.....	99
Mapa 6 - Mapa Dialetológico-Toponímico das malocas da Região Indígena da Serra da Lua.....	162
Mapa 7 - Mapa Taxionômico-Toponímico das malocas da Região Indígena da Serra da Lua.....	163

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Ficha Lexicográfico-Toponímica. Subárea: Toponímia Geral e do Brasil.....	51
Quadro 2 – Modelo de Ficha Lexicográfico-Toponímica de maloca Indígena.....	52
Quadro 3 – Ficha Lexicográfico-Toponímica da maloca de Canauani.....	53
Quadro 4 – Ficha Lexicográfico-Toponímica da maloca de Alto Arraia.....	55
Quadro 5 – Os campos Wapixana.....	93
Quadro 6 – Vegetação de transição entre o campo e a mata.....	95
Quadro 7 – Proporção das Taxionomias Toponímicas das malocas da RISEL.....	164

## Lista de Fotografias\*

Foto 1. Laterita no solo do campo.....	74
Foto 2. Vereda.....	76
Foto 3. Construção de uma casa Wapixana.....	76
Foto 4. Casa de injá.....	77
Foto 5. Casa de alvenaria.....	77
Foto 6. Milharal.....	81
Foto 7. Roça com abóbora (jerimum).....	81
Foto 8. Roça com arroz.....	82
Foto 9. Periqueteira.....	82
Foto 10. Roça de mandioca.....	82
Foto 11. Roça com feijão.....	82
Foto 12. A colheita da mandioca.....	82
Foto 13. Ilha de mata.....	96
Foto 14. Centro de Manoá.....	100
Foto 15. Casa de madeira.....	108
Foto 16. Dona Isaura e sua família descascando mandioca para produzir farinha.....	110
Foto 17. Centro de Alto Arraia.....	116
Foto 18. Wapixana no alto da serra sem nome.....	118
Foto 19. Escola João Felipe Wapixana.....	122
Foto 20. Centro de Malacacheta.....	126
Foto 21. Escola Estadual Sizenando Diniz.....	131
Foto 22. Família Wapixana.....	132
Foto 23. Igarapé Canauani.....	136
Foto 24. Muriru no igarapé.....	145
Foto 25. Wapixana na BR 432.....	146
Foto 26. Serra do Marupá.....	157

---

\* Todas as fotografias foram feitas pelo autor nos anos de 2005 e 2006

## SUMÁRIO

Lista de abreviaturas.....I	
Lista de mapas.....II	
Lista de quadros.....III	
Lista de fotografias.....IV	
Introdução.....	15
Capítulo 1 Fundamentação Teórica.....	23
1.1 A Interdisciplinaridade dos Estudos Toponímicos.....	24
1.2 A Toponímia como Disciplina da Ciência Onomástica.....	30
1.2.1 O Texto Onomástico-Toponímico.....	31
1.3 As Taxionomias Toponímicas e o Conceito de Paisagem.....	34
1.4 Metodologia do Atlas Toponímico.....	41
1.4.1 Trabalho de Campo.....	44
1.4.1.1 Metodologia de Campo.....	48
1.4.1.2 Ficha Lexicográfico-Toponímica.....	51
1.4.1.3 Estabelecimento do <i>Corpus</i> .....	57
Capítulo 2: Relação Histórico-Geográfica e Etnolingüística dos Campos do Rio Branco.....	58
2.1 Dos Territórios Indígenas às Terras Indígenas.....	59
2.2 A Língua Wapixana.....	68
2.3 A Dispersão dos Maipure.....	70
2.4 Entre campos, serras e malocas.....	72
Capítulo 3 A Morada dos Wapixana.....	83
3.1 A Região Indígena da Serra da Lua.....	85
3.2 <i>Baaraznau Wapichan</i> ‘Os campos dos Wapixana’.....	91
3.3 A Motivação Toponímica e as malocas da Serra da Lua.....	100
3.3.1 Terra Indígena de Manoá/Pium	
3.3.1.1 Manoá ou Manauá - o Balé do Nome.....	100
3.3.1.2 Cumarú - "a mais rija madeira que se conhece".....	109
3.3.1.3 São João - o santo das fogueiras.....	112

3.3.1.4 Alto Arraia - o genérico <i>kumaká</i> .....	114
3.3.1.5 Pium - o mosquito que pica doido.....	117
3.3.1.6 Sapo - o cururu de pedra.....	120
3.3.2 Terra Indígena de Bom Jesus	
3.3.2.1 Bom Jesus - o filho de Deus.....	123
3.3.3 Terra Indígena de Malacacheta	
3.3.3.1 Malacacheta - a borra de dinheiro.....	126
3.3.4 Terra Indígena de Canauani	
3.3.4.1 Canauani - o igarapé dos Arawak.....	132
3.3.5 Terra Indígena de Jabuti	
3.3.5.1 Jabuti - água não tem olho.....	137
3.3.6 Terra Indígena de Moskow	
3.3.6.1 Moscou - o socialismo indígena.....	141
3.3.7 Terra Indígena de Muriru	
3.3.7.1 Muriru - a fazenda Itamarati.....	143
3.3.8 Terra Indígena de Tabalascada	
3.3.8.1 Tabalascada - os índios lascados.....	146
3.3.9 Terra Indígena de Jacamim	
3.3.9.1 Jacamim - o pássaro das cinzas.....	155
3.3.9.2 Marupá - a árvore da cura.....	158
3.3.9.3 Wapum - o morcego comedor de gente.....	159
3.3.9.4 Água Boa - a fazenda.....	161
Considerações Finais.....	165
Referências Bibliográficas.....	168
Lista de Palavras.....	179
Anexos.....	184

## INTRODUÇÃO

Atlas, segundo a mitologia grega é um gigante, filho de Poseidon e Clito que pertence à primeira geração dos deuses da mitologia grega. O seu castigo, por ter participado na luta dos gigantes contra Zeus, foi carregar a abóbada celeste sobre os ombros.

Ao atravessar o Atlântico<sup>1</sup> e desembarcar nas Américas, este mito defronta-se com os ameríndios. Neste amplo grupo, o jacaré, o sáurio amazônico, do gênero *Crocodylus scleropus*, é quem sustenta o mundo, portanto o Atlas dos nossos "selvagens". Quando o jacaré se cansa e muda de posição, a terra treme. Daí o nome que lhe puseram - *tyrytyry manha* - a mãe do terremoto<sup>2</sup>.

A conquista do novo mundo, que teve como resultado este e outros sincretismos, tinha como objetivo a expansão do mercantilismo europeu, que acarretou num grande impulso à cartografia. Assim constata o professor Marcello Martinelli (2003, p. 9) em que esses “interesses mercantilistas engendraram enorme revolução espacial. As novas rotas marítimas acabaram por motivar uma articulação entre as várias partes do mundo.” É neste contexto que temos a formação do primeiro Atlas Cartográfico de Mercator<sup>3</sup>.

Neste sentido, Atlas passa do substantivo próprio para o comum, denominando fundamentalmente, uma coleção de cartas geográficas. O Geógrafo Mercator publica sua obra em 1565, na capa desta existia um frontispício onde se destacava a figura do herói mitológico Atlas. No entanto, somente após a sua morte, em 1606, que seria publicado sua obra com o nome *Atlas*

---

<sup>1</sup> O Oceano de Atlas.

<sup>2</sup> ORICO (1937. p. 130).

<sup>3</sup> MERCATOR, Gerhard (1512-1594). *Nova et Aucta Orbis Terrae Descriptio ad Usum Navigantium Emendate* (Nova e aumentada descrição da Terra, corrigida para uso da navegação). Duisburgo, 1569.

*de Mercator-Hondius*<sup>4</sup> (anexo A).

Outro significativo avanço na cartografia foi dado “no século XVIII, com a instituição de academias científicas, marcando assim o início da ciência cartográfica moderna. Grandes inovações foram propostas pelo astrônomo francês César François Cassini de Thury (1714-1784), que elaborou a primeira série sistemática de mapas topográficos para a França” (Martinelli, 2003, p.9).

É na França também que se desenvolve em meados da segunda metade do século XIX a primeira série sistemática de mapas lingüísticos, com o intuito de espacializar os diferentes dialetos falados. Este conjunto de mapas foi denominado de Atlas Lingüísticos.

No início do século XX, J. Guillieron publica o primeiro fascículo do Atlas Lingüístico da França. O método desta obra serviu de modelo a vários Atlas publicados ulteriormente. O mais importante desses Atlas foi realizado por Albert Dauzat (1922) através do Atlas Lingüístico da França. É sobre o trabalho pioneiro de Guillieron que Dauzat irá aperfeiçoar os métodos do antigo Atlas francês e consolidar, desta forma, o que veio a se definir como Geografia Lingüística<sup>5</sup>, procedimento muito utilizado nas pesquisas toponímicas de maior vulto; principalmente porque permite “reconstituir a história das palavras, das flexões, dos agrupamentos sintáticos a partir da repartição das formas e dos tipos atuais”<sup>6</sup>; assim como, possibilita controlar as criações, transformações e deslocamentos dos topônimos em pontos demarcados, e de acordo também com as condições do meio histórico e geográfico, no qual o homem é participante, e da própria psicologia popular ou social.

---

<sup>4</sup> Em 1604, após a morte de Rumold Mercator, filho de Gerhard Mercator, Jodocus Hondius adquiriu as chapas do famoso atlas, iniciando, a partir daí, sob sua direção e, posteriormente, do filho Henricus e do genro Jan Jansson, a edição do *Atlas Mercator-Hondius*, que teve reedições e traduções sucessivas até 1641.

<sup>5</sup> Segundo POP (1950, p. XXXIX), o fundador do termo Geografia Lingüística foi J. Guillieron em sua obra *patois de la commune de Vionnaz*, em 1880. J. Guillieron, foi responsável também pelo primeiro Atlas Lingüístico da França.

<sup>6</sup> DAUZAT (1922, p.7).

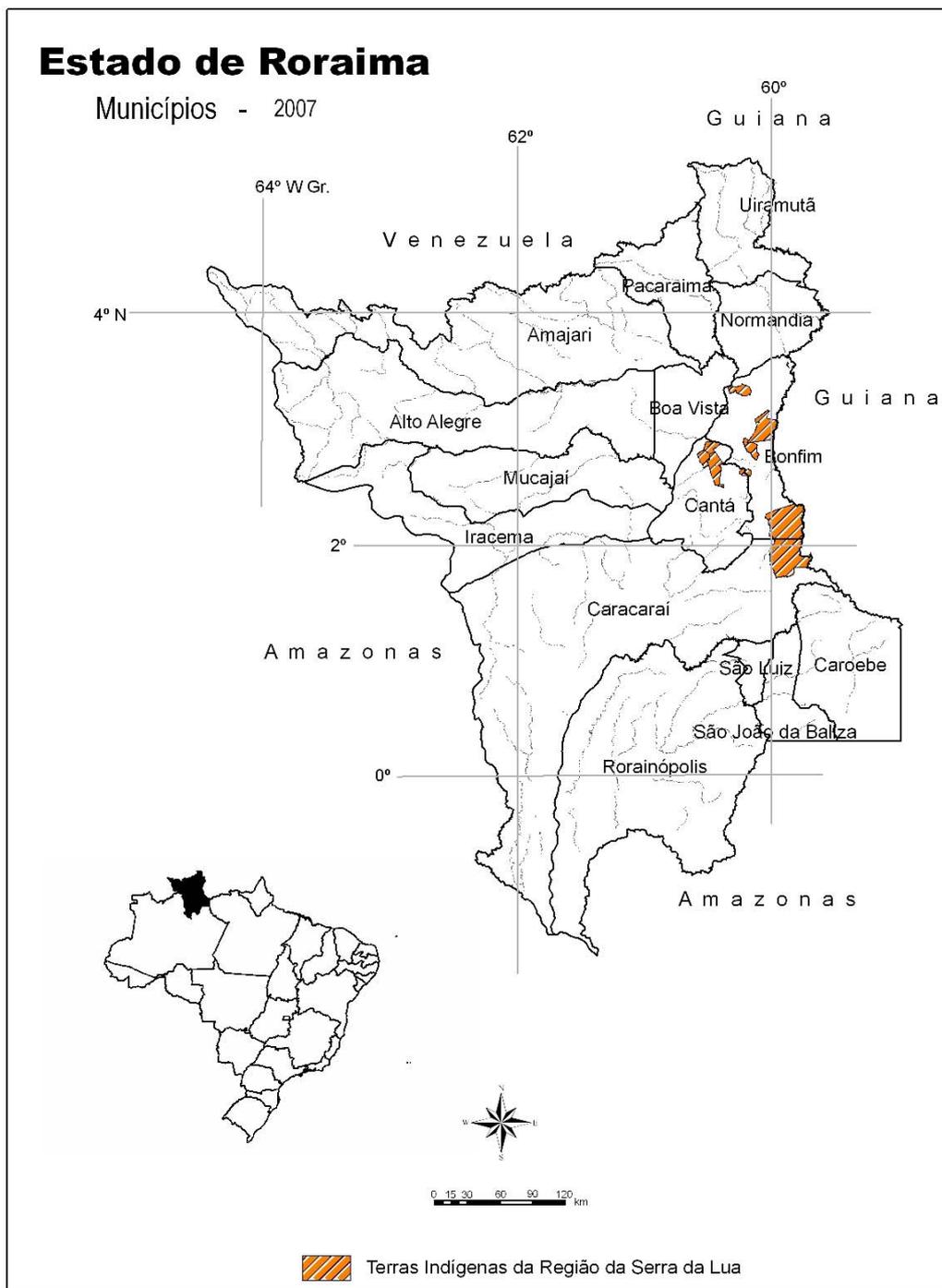
No Brasil temos o exemplo do Projeto ALiB – Atlas Lingüístico do Brasil (2001), que registram a realidade dos falares da Bahia, Paraíba, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Os Atlas Toponímicos nascem à luz dos princípios que comandam a organização dos Atlas Lingüísticos ou Lingüístico-Etnográficos, voltados para as ocorrências fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas e etnográficas da língua falada em um determinado território (DICK, 1996, p. 28).

Vários Atlas Toponímicos já foram coordenados por Dick, conforme os Diretórios de Pesquisa do CNPq (a partir de 1994), entre eles estão o Atlas Toponímico do Brasil; Atlas Toponímicos dos Estados de São Paulo, de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Alagoas, além do Atlas Toponímico de origem indígena do Estado de Tocantins. Diferentemente do conjunto desses registros face às particularidades, o presente trabalho é singular, pois utiliza como recorte espacial, não uma unidade da federação, mas uma Região Indígena, criada pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e administrada pelos próprios indígenas.

O Atlas Toponímico da Região Indígena da Serra da Lua insere-se na linha do Atlas Toponímico do Brasil (ATB), sendo, portanto, um recorte etnográfico do projeto do Atlas Toponímico do Estado de Roraima.

A Região Indígena da Serra da Lua (RISeL) está contida administrativamente nos municípios de Bonfim, Cantá e Caracará (mapa 1) no centro leste de Roraima. O principal grupo indígena da RISeL são os Wapixana, em torno de 5000 indivíduos, distribuídos em 9



Fonte: Inpe

Mapa 1 - Localização da área de estudo

Mapa 1 - Municípios de Roraima. Localização geográfica da área de estudo

Terras Indígenas (TIs), contendo 17 malocas<sup>7</sup>. Desta feita, os 17 topônimos que designam essas malocas formam uma parte do *corpus* desta pesquisa e serão analisados conforme os parâmetros teórico-metodológicos estabelecidos por Dick (1980, 1996, 1999).

O escopo basal na organização de um Atlas Toponímico é o reconhecimento das diversas interligações entre as tipologias dos topônimos (DICK, 1996), estratégia esta que desvenda o texto onomástico. Portanto, objetivamos através do detalhamento da realidade toponímica, no caso da RISEL, buscar as características denominativas dos topônimos, no conjunto de cartas individualmente elaboradas, e agrupadas principalmente por critérios taxionômicos e dialetológicos. Destarte, procuramos obter a cosmovisão do grupo denominador, os Wapixana, nos enunciados toponímicos, por meio da aplicação e análise das Fichas Lexicográfico-Toponímicas.

Buscamos compreender também, por meio da abordagem etnolingüística de Potier (1970) as taxionomias das paisagens vegetais da RISEL, em especial as campestres, uma vez que, os Wapixana, sempre foram associados, na literatura antropológica, como os povos dos campos. Não obstante, esses campos, sempre careceram de designativos mais específicos, argumento esse que justificamos com os trabalhos de Ab' Saber (1976) e de Hueck (1972). O primeiro caracterizou a região como **área de transição** entre os Domínios da Floresta Amazônica e as savanas do Planalto das Guianas; o segundo, simplesmente utilizou a expressão "estepes gramíneas **sem maior classificação**"<sup>8</sup>. Portanto o levantamento desses fitônimos indígenas, trará à luz, não só designações endógenas, como podem também elucidar a dinâmica paisagística da região. Esses fitônimos coletados em campo compõem também, o *corpus* de análise desta dissertação.

---

<sup>7</sup> Utilizaremos o termo maloca para nos referirmos à aldeia indígena, por ser a expressão corrente entre os índios de Roraima (Cf. 2.3 Entre campos, serras e malocas).

<sup>8</sup> Encontramos ainda os trabalhos de PEREIRA (1942); LIMA (1948); TAKEUCHI (1960) e SILVA (1997) que trazem uma grande variação de termos para designar os campos do nordeste de Roraima. Já CONTI e FURLAN (2003) qualificam a região como pertencente ao Domínio do Cerrado.

Contudo, salientamos que esta pesquisa destaca-se não só pelo ponto de vista de seu interesse científico para a onomástica, pelas contribuições proporcionadas ao estudo dos nomes, mas também pelo interesse específico para a língua Wapixana. Para tanto, o retorno social dessa dissertação para a comunidade pesquisada se constituirá no desenvolvimento de um material didático-pedagógico ilustrado com os mapas desenvolvidos por nós, assim como um texto descrevendo os aspectos histórico-geográficos e etnolingüístico da região, que servirá para o ensino nas escolas indígenas<sup>9</sup>. Este último item corrobora com um dos papéis da instituição acadêmica que deve estar voltado para as demandas sociais e culturais das comunidades.

A estrutura da dissertação é composta por três capítulos, que serão descritos a seguir, além de um glossário, mais os anexos.

O primeiro capítulo, Fundamentação Teórica, procura demonstrar através da análise bibliográfica, alguns temas toponímicos, entre as diversas ciências que lhe dão suporte teórico, demonstrando a interdisciplinaridade do presente estudo. Iniciamos o capítulo com um breve relato, dos cultores da toponímia<sup>10</sup>, desde o século XIX até a década de 90 do século XX. Na seqüência, descrevemos a Toponímia como disciplina da ciência Onomástica, compreendendo o conceito de nome próprio, o objeto de estudo da toponímia, bem como o campo conceitual da disciplina, do texto toponímico e sua aplicabilidade para o nosso trabalho. Em outra parte desse capítulo apresentamos a metodologia do Atlas Toponímico com base nos trabalhos de Dick (1996, 1999), uma discussão sobre o desenvolvimento do trabalho de campo, sua metodologia específica e a construção da Ficha Lexicográfico-Toponímica, e o estabelecimento do *corpus* desta pesquisa.

---

<sup>9</sup> Este objetivo específico foi um requisito dos próprios indígenas da RISEL, para que esta pesquisa fosse desenvolvida na área, pois, o material didático que se utiliza nas malocas é o mesmo dos grandes centros urbanos de nosso país, o que distancia, ainda mais, os indígenas de sua própria cultura.

<sup>10</sup> Expressão utilizada por CARDOSO (1961).

Como a região estudada situa-se no alto da bacia hidrográfica do rio Branco, desenvolvemos para o segundo capítulo uma abordagem histórico-geográfica e etnolingüística desta área. Na medida em que optamos pela hipótese de Sapir (1911, p. 2) de que "o léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes", torna-se fundamental esta caracterização da área em estudo; Dick (1999, p. 134) refere-se a esses aspectos extra-lingüísticos, como "verdadeiros índices que poderão se verbalizar em formas denominativas." Além desta, empreendemos uma análise conceitual dos territórios às terras indígenas, pois, como observamos em campo, todos os hábitos culturais dos Wapixana estão condicionados a esta nova forma de se relacionar com o território.

O terceiro e último capítulo trata da análise dos fitônimos e topônimos classificados, em função das abordagens propostas, optamos por dividir o capítulo em duas partes. A primeira, relativa à análise etnolingüística dos fitônimos levantados, nos proporcionou compreender as paisagens campestres da região, como paisagens culturais, fruto dos antigos hábitos nômades dos Wapixana e alguns, ainda atuais que constam do léxico do grupo. Segundo Strauss (1996) a linguagem faz parte da cultura, constituiu um de seus elementos entre outros. Para ele, a cultura é um conjunto complexo que compreende as ferramentas, as instituições, as crenças, os costumes e também a língua. Portanto, podemos tratar a linguagem como condição da cultura, pois é através desta que o indivíduo adquire a cultura de seu grupo. Neste caminho, compreendemos esses campos wapixana, '*baaraznau wapichan*', como sua morada, desde o nascimento até a morte.

A parte final deste capítulo é dedicada à análise histórico-geográfica, semântica e dialetológica dos topônimos das malocas da RISEL. Compreendemos, deste modo, o signo toponímico, como motivado, principalmente, pelas características físicas e sociais do lugar, além dos sentimentos do denominador. A aplicação da Ficha Lexicográfico-Toponímica nos permitiu identificar a origem lingüística dos topônimos, bem como, as taxionomias toponímicas (de

natureza física e antro-po-cultural). Destarte, tecemos a cosmovisão dos Wapixana, fortemente relacionada com o universo faunístico e florístico. Tema este que retomamos na conclusão de nossa pesquisa, bem como, outros que compõem a visão de mundo Wapixana.

Todos os mapas que constam no corpo deste trabalho foram desenvolvidos por nós, através do programa de geoprocessamento ArcGis9. Para sua elaboração foi fundamental a pesquisa de campo, onde coletamos a maior parte dos topônimos representados, bem como todos os topônimos de origem Arawak > Wapixana. Algumas malocas da RISEL, foram representadas graficamente pela primeira vez em sua história, fato este que possibilitará aos próprios indígenas, reconhecerem, com mais certeza e propriedade a abrangência da região da qual fazem parte, a Serra da Lua.

Por fim, organizamos uma lista de palavras, ao final do trabalho, com todos os termos Wapixana empregados nesta pesquisa e mais alguns não utilizados, todos coletados em trabalho de campo (muitos deles dicionarizados pela primeira vez). O mesmo está organizado em ordem alfabética, sendo Português-Wapixana e Wapixana-Português.

## **CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA**

## 1.1 A INTERDISCIPLINARIDADE DOS ESTUDOS TOPONÍMICOS

Para Levy Cardoso (1961,p. 309), o primeiro trabalho digno de ser apontado sobre Toponímia é o **Étude sur la signification des noms de lieu en France**, de Houzé data de 1864. O autor aponta, também, entre os percussores, o trabalho de Quicherat, **De la formation française des anciens noms de lieu**, publicado em 1867.

Entretanto, o aparecimento da Toponímia, como um corpo disciplinar sistematizado, ocorreu na Europa, mais particularmente na França, por volta de 1878, quando Auguste Longnon introduziu os seus estudos em caráter regular, na École Pratique des Hautes-Études e no Colégio de França. Do curso então ministrado, seus alunos publicaram, postumamente, após 1912, a obra que se chamou **Les noms de lieu de la France**, considerada Clássica para o conhecimento da nomenclatura dos lugares habitados (DICK, 1990b, p. 12).

Entre esses alunos estava, Albert Dauzat, que em 1922 retomou os estudos onomásticos interrompidos com a morte de Longnon e publica diversos trabalhos que irão dar base para a ciência da onomástica, como a toponímia e antroponímia<sup>11</sup>.

Dentre os estudos toponímicos no Brasil destacaremos primeiramente, **O Tupi na Geografia Nacional**, de Theodoro Sampaio (1901). Uma obra clássica para a toponímia brasileira, em que o autor analisa criteriosamente os vocábulos tupis, sempre relacionando a relatos de viajantes para determinar historicamente a sua etimologia.

Mais tarde, na década de 1960, destacamos dois trabalhos de grande vulto da toponímia brasileira e de origem não tupi: **Toponímia Brasileira**, de Levy Cardoso, citada anteriormente e **Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira**, de Carlos Drumond (1965). A primeira obra se inicia, segundo o autor, alguns anos antes da referida década, nas cabeceiras do rio Marapí, da

---

<sup>11</sup> DAUZAT (1926).

bacia do Trombetas em plena Guiana brasileira, quando ele integrava a Comissão Brasileira de Limites do Setor Norte, que então operava na fronteira Brasil e antiga Guiana Britânica. "Aproveitando umas férias", nas palavras do autor, pode rebuscar as notas engavetadas, para coordená-las e refundi-las, a fim de concluir o trabalho.

Cardoso (1961, p.14), justifica sua obra, constatando que os étimos coletados e analisados, “provenientes de linguajares tão poucos conhecidos [Karib; Arawak e Bororo], despertou-lhe, de início, um interesse extraordinário, no pressuposto de que poderia identificar, por intermédio deles (os índios), a denominações que aos topônimos brasílicos davam os primitivos senhores da terra, denominações essas que provinham, muitas vezes de épocas anteriores à conquista cabralina”.

O General Armando Levy Cardoso, constituinte, como dizia, da “lendária” Comissão Brasileira de Limites do Setor Norte, fora um homem do campo<sup>12</sup>, pois conviveu diretamente com “velhas tribos brasílicas”, já o Professor Carlos Drumond, fora um homem do gabinete. Tornando-se esse último livre-docente em 1965, com a obra já citada. Em sua banca estava o próprio general toponimista, além de ilustres professores, como o geógrafo Aroldo de Azevedo. Este lhe propôs para a tese, em seu início, uma breve introdução geográfica da região dos *Bororo*, que não constava na tese original e foi atendida em sua publicação<sup>13</sup>. Interessante que apesar de termos dois toponimistas, com experiências distintas, que até então não se conheciam, obtiveram resultados muito semelhantes no campo da então denominada toponímia brasílica.

O professor Drumond dedica a referida tese ao professor Plínio Ayrosa, Catedrático da antiga cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani da USP, a que deu projeção invulgar. Segundo DICK (1994), “a acurada visão do professor Plínio Ayrosa foi a causa principal da introdução dos estudos toponímicos na Universidade de São Paulo, na recém-instalada

---

<sup>12</sup> Expressão utilizada pelos geógrafos para caracterizar pesquisadores que se detêm mais sobre o trabalho de campo, a pesquisa *in loco*.

<sup>13</sup> Sendo desenvolvida pelo professor Erasmo D'Almeida Magalhães.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras".

Dick (1994. p. 1) prossegue analisando as bases da disciplina na Universidade de São Paulo

Em sua origem, a Toponímia não constitui um corpo disciplinar autônomo, à semelhança do que ocorre hoje, vinculando-se à antiga cadeira de Etnografia e Língua Tupi, no âmbito dos cursos de História e Geografia. Mas o ponto vital e ordenador de todo o questionamento que se colocava era a preocupação latente com a dialetologia indígena brasileira, especialmente a tupi. A Toponímia nascente conformava, porém, um duplo objetivo: não só o ensino de suas básicas e de seus fundamentos gerais, segundo os modelos assentados pelo ramo europeu da onomástica, mas, principalmente, a função instrumental de um marcador vocabular brasilico (estudo etimológico dos topônimos tupis), cuja frequência, no sistema lexical português, sempre atingiu índices expressivos nos mais variados itens semânticos (a exemplo de zoonímia, fitonímia, hidronímia geomorfonímia, ergonímia).

Mais ligado à Geografia, o geólogo, Everardo Backheuser, publica em 1952, **Toponímia (Suas regras – Sua evolução)**, na qual o autor, fundamentado em ideais positivistas, irá defender que “o número de substantivos comuns em toponímia é inversamente proporcional ao grau de cultura da população que os consagrou” (Backheuser, 1952, p.170). Este tipo de "regra", evidentemente, atingia os topônimos de origem indígena, onde o uso de substantivos comuns é corrente, em contraposição, aos da cidade, com seu grande número de designações antropotoponímicas. O autor demonstra claramente, o seu preconceito em relação aos povos indígenas, justificando, qualificativos, como o de povos primitivos ou mesmo inferiores<sup>14</sup>.

O professor Helmut Troppmair, em 1969, publica **A Cobertura Vegetal Primitiva do Estado de São Paulo**, diferentemente, de Backhueser, o professor Helmut, utiliza-se dos substantivos comuns em toponímia para compreensão da paleopaisagem fitogeográfica do Estado Paulista. Neste caso, o autor utiliza a toponímia como documento histórico-geográfico, inventariando uma lista de cidades que tivessem significado vegetal, tais como: *Araçatuba* –

---

<sup>14</sup> Strauss (1962, p. 21) em relação a esta suposta incapacidade de abstração dos indígenas diz que, "mesmo se a observação sobre as línguas ditas primitivas [...] não se lhes poderia imputar ausência de idéias gerais: as palavras carvalho, faia, bétula, etc., não são menos abstratas que a palavra árvore e, de duas línguas, das quais uma possuísse somente este último termo, enquanto que a outra, ignorando-o, dispusesse de várias dezenas ou centenas destinadas a espécies e às variedades, seria a segunda e não a primeira, sob este ponto de vista, a mais rica em conceitos."

muito araçá, *Catanduva* – mata dura, *Pindorama* – terra de palmeiras. Com este inventário é possível inferir sobre o tipo de formação vegetal existente a partir das espécies toponimizadas.

O Coronel Sebastião da Silva Furtado<sup>15</sup> publica em 1960, um importante livro, **Toponímia e Cartografia**, que iria nortear os trabalhos dos Departamentos de Levantamento do Exército brasileiro. Nesta obra, o autor destaca a importância da toponímia como testemunho histórico do povoamento, bem como, "em síntese admirável, registra a linguagem geográfica essencial falada na área representada" (Furtado, 1960, p. 7). O militar propõe a criação de um Conselho Nacional Permanente sobre Nomes Geográficos, que, infelizmente, não ocorreu. No entanto, no prefácio deste livro, o General Admar de Oliveira e Cruz, Diretor do Serviço Geográfico do antigo Ministério da Guerra, diz que, o estudo toponímico foi considerado tão importante "que se introduziu no currículo do Curso de Sargentos Topógrafos o ensino onomatológico, de certo, uma iniciativa pioneira no ensino nacional"<sup>16</sup>.

Outros estudos vão sendo publicados, entretanto, a maioria de cunho etimologista, sobre porções específicas do território brasileiro. No caso da região amazônica, temos a publicação póstuma<sup>17</sup> de Octaviano de Mello (1967), *Topônimos Amazonenses*, em que o autor apresenta a origem e significação de 26 municípios amazônicos, incluindo a capital do Estado de Roraima, a antiga Boa Vista do Rio Branco.

Em 1980, temos a defesa de doutorado da Professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, intitulada de "A motivação Toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos". A tese apresentada que se transformou em livro em 1990 é um verdadeiro divisor de águas dos

---

<sup>15</sup> Foi sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

<sup>16</sup> Pelo que nos relatou o sargento, responsável pela mapoteca do 4º Departamento de Levantamento de Manaus, não há mais esta disciplina entre os sargentos topógrafos.

<sup>17</sup> Por iniciativa do grande historiador da região amazônica Arthur Cezar Ferreira Reis.

estudos toponímicos do território brasileiro. O Professor Carlos Drumond, que orientou a tese afirma:

Não temos dúvidas, assim, em afirmar, nesta apresentação, ser este trabalho dos mais importantes já elaborados no Brasil sobre o assunto. Os estudos de Toponímia Geral e, em particular, de Toponímia brasileira foram sobejamente enriquecidos nesta obra.<sup>18</sup>

A autora estabelece na referida obra que

[...] exercendo a toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas, os topônimos se apresentam como importantes fatores de comunicação, permitindo de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, a muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido não fora presença dinâmica.<sup>19</sup>

Como vimos, o topônimo pode ser estudado sobre diversas abordagens científicas, consolidando-se como um campo do saber interdisciplinar. Dick (1992, p.II) diz que

A Toponímia, portanto, atualmente, com orientações e perspectivas novas, é uma disciplina que se volta para a História, Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador. Numa interpretação de campos fenomenológicos específicos, ressalta-se, porém, o papel universalístico da disciplina, no que é comum a todos os outros ramos do conhecimento, mas, no seu caso, torna-se muito particular a um determinado espaço, desde que envolve o homem que manipula a cultura desse meio, como produto que dele é.

---

<sup>18</sup> Prefácio, *in*: DICK, M. V. P. A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. Edições Arquivo do Estado de São Paulo. 1990a.

<sup>19</sup> DICK, *op. cit.* p. 21.

No próximo item veremos a toponímia sob a influência da ciência dos nomes próprios, a Onomástica.

## 1.2 A TOPONÍMIA COMO DISCIPLINA DA CIÊNCIA ONOMÁSTICA

Como vimos, a Toponímia, apesar de sua abordagem interdisciplinar, consolidou suas bases metodológicas dentro da ciência Onomástica ou a chamada ciência dos nomes próprios. Esta subdividiu-se em dois ramos principais, a toponímia (Do grego *topos*, lugar + *onoma*, nome), estudo dos nomes de lugar, e a antroponímia (Do grego *anthropos*, homem + *onoma*), estudo dos nomes de pessoas (Ulmann, 1964, p. 161).

Desta forma, compreendemos o conceito de nome próprio, enquanto objeto de estudo da ciência onomástica. "A posse de um nome é, e tem sido desde tempos imemoriais, privilégio de todo o ser humano" (Ulmann, op. cit), bem como, de todo lugar habitado pelo homem<sup>20</sup>. O nome próprio é, portanto, um identificador que distingue os elementos similares. John Stuart Mill diz que "um nome próprio não é mais que uma marca sem significado que relacionamos na nossa mente com a idéia do objeto [...]". Neste sentido, Mill sugere que os nomes próprios têm função designativa em oposição ao valor conotativo dos substantivos comuns (Mill apud Ulmann, p. 153), No entanto, Mill argumenta que embora os nomes próprios não tenham significado isoladamente, "conotarão" muito se se aplicarem num contexto específico a uma pessoa ou lugar particulares.

Neste contexto Dick (1980) introduz o conceito de motivação para a compreensão da realidade toponímica brasileira, fundamentada nas idéias de Ulmann (op. cit., p. 169) em que

---

<sup>20</sup> Dick (1996a, p. 338) diz que "[...] É o simbolismo das formas lingüísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais. A configuração de um local só acontece a partir do nome, o antecedente sendo o não-lugar, o não-simbólico, o inativo. [...] Constroem-se, assim, pela palavra lexical, detalhes-referência para indicar um todo, semantizado metonimicamente."

"todos os idiomas contêm certas palavras arbitrárias e opacas sem qualquer conexão entre o som e o sentido, e outras que, pelo menos em certo grau, são motivadas e transparentes."

Todavia, [...] o elemento lingüístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de **motivação** onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada. (Dick, 1990a, p. 34, o grifo é nosso)

Logo, os signos lingüísticos ou a função significativa dos mesmos é que passa a ser objeto de estudo da Toponímia, enquanto disciplina onomástica. Um exemplo é a categorização lingüística de 'jabuti' que inclui o termo no conjunto dos nomes comuns, enquanto o sintagma toponímico *maloca do Jabuti* - em que *maloca* é o assentamento indígena e *Jabuti* o topônimo propriamente dito - identifica um zootopônimo.

Temos, acima, também, um exemplo da estrutura do signo toponímico em que *maloca* é o termo ou elemento genérico, relativo à entidade geográfica que recebeu a denominação, e o outro, o elemento ou termo específico, o topônimo propriamente dito, *Jabuti*, que particularizou a *maloca*, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes<sup>21</sup>.

Assim, com a particularização do código de comunicação verbal, definimos o campo conceitual da Toponímia e conseqüentemente deste trabalho, em que justifica o exame dos topônimos em suas características internas (filiação lingüística) e externas ou semânticas (motivação toponímica), segundo Dick (1980).

### 1.2.1 O TEXTO ONOMÁSTICO-TOPONÍMICO

A construção do Atlas Toponímico, por meio da análise léxico-semântica do signo toponímico, nos possibilita verificar um conjunto de enunciados toponímicos, pelos quais, podem,

---

<sup>21</sup> Cf. Dick (1990b, p. 10 a 22).

ou não, se ordenar em uma cadeia, que dentro de nossa abordagem, onomástico-toponímica, transformar-se-ia em texto.

Para Hjelmslev (apud Dubois, 1973), texto "designa um enunciado qualquer falado ou escrito, longo ou curto, velho ou novo. "Stop" é um texto tanto quanto O Romance da Rosa. Todo o material lingüístico estudado forma um texto, retirado de uma ou mais línguas."

Para Dick (1996, p. 158)

"um texto para ser assim interpretado como um paradigma teórico, pressupõe definidores que se situam, entre outros, no plano da coerência, da coesão e da organização de seus enunciados internos; pressupõe também uma lógica na formulação desses constituintes, necessária à transmissão do conjunto de valores hierarquizados, perceptíveis na estrutura textual. Dêiticos, descritores, modalizadores de aspectos, anáforas, analogias, associações, disjunções, conotações, figuras de linguagem, enfim, são traços comuns a códigos verbais, estendidos, em certas circunstâncias aos códigos não verbais."

A autora estabelece, portanto, que o estudo da palavra isolada leva à cadeia sígnica seqüencial, em que idéias e pensamentos são organizados e demonstrados em suas especificidades sintáticas e semânticas, decomponíveis entre si. Cada unidade resultante tem sua autonomia de significação e uma capacidade combinatória reconhecida: "as palavras devem ser consideradas ao mesmo tempo quanto aos seus significados e quanto às relações que podem ser estabelecidas entre si. Devemos então trabalhar com uma análise sintático-semântica a partir do texto no contexto em que se insere, tendo em vista os diferentes significados que um mesmo termo pode ter e as diferentes relações que podem ser estabelecidas entre eles e outros termos (Dick, 1996 apud Prestes, 1991)".

Como os enunciados toponímicos referem-se às entidades autônomas (topos), torna-se mais difícil de intuí-las do que as demais modalidades discursivas. Desta forma, o texto onomástico-toponímico será construído, assim, linearmente, "a partir de cada traço isolado; cada

um deles definirá a estrutura de sua própria aplicação, e o conjunto de todos eles a ordem geral da paisagem (Dick, op. cit., p. 159)".

Como resultado prático, para a verificação do texto toponímico, teremos a análise dos mapas dialetológicos e taxionômicos que nos fornecerão elementos sobre o "*continuum denominativo*" ou mesmo, a descontinuidade nominativa que interrompe "o ciclo de permanência do mesmo nome no lugar, prejudicando o retorno do designativo e sua incorporação ao hábito cotidiano da fala (Dick, op. cit)". Na RISeL perceberemos esta descontinuidade, na medida em que os topônimos das malocas foram oficializados, na maioria das vezes, na língua do colonizador.

### 1.3 AS TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS E O CONCEITO DE PAISAGEM

Como nomenclatura do ATB, se utilizou o termo **Acidente Geográfico**, para designar os elementos do espaço geográfico, tanto os físicos (rios, serras, etc) como os humanos (vilas, cidades, etc.). Porém, desenvolvemos uma análise crítica do mesmo com o intuito de melhor conceituarmos.

O uso do termo acidente geográfico é clássico nos estudos da chamada geografia tradicional (Geografia Regional e Geografia Geral), muito utilizado, também, nos antigos estudos de orografia, onde, por exemplo, uma montanha numa planície era considerada um acidente geográfico, por destoar do conjunto. Na evolução científica da geografia, a Orografia foi substituída pela Geomorfologia, ciência que não só se dedica à descrição do relevo terrestre, mas também, procura desvendar a sua gênese. O termo Acidente Geográfico, neste campo de estudo, muitas vezes, é substituído por expressões mais específicas para identificar os vários tipos de acidentes geográficos, por exemplo, a expressão: Acidente do Relevo<sup>22</sup> ou mesmo o Acidente Topográfico.

Um dos maiores geógrafos do Brasil, o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1991, p. 11), analisa pormenorizadamente o termo "acidente", para verificar se o mesmo é passível de substituição da expressão inglesa: *hazards*<sup>23</sup>. Após muita reflexão, geográfica e lingüística, o professor conclui que:

Acima de tudo haveria, a favor da escolha do termo "acidente" dois aspectos fundamentais. Um deles, decorre da ampliação do restritivo "topográfico" àquela generalização areolar para acidente geográfico: **manifestação contrastante de uma área dada com as áreas circunvizinhas**. Neste sentido os acidentes emanados das componentes climáticas, ou seja, da dinâmica do comportamento atmosférico, além de uma "ruptura" no desenvolvimento temporal, afeta uma dada área da superfície terrestre.

---

<sup>22</sup> Denominação usada para qualquer forma de relevo que ofereça contrastes com outras que lhe estão próximas (GUERRA, 1997).

<sup>23</sup> Este termo é utilizado nos estudos de climatologia, para referir-se aos acontecimentos excepcionais do clima.

A outra, talvez ainda mais importante porque além desse critério de localização tempo-espacial é de natureza intrinsecamente fenomenológica, ou seja, atinge a própria concepção ontogênica. Ela repousa na semântica filosófica de "por acidente", ou seja aquilo que ocorre "dependentemente das circunstâncias e não da natureza do próprio ser". Por acidente (exterior) e não por si (próprio). (o grifo é nosso)

Nos dois significados que o professor aponta, para o termo "acidente", contraste e dependência das circunstâncias, ambos enquadram-se perfeitamente na identificação dos cursos d'água, serras, e mesmo um fenômeno climático como o *el niño*. No entanto, tanto o professor Carlos Augusto, como a grande maioria dos geógrafos, utiliza o termo Acidente Geográfico, como vimos no início deste, apenas para fenômenos de origem telúrica e não àqueles desenvolvidos pelos homens, como as cidades, por exemplo.

Neste contexto, utilizamos no presente, o termo Acidente Geográfico, apenas para nos referirmos às serras, rios, igarapés, ilhas, quer dizer, tudo àquilo que independeu da ação antrópica para existir. Em relação às construções humanas no território, como as represas, malocas, etc, utilizamos o conceito de Paisagem, considerado pela maioria dos geógrafos, geração após geração, como um dos mais importantes e mais antigos do ramo de conhecimento geográfico.

O estudo das relações entre os Homens e a Natureza (em suas diversidades) e as suas representações sob a forma de Paisagens, tem como ponto de partida para a geografia, as obras dos seus precursores clássicos Humboldt e Ritter. Pautados no rigor científico de suas observações, a natureza, a paisagem e o cosmos aparecem como uma totalidade que se diferenciaria pelas suas unidades ou partes e pelas relações de trocas que envolvem.

Especialmente quanto ao estudo das relações dos homens com a natureza e as influências recíprocas desses, na perspectiva das representações das paisagens, destacamos a abordagem do geógrafo alemão, Otto Schlüter, no início do século XX. Segundo Paul Claval (2004, p. 44), "Schlüter é o primeiro teórico da geografia como ciência da paisagem". A geografia cultural e a

geografia social encontram-se na sua obra, convergindo para o entendimento da *paisagem cultural*. Partimos da idéia, portanto, do Homem como construidor da paisagem.

Em relação ao conceito de paisagem cultural, desenvolvido pelo geógrafo alemão, Claval (op. cit.) diz, em relação aos geógrafos franceses, Schlüter dedicou-se mais, a determinar a evolução da cobertura vegetal.

Ele se esforçou, ao longo de toda sua carreira, para datar as grandes fases do desmatamento que afetaram a Alemanha e a Europa Central. Datou os desmatamentos em que as clareiras se expandem e aqueles em que a floresta retoma o terreno. Em seguida, tentou acompanhar os efeitos derivados da agricultura, que desnuda os solos e precipita a erosão. (Claval, op. cit)

Paul Claval chama esta análise das paisagens agrárias, de concepção vertical da paisagem e diz que serve para "cartografar os elementos fósseis da paisagem" como os topônimos<sup>24</sup>. Nesta perspectiva, o conceito de Paisagem, enquadra-se perfeitamente às metodologias aqui propostas, na medida em que busca, dentro de um recorte tempo-espacial, compreender as tramas do texto toponímico.

Sobre o olhar da geografia francesa da segunda metade do século XX, Georges Bertrand (1971, p. 2), diz que

[...] a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Percebemos, assim, que Bertrand não privilegia nem uma das duas esferas, Homem x Natureza e demonstra certa facilidade em perceber a paisagem de forma homogênea, entendendo que sociedade e natureza estão relacionadas entre elas formando uma só "entidade" de um mesmo espaço geográfico.

---

<sup>24</sup> Neste trecho, o autor faz uma referência direta à afirmação feita pelo professor Jean Brunhes (apud Dick 1980), que considerou o topônimo como um fóssil da geografia humana.

Carl Sauer, geógrafo estadunidense, representante da clássica geografia cultural destaca que essa interação entre os elementos naturais e antrópicos é essencial no entendimento da paisagem.

Não podemos formar uma idéia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim, no sentido corológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. A área anterior à atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto. (SAUER, 2004, p. 42).

Esta colocação sugere uma separação da paisagem em natural (morfológica) e cultural, pois explicita que é o homem que atua como sujeito de ação na natureza. Ao mencionar a capacidade de transformação, ele projeta duas possíveis formas de natureza, uma antes e outra depois da apropriação humana, privilegiando a sucessão histórica entre as duas.

Como as Taxionomias Toponímicas propostas por Dick (1980, 1990) se aplicam para essas duas influências: as de natureza física e as de natureza antro-po-cultural, quer dizer, os mesmos elementos formadores do conceito de Paisagem: os fatores abióticos (litosfera, atmosfera, hidrosfera) e bióticos (flora e fauna), e os antrópicos (formado pelo homem e suas atividades). Temos, assim, um casamento teórico-metodológico entre as duas principais ciências que dão base à disciplina toponímica, a lingüística e a geografia. Contudo, com as duas abordagens temos a visão de mundo do povo estudado, os Wapixana, percebendo sua organização no texto da paisagem.

Os modelos de Dick (op. cit) foram desenvolvidos com base na toponímia do território brasileiro. Destarte, são os mais adequados para a presente proposta. A seguir as Taxionomias de natureza física (A) e antro-po-cultural (B)<sup>25</sup>:

---

<sup>25</sup> Dick (1990b, p. 31 et seq.).

## A – Taxionomias de natureza física

- 1 – Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex.: serra da Lua, serra do Sol (RR).
- 2 – Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex.: Praia do Leste (PR).
- 3 – Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex.: rio Branco (RR), rio Negro (AM).
- 4 – Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Ex. ilha Comprida (PR), serra Curta (BA).
- 5 – Fitotopônimos: topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade (serra do Marupá, RR), em conjunto da mesma espécie (Pinheral, RJ), ou de espécies diferentes (morro da Mata, MT; Caatinga, BA), além de formações não espontâneas individuais (ribeirão Café, ES) e em conjunto (Cafezal, PR).
- 6 – Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas: elevações (Montanhas, RN; Monte Alto, SP; Morro Azul, RS; Colinas, GO) e depressões do terreno (Vale Fundo, MG; Baixadão, MT) e às formações litorâneas (Costa Rica, MT; Cabo Frio, RJ; Angra dos Reis, RJ).
- 7 – Hidrotopônimos: topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex.: maloca da Água Boa (RR).
- 8 – Litotopônimos: topônimos de índole mineral, relativos também à constituição do solo. Ex.: serra de Malacacheta (RR)
- 9 – Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex.: ig. da Ventania (RR).
- 10 – Morfotopônimos: topônimos que refletem o sentido de forma geométrica. Ex.: Curva Grande, AM; Ilha Quadrada, RS; lagoa Redonda, BA.
- 11 – Zootopônimos: topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos (rio do Boi, MG) e não doméstico (Ilha da Onça, RR) e da mesma espécie em grupos (ribeirão da Boiada, SP; Tapiratiba, SP).

## B – Taxionomias de natureza antro-po-cultural

- 1 – Animotopônimos: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano. Ex.: Manoá (RR).
- 2 – Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex.: ig. Euclides da Cunha (RR); ig. Couto de Magalhães (RR).
- 3 – Corotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões, e continentes. Ex.: Moskow (RR).

- 4 – Cronotopônimos: topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha. Ex.: Velha Boipeba, BA; rio Novo Mundo, GO; Nova Viçosa, BA.
- 5 – Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex.: Casa da Telha, BA; Ocaçu, SP; Sobrado, BA.
- 6 – Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: Canauani (RR); Tabalascada (RR).
- 7 – Etnotopônimos: topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não. Ex.: ig. do Aturairu (RR); rua dos Uapixana (SP)
- 8 – Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças. Ex.: Cristo Rei, PR; rio Jesus, GO; lago Alá, AM; Cruz de Malta, SC; Capela, AL.
- 9 – Hagiotopônimos: Topônimos relativos aos nomes de santos. Ex. São Paulo (SP).
- 10 – Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes. Ex.: Independência, AC; rio 7 de Setembro, MT; Inconfidência, RJ;
- 11 – Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana. Ex.: Estradas, AM; Avenida, BA; córrego do Atalho, GO; Travessa, BA; Ladeira, MA.
- 12 – Mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex.: Wapum (RR).
- 13 – Númerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex.: Duas Barras, BA; Duas Pontes, RO; Três Coroas, RS.
- 14 – Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos, vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: rio da Cidade, RJ; serra da Aldeia, PB; Arraial, BA; Tabapuã, SP.

15 – Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Ex: serra do Sapateiro, SP; Pescador, MG; serra dos Tropeiros, MG; Oficina, MG.

## 1.4 METODOLOGIA DO ATLAS TOPONÍMICO

Na introdução desta pesquisa citamos diversos Atlas Toponímicos que já foram desenvolvidos sobre a coordenação da Professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, para tanto, o método empregado nessas pesquisas foi uma combinatória da leitura documental e da investigação de campo: por isso mesmo, não se desvincula da indução, seguindo os parâmetros etnolingüísticos<sup>26</sup> (Dick, 1999).

A análise histórica do signo toponímico se deve em razão de "que a denotação sígnea pode acarretar desvios significativos, pela interpretação inadequada de um topônimo, cuja ambigüidade, muitas vezes, só poderá ser desfeita em um exame diacrônico, traçando-se a história da nomeação, com vistas ao estabelecimento da justeza do nome ou do que chamamos 'verdades nominativas'" (Dick, 1992, p. 677).

Em análises contemporâneas, a Onomástica, mantendo seu lado clássico e histórico, pode se filiar, também, aos procedimentos lexicográfico-terminológicos. Dick (1999, p. 127) assinala que:

Como termos, e tendo uma função específica de marcadores ou referenciais, topônimos e antropônimos podem integrar o conjunto da obra lexicográfico - terminológico particular. Parece-nos que essa figurativização poderá ocorrer em dois planos, seja no âmbito conceptual da ciência - objeto (onomástica) em que as palavras-termos são utilizadas com o instrumental explicativo, numa metalinguagem dos níveis de uso; seja naquele em que os vocábulos definitórios (arquétipos, constantes e variáveis culturais, paralelismo, transferência, taxes, por exemplo) recebem um tratamento nomenclatural, tornando-se o termo-objeto particularizante e eficaz, como designativo, podendo explicar-se metalingüísticamente.

Logo, é necessário que conceituemos o fazer lexicográfico e terminológico. Segundo Biderman (1997, p.19 apud Cabré, 1993, p. 32) os "terminógrafos, que são os práticos da

---

<sup>26</sup> Sobre os parâmetros etnolingüísticos, enquanto fundamentos teóricos na análise onomástica, utilizamos os conceitos desenvolvidos por Potier (1970).

Terminologia, têm por objeto a atribuição de denominações aos conceitos: atuam pois do conceito para o termo (processo onomasiológico).” Já os "lexicógrafos, práticos da Lexicografia, partem da denominação, que é a entrada de dicionário, e a caracterizam funcional e semanticamente: movem-se na direção contrária, do termo para o conceito (processo semasiológico)”.

Com isso, temos, para o fazer terminológico e lexicográfico, respectivamente o Percurso Gerativo da Enunciação da Codificação e Decodificação. Neste trabalho, para a primeira parte do capítulo 3, utilizamos o processo onomasiológico e para a segunda parte (3.2), o processo semasiológico. A utilização desses se justifica pela distância, muitas vezes, entre o lugar e o topônimo, a expressão e o objeto representado.

Ou seja, nem sempre o nome produz no terreno, ou no indivíduo, o semanticismo da forma ou a idéia conceitual que condiciona o seu emprego, tornando, por vezes, excessivamente opaco, ou aparentemente inexplicável, o batismo ocorrido. Quando isso acontece, e o fato não é tão raro, cresce a necessidade de se reconstruir todo o processo gerativo da denominação até se formalizar no enunciado final, seja um sintagma toponímico ou conjunto antroponímico. (Dick, 1999, p.122).

Como metodologia prática de trabalho, seguiremos as recomendações sugeridas por Dick (1999, p. 134), para a *praxis toponímica*:

[...] recomendamos que se realize de antemão, um diagnóstico pontual da área de estudo, levantando os seus característicos e traços semióticos: morfologia urbana, com o sistema de circulação viária, ruas, avenidas e marcos principais, aspectos demográficos, movimentos da população em termos das camadas étnicas recorrentes, aspectos físicos gerais, incluindo os recortes geomorfológicos e hidrográficos, condições econômicas da região, fauna, flora, regime climático, sistema de chuvas. Todos esses fatores mencionados significam verdadeiros índices que poderão se verbalizar em formas denominativas.

Em toponímia, nem sempre as fronteiras lingüísticas<sup>27</sup> e políticas se correspondem, o que acarreta, em vários casos, uma descontinuidade de situações: a localização dos nomes pode não acompanhar a distribuição e assentamento dos grupos no território (Ratzel, 1891; Pop, 1950; Dick, 1996). Neste sentido, temos uma das características mais significativas do topônimo, o fósil lingüístico<sup>28</sup>.

A análise da variação vocabular do português, em aplicação onomástica, e a produtividade de determinadas formas no eixo paradigmático do sistema, colocou, como conseqüência, o estudo da superposição dos estratos lingüísticos diversificados, por força do processo colonizatório (indigenismos, africanismos, e imigração estrangeira), que mesclaram a fala brasileira e marcaram, qualitativamente, as matrizes básicas da nomenclatura (Dick, 1996). Para compreendermos a superposição dessas camadas lingüísticas na toponímia, utilizamos os mapas dialetológicos, que segundo Pop (1950) devem ter para o lingüista que desejar conhecer a evolução do signo toponímico a mesma importância que têm as cartas físicas para o geógrafo que examina, por exemplo, a configuração do solo.

Destacamos o estudo dos Atlas toponímicos, “não só do ponto de vista de seu interesse científico para a onomástica, pelas contribuições proporcionadas ao estudo dos nomes, como ponto de vista do interesse específico para a área de línguas indígenas do Brasil” (Dick, 1996, p.28). No caso específico do Atlas Toponímico da Região Indígena da Serra da Lua, interessará, em especial, à língua Wapixana.

---

<sup>27</sup> Após criteriosa e exaustiva análise dialectológica do Romano, POP (1950, XXXV) conclui que "une frontière linguistique ne se presente presque jamais come une ligne, mais comme une bande ou come une ceinture".

<sup>28</sup> Cf. Dick, 1990b, p. 19 et seq.

### 1.4.1 TRABALHO DE CAMPO

No ano de 2001, ao término do bacharelado em geografia, havíamos defendido nossa monografia de conclusão de curso (Carneiro, 2001). Percebemos que as tipologias das fisionomias da paisagem vegetal eram auto-explicativas em relação ao universo que representavam: o Domínio do Cerrado<sup>29</sup> (sentido amplo) e suas formas. Inspirados nas leituras do viajante alemão Alexander Von Humboldt (1816) refletimos se os povos indígenas, que há milhares de anos ocupam o território brasileiro, não teriam termos equivalentes à língua portuguesa e talvez mais representativos, para caracterizar este grande Domínio Natural brasileiro<sup>30</sup>.

Se o sentimento da natureza, cuja vivacidade varia em todas as raças, se a fisionomia das regiões habitadas pelos diversos povos, ou que eles têm atravessado nas suas emigrações de outro tempo, vem enriquecendo mais ou menos as línguas com expressões pitorescas, próprias para caracterizar as formas das montanhas, **o estado da vegetação**, o aspecto da atmosfera, o contorno e agrupamento das nuvens, por outro lado o prolongado uso e os caprichos literários tem desviado grande número dessas expressões do seu primeiro significado. Pouco a pouco se vai tornando costume considerar como sinônimos termos (*Expressões*) que deveriam conservar sentido distintos, e as línguas perdem um tanto da graça e energia com auxílio das quais reproduziam, na descrição da natureza, o carácter peculiar às paisagens. Para mostrar preferentemente quanto contribuem para a riqueza das línguas o convívio íntimo com a natureza e as necessidades da vida nômade, recordarei o infinito números de palavras características com que nas línguas árabe e persa, se distinguem as planícies, as estepes e os desertos conforme o solo está completamente nu ou coberto de areia, erizado de rochas e entre cortado por penedias, ou apresenta vastos espaços uniformemente adornados de plantas sociais". HUMBOLDT (1816, p.259, o grifo é nosso)

Neste "norte" humboldtiano, em julho de 2002, fomos à Roraima, buscar as designações indígenas para este importante bioma brasileiro, nos campos norte-amazônicos. Conseguimos naquela ocasião, em contato com os funcionários do Museu Paraense Emílio Goeldi, determinar uma região que contivesse as diversas fitofisionomias dos cerrados. A área era no rio Suapi, no

---

<sup>29</sup> Domínio Natural que tem como área nuclear o Planalto Central do Brasil (região Centro-Oeste) e se estende por vários outros estados da federação.

<sup>30</sup> CONTI e FURLAN (2003) consideram que a vegetação do nordeste de Roraima pertence ao Domínio do Cerrado.

extremo norte de Roraima, próximo à fronteira com a Venezuela. Os índios que habitam aquela região são os makuxi<sup>31</sup>. Fomos então para Pacaraima, sede municipal na divisa com o referido país, de onde seguiríamos a pé com um guia indígena para aquele rio. Entretanto, na terra de *Makunaima*<sup>32</sup>, onde as febres mataram e deixaram enfermos muitos viajantes, fui acometido de malária e acabei retornando à São Paulo, um pouco desiludido com minha primeira experiência em Roraima.

De volta à São Paulo, conhecemos, através do Atlas Toponímico do Brasil, a professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, que acolheu o nosso projeto com muito entusiasmo e incentivo. Adaptamos, assim, como já discutido, o projeto original à metodologia do ATB.

Retornamos à Roraima, agora, em janeiro de 2005 para pesquisar em alguma região indígena que tivesse como requisito: Cerrado (sentido amplo) e povos que falavam a língua materna. Descobrimos duas regiões, habitadas por dois diferentes povos: os Macuxi e os Wapixana. O primeiro grupo estava em processo de homologação, a TI Raposa/Serra do Sol, portanto estava muito perigoso para algum *Karaiwa*<sup>33</sup> adentrar na área. A outra era a região da Serra da Lua (mapa 2), onde vivem os Wapixana em 9 Terras Indígenas.

O processo para requerer a entrada na região da Serra da Lua foi feito através do Conselho Indígena de Roraima (CIR). Este conselho é formado por todas as etnias de Roraima, exceto os Yanomami, e representa uma população de mais de 30.000 índios.

Após 17 dias da data do requerimento no CIR e na FUNAI, finalmente conseguimos entrar na região indígena, juntamente com um funcionário do CIR, para explicar o nosso intuito ao Coordenador Geral da Região da Serra da Lua. Na maloca de Malacacheta, apresentamos nosso

---

<sup>31</sup> Maior grupo étnico de Roraima, sua língua é o Makuxi > Da família Karib.

<sup>32</sup> Foi das leituras do célebre viajante alemão Kock Grünberg em Roraima, que o escritor Mário de Andrade criou *Makunaíma* – o herói sem nenhum caráter.

<sup>33</sup> A “raça” Branca em Wapixana.

projeto, dentro da igrejinha, para toda a comunidade. Ao olhar do Coordenador, Simião Messias, o projeto parecia convincente, com isto, fomos participar da Assembléia Indígena da Região da Serra da Lua com todos os 17 tuxauas<sup>34</sup>, para que esses ouvissem a proposta da pesquisa e deliberassem esta para toda região. A assembléia ocorreu na Terra Indígena de Jacamim<sup>35</sup> entre os dias 27 e 28 de janeiro de 2005. O projeto foi discutido exaustivamente pelos tuxauas e após dois dias de muito silêncio e reflexão<sup>36</sup> foi aceito por unanimidade com o objetivo de servir para o ensino nas escolas indígenas da região.

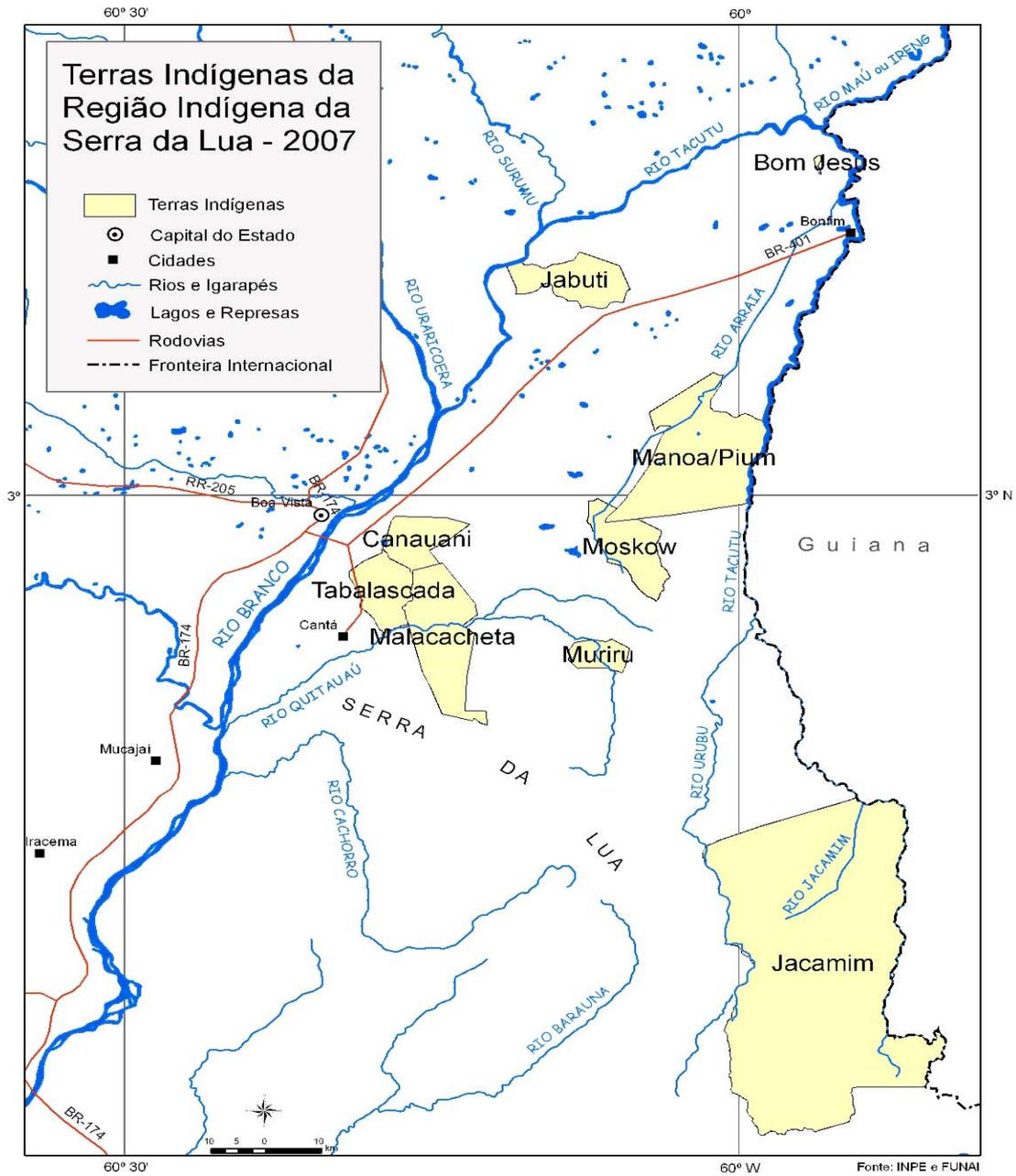
De volta à São Paulo, prestamos o mestrado e ingressamos, neste, em julho de 2005. Voltamos à RISEL em agosto de 2006, agora para a aplicação das Fichas Lexicográfico-Toponímicas nas malocas da região. As malocas que foram visitadas e analisadas neste novo trabalho de campo foram as de Malacacheta, Canauani, Tabalascada, Alto Arraia, Manoá, Cumarú, São João, Sapo, Pium e Jabuti, durante os meses de agosto à outubro do referido ano.

---

<sup>34</sup> Representante de cada maloca indígena.

<sup>35</sup> Para chegarmos a esta maloca, conseguimos uma carona com o CIR - Saúde, pois nesta assembléia seriam debatidos alguns temas de saúde sobre a região. O percurso de Boa Vista até Jacamim, dura em torno de 7hs, somente com carro de tração. Entretanto durante o inverno (junho à setembro), somente avião tem acesso.

<sup>36</sup> Nesses dois dias de assembléia foram discutidas muitas questões, principalmente saúde e educação. Algo que nos impressionou foram as pausas que os Wapixana davam para responder as questões, entre uma pergunta de um palestrante e uma resposta de um expectador se passavam até trinta, quarenta minutos, todos em silêncio, depois deste tempo, quando alguém falava e nós pensávamos que a resposta iria ser pronunciada, vinha mais uma indagação sobre a primeira questão e as vezes mais meia hora de reflexão. Um outro detalhe importante é que a língua de comunicação em quase toda a assembléia foi a Wapixana.



Mapa 2 - Terras Indígenas da Região Indígena da Serra da Lua

#### 1.4.1.1 METODOLOGIA DE CAMPO

Nos estudos toponímicos, as cartas geográficas, muitas vezes, são os documentos básicos e as fontes primárias para a análise do fenômeno onomástico. No entanto, neste caso, as cartas tornaram-se secundárias, na medida em que a área analisada era constituída de uma escassez toponímica, que só pode ser preenchida com a realização do trabalho de campo e o conseqüente desenvolvimento dos mapas desta pesquisa.

Para a pesquisa de campo, foram desenvolvidas as fichas Lexicográfico-Toponímicas<sup>37</sup> que serviram como intermediárias entre o pesquisador e os indígenas, possibilitando registrar todas as impressões acerca dos informantes e seu contexto.

MALINOWSKI (1986, p.29) considera que para a pesquisa etnográfica ter valor científico é necessário a separação clara, entre os resultados da observação direta das afirmações e interpretações dos nativos com as inferências de quem as coleta. Complementando este raciocínio, o autor diz que na etnografia, onde o cientista é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador, não há dúvida de que suas fontes sejam facilmente acessíveis, mas também extremamente complexas e enganosas, pois não estão incorporadas em documentos materiais, imutáveis, mas no comportamento e na memória de homens vivos.

Sobre o número de informantes que participaram das entrevistas, optamos por escolher no mínimo três por maloca, especialmente pessoas com muito conhecimento sobre a língua e a região que habitavam. Essas pessoas, na maioria das vezes, eram indicadas pelos tuxauas. No caso do informante não falar o português, o tuxaua, indicava um tradutor para nos acompanhar.

---

<sup>37</sup> Que serão verificadas a seguir (1.4.1.2).

Durante a aplicação das Fichas, procurávamos, sempre que possível, entrevistar o informante no centro da maloca, próximo aos outros indígenas. Esta prática enriqueceu as entrevistas, na medida que os ouvintes acabavam por complementar dados, muitas vezes esquecidos de nossos informantes, ao mesmo tempo, que serviam de parâmetros sobre a veracidade do fato registrado.

Utilizamos também como material de pesquisa um gravador digital, uma máquina fotográfica e um GPS. O gravador digital nos possibilitou registrar o topônimo na língua Wapixana, assim como os fitônimos da região indígena.

Os critérios desenvolvidos para a coleta de gravação foram<sup>38</sup>:

1. A utilização de um microfone que ficou próximo a boca do falante para permitir uma boa captação de sons.
2. Pedimos ao informante que repetisse o topônimo no mínimo três vezes, para podermos perceber erros de pronúncia.
3. Alguns dias depois, perguntamos novamente ao informante sobre o que tínhamos gravado, para nos certificarmos se o mesmo havia compreendido a questão.

A máquina fotográfica serviu para que pudéssemos captar as paisagens das malocas e suas singularidades, além do registro fotográfico dos informantes e das taxionomias vegetais.

O GPS nos garantiu as coordenadas geográficas das malocas, bem como, suas altitudes, para podermos desenvolver com precisão as cartas temáticas (taxionômicas e dialetológicas) da região.

---

<sup>38</sup> Conforme informação verbal do Prof. Dr. Didier Sheila Jean Marie Demolin, durante o curso Descrição e Estudo Comparativo de Línguas de Tradição Oral, em setembro de 2005.

Como a pesquisa também se debruçava sobre aspectos visíveis do mundo geográfico, no que concerne à vegetação, optamos por caminhar com os informantes pela TI e pedíamos que caracterizassem e denominassem a paisagem vegetal. Exatamente para tentar diminuir ao máximo esta distância, entre a interpretação dos indígenas e as inferências de quem as coleta.

### 1.4.1.2 FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA

Utilizamos como referência para o desenvolvimento da Ficha Lexicográfico-Toponímica as bases metodológicas do Projeto ATESP – Atlas Toponímico do Estado de São Paulo, coordenado por DICK (1996).

---

Localização – Município:		
Topônimo:	A.G.:	Taxionomia:
Etimologia:		
Entrada Lexical:		
Estrutura Morfológica:		
Histórico:		
Informações Enciclopédicas:		
Contexto:		
Fonte:		
Pesquisador:		Revisor:
Data de Coleta:		

---

Quadro 1. Ficha Lexicográfico-Toponímica Subárea: Toponímia Geral e do Brasil.

Entretanto, como o presente trabalho não analisou topônimos municipais e sim malocas indígenas e como serviu de mediação entre o pesquisador e o informante, adaptamos a referida ficha para a realidade desta pesquisa.

Na seqüência apresentamos um modelo das fichas desenvolvidas por nós em trabalho de campo e algumas fichas preenchidas.

---

**Topônimo:**

**Topônimo em wapixana:**

**Município:**

**Origem Lingüística:**

**Estrutura Gramatical:**

**Variante Gráfica:**

**Etimologia:**

**Contexto Oral:**

**Tuxauas:**

**Limites:**

**Motivação:**

**Taxionomia:**

**Observações Gerais:**

**Ano de Fundação:**

**Dados do Informante**

Nome:

Natural de / Etnia:

Data de nascimento:

Escolaridade:

Profissão:

Pai:

Natural de / Etnia:

Mãe:

Natural de / Etnia:

Local e data da coleta:

Coordenadas Geográficas:

Pesquisador:

Revisora:

---

Quadro 2. Modelo de Ficha Lexicográfico-Toponímica de maloca Indígena

---

**Topônimo:** Canauani

**Topônimo em wapixana:** *Kanawa'u*

**Município:** Cantá

**Origem Lingüística:** Arawak > Wapixana

**Estrutura Gramatical:** Substantivo + Substantivo

**Variante Gráfica:** Canauanim

**Etimologia:** *kanau*, ‘canoa’ e *wau*, ‘rio / igarapé’.

**Contexto Oral:** “Os primeiros moradores daqui foram meus avós, Manduka Cadete e Mariquinha. Meu Avô (pai do meu pai) trabalhava com o Bento Brasil (o dono da mercadoria), ele ia de barco a voga de Manaus à Boa Vista. Nessas Viagens meu pai conheceu minha vó que era do rio Negro e falava a língua geral, parece que ela era guarani, vô Cadete morreu eu era pequeno. Então eles fundaram este lugar, pois aqui eles faziam canoa (Cupiúba, Mirarema), que seguia pelo Igarapé da Canoa - Kanauwau - até o Ig. do Surrão, para chegar no rio Branco. Como sempre descia canoa neste igarapé nomearam-lhe de Kanauwau. Daí eles iam até Boa Vista, que era chamada de Kuwy Pire (conjunto de muitas casas). Levavam peneira, farinha para trocar lá. O centro antigo de Canauani era em volta do rio, porém ninguém fixava sítio, colhia da natureza. Na época de meu pai chegou um "branco" karai (eu não tinha nascido) e disse que do igarapé do Surrão e Santa Cecília até a Serra de Malacacheta era dele, o seu nome era Antônio Pinheiro. Meu Pai morreu em 1954, nesta época o 1 fazendeiro vendeu para Waldemar da Costa, e como meu pai era o Tuxaua e ele morreu o Waldemar veio para cima da gente e disse para irmos embora das terras dele. Como eu era o mais velho fui procurar ajuda e me falaram de um tal de SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Fui até lá em Boa Vista e falei com o seu Alfredo do SPI e disse o que estava acontecendo, ele me perguntou quem foi o primeiro a chegar, eu disse que era meu avô. Então lá ele me nomeou o novo Tuxaua, isso em 1958. Nessa época havia lá 12 famílias Wapichana e 6 "brancos". O seu Alfredo me perguntou se queria os brancos ali ou só os índios, eu preferi só os índios. E aí o seu Alfredo mandou os "brancos" saírem de lá e eles saíram. A primeira coisa que fiz como tuxaua foi construir a igreja de Santa Luzia, como sempre sofri da vista, construí em homenagem a ela. (Seu Casimiro havia acabado de operar a vista de uma lasca de madeira que o furou e estava aguardando a segunda operação no olho direito para tirar a Catarata). Como tinha muita criança nessa época, procurei a Secretaria de Educação, para trazer professor para cá, o Secretario disse que não tinha como trazer professor, mas me dava o material didático. Quem virou o professor fui eu, pois havia apreendido de pequeno com um turco que me ensinou a ler e a escrever. Dava aula na Igrejinha, isso em 1962. Em 1966, fui pedir a escola de alvenaria, aí o diretor da Educação mandou fazer, nós tínhamos 30 alunos nesta época, em 1968 ficou pronta a escola. Tanto a escola como a igrejinha foram feitas perto de minha casa antiga. Os padres arrumaram um professor "branco" para nós, nesta época o Valdemar da Costa queria demarcar sua fazenda dentro da nossa área. Mas aí chegou a FUNAI e demarcou nossa área onde nós queríamos”.

Continua na próxima página

---

**Topônimo:** Canauani

**Topônimo em wapixana:** *Kanawa'u*

**Tuxauas:** Manduka Cadete (19?? a 19??); Luiz Cadete (19?? a 1954); Casimiro Cadete (1956 a 1982); Andrade Cadete (1982-1987); Vitor Barros (1987-1988); Getúlio Solon (1988 e 8 meses); Leôncio Cadete (1988 - 1992); Etevaldo Solon (1992 - 2005); Julião da Guiana (2005 até hoje).

**Limites:** Igarapé do Inácio segue uma linha seca até a boca do Canauani no Ig. do Surrão. Parte outra linha seca até a boca do Ig. Da Ventania (Deságua no Matamatá), depois segue pelo Matamatá até o Ig. Do Folharal, da boca deste segue uma linha seca até o Ig. Do Surrão, dentro deste até a Laje da Matinta Pereira. Outra linha seca até o Ig. da Onça até descer neste até o Ig. do Inácio.

**Motivação:** Igarapé que servia para a descida de canoas

**Taxionomia:** Ergotopônimo

**Observações Gerais:** “Resolvemos fazer este limite pois era onde tínhamos roça e principalmente onde caçávamos e pescávamos. Depois da demarcação veio um bocado de wapichana da Guiana, em 1977. O wapichana começou a ser lecionado nas escolas na década de 80”.

**Ano de Fundação:** Século XIX

**Dados do Informante:**

Nome: Casimiro Manoel Cadete

Natural de / Etnia: Canauani / Wapixana

Data de nascimento: 04/03/1921

Escolaridade: Nunca estudou, mas foi o primeiro professor de língua wapixana da RISEL

Profissão: Agricultor

Pai: Luis Manoel Cadete

Natural de / Etnia: Canauani / Wapixana

Mãe: Blandina Cruz

Natural de / Etnia: Tabalascada / Wapixana

Local e data da coleta: Casa de Seu Casimiro, TI de Canauani, 14 de agosto de 2006

Coordenadas Geográficas: N 02 47.147' W 60 32.389' 97 mt

Pesquisador: João Paulo J. A. Carneiro

Revisora: Dick (2006)

---

Quadro 3. Ficha Lexicográfico-Toponímica da maloca de Canauani.

---

**Topônimo:** Alto Arraia

**Topônimo em wapixana:** *Dybaruwa 'u Dukuit*

**Município:** Bonfim

**Origem Lingüística:** Portuguesa

**Estrutura Gramatical:** Adjetivo + Substantivo

**Variante Gráfica:**

**Etimologia:** o qualificativo alto + peixe cartilaginoso, rajiformes.

**Contexto Oral:** “Eu que fundei a maloca aqui, nós morávamos no Moskow, tinha uma pessoa apenas lá, o fazendeiro botou fogo na minha casa, aí o papai falou vamos embora, para onde a funai está demarcando, 6 de janeiro de 1980 chegamos aqui. A área tava demarcada, aqui tinha muito peixe e caça. Era onde morava o Tuxaua, o centro. Os nossos parentes sabendo que nós estamos aqui, o pessoal veio da Guiana, Manoá. Viemos andando do Moskow, não tinha estrada, ela chegou em 1985. Aí o irmão francisco construi a igreja em São Francisco em 1985, aí mudamos por causa da estrada, e ficou igreja de São Francisco. Só a Católica aqui. Como Moskow não estava demarcada, ele resolveu vir aqui para o mirxizal.”

**Tuxauas:** O Augusto Makuxi foi o 1º Tuxaua, já morava aqui. Ele é daqui, queriam colocar o papai, mas ele era novo. Ficou 4 meses, mas a mulher dele ficou mal foi para Boa Vista e morreu ele não voltou mais. O 2º Dermano Pereira dos Santos em 81 até 84 (Cunhado). Aí eu assumi de 84 até 96. 4º Oscar de Oliveira, só 2 meses. 5º Ilário da Silva, ficou uma noite. Aí voltou o seu Henrique e fiquei até 2002. 6º Sidnei da Silva 2002 até 2003. 7º Justino Nelson de Souza 2003 até 2004. 8º Sidnei 2004 até hoje.

**Limites:** Faz parte do Manoá / Pium

**Motivação:** “O primeiro nome foi Jacaminzinho, aí depois foi Kumaká. Aí o irmão Francisco falou que kumaká tinha em todo o lugar e aí ele chamou de Alto Arraia por causa do rio Arraia.”

**Taxionomia:** Zootopônimo

**Observações Gerais:** Seu Henrique fez o seguinte comentário que achamos interessante: "índio é que nem porco, fica andando".

**Ano de Fundação:** 1980

Continua na próxima página

---

**Topônimos:** Alto Arraia

**Topônimo em Wapixana:** *Dybaruwa 'u Dukuit*

**Dados do Informante**

Nome: Henrique Gomes

Natural de / Etnia: Chiia (Guiana) / wapixana

Data de nascimento: 06/08/1941

Escolaridade: 2º Guiana

Profissão: Agricultor

Pai: Leonardo Gomes

Natural de / Etnia: Santa Fé, próximo ao rio Urubu com o Tacutu / wapixana (mãe) e norte-americano (pai).

Mãe: Irene Gomes

Natural de / Etnia: Maloca do Pium (Taiano) / wapixana

Local e data da coleta: Malocão do Alto Arraia, 24 de agosto de 2006

Coordenadas Geográficas: N° 02 51.299 W° 60 12.555 - 107mt

Pesquisador: João Paulo J. A. Carneiro

Revisora: Dick (2006)

---

Quadro 4. Ficha Lexicográfico-Toponímica da maloca de Alto Arraia

### 1.4.1.3 ESTABELECIMENTO DO *CORPUS*

Segundo Greimas (1979, p. 88), *corpus* é "um conjunto finito de enunciados, constituído com vistas à análise, a qual, uma vez efetuada, é tida como capaz de explicá-lo de maneira exaustiva e adequada".

Em nossa pesquisa, o *corpus* está dividido em duas partes: as paisagens vegetais da RISEL, composta pelos co-hipônimos<sup>39</sup> do termo *baaraz* e pelos fitônimos, reconhecidos também pelos wapixana, como transição entre o campo, *baaraz* e a floresta, *kanuku*.

Os topônimos das malocas da RISEL, coletadas em campo, formam a segunda parte do *corpus* de análise de nossa pesquisa, somando no total 17 (dezesete) malocas, mais os respectivos topônimos na língua Wapixana. Como *corpus* documental, que serviu de parâmetro para analisarmos as transformações lexicais dos signos toponímicos, recolhidos em campo, temos os decretos-leis e os mapas que representam a região.

---

<sup>39</sup> Lyons (1979, p. 482) diz que o termo hiponímia "não faz parte da terminologia tradicional do semanticista; é de criação recente, por analogia a sinonímia e antonímia. Embora seja uma palavra nova, a noção é bastante tradicional e é reconhecida como um dos princípios constitutivos na organização do vocabulário de todas as línguas. É freqüentemente denominada inclusão." Nessas diretrizes, temos para o termo *baaraz*, um hiperônimo e suas subcategorizações os co-hipônimos, como, *baaraz kawau*, *baaraz kazamaka'u*, etc.

**Capítulo 2 – RELAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA E  
ETNOLINGÜÍSTICA DOS CAMPOS DO RIO BRANCO**

## 2.1 DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS ÀS TERRAS INDÍGENAS

Os Campos do Rio Branco encontram-se nas cabeceiras do norte do imenso Anfiteatro Amazônico<sup>40</sup>. O caudaloso rio Amazonas, o principal desta bacia hidrográfica é responsável por 20% de toda água doce que chega aos oceanos. Como bem expressou o padre João Daniel (1783, p. 41):

É sem dúvida o Amazonas o máximo dos rios, sem injúria dos Nilos, Núbias e Zaires da África, dos Eufrates, Ganges e Indos de Ásia, dos Danúbios e Ródanos da Europa, dos Pratas, Orinocos e Mississipis da América, em cujo meio ou centro o Amazonas se [ilegível] gigante, chamado com razão pelos naturais mar branco, *paraná petinga*.

O padre oitocentista destaca o Amazonas entre os maiores rios da terra e ainda o qualifica como “o máximo”. Neste período, não tinham dados estatísticos para revelar que o Amazonas era realmente o maior rio do mundo em seus dois aspectos principais: extensão e volume de água. Suas cabeceiras são vastas, encontram-se nas três direções da rosa dos ventos: sul (planalto residual Sul-Amazônico ou planalto Central Brasileiro); oeste (cordilheira Andina) e norte (planalto residual Norte-Amazônico ou planalto das Guianas).

A região amazônica antes da chegada dos europeus era composta por milhões de índios, dispersos por mais de 7 milhões de km<sup>2</sup>. Esses grupos, como constam nos estudos científicos eram nômades e/ou sedentários. Os primeiros migravam de acordo com as vantagens do ambiente, como a abundância de caça, pesca, qualidades dos solos, e/ou guerras interétnicas e mitos<sup>41</sup>; os sedentários baseavam-se na cultura agrícola, principalmente da mandioca.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> Título da obra de Raymundo Moraes de 1936.

<sup>41</sup> Cf. Alfred Metreaux. (1927).

<sup>42</sup> Cf. Robert Carneiro (1983).

Este quadro começa a mudar com a conquista da América, principalmente por portugueses e espanhóis, na chamada América Ibérica. Os moradores desta, denominados como índios<sup>43</sup>, são gradativamente escravizados e mortos pelos conquistadores. No caso amazônico, tal prática ficou conhecida como tropa de resgate<sup>44</sup>. Os remanescentes desta mortandade, ocorrida entre os séculos XVI e XX, desterritorializaram-se e perderam seus vínculos com o lugar, criando novos, muitas vezes alíngues.

O antigo território indígena que estava relacionado à sobrevivência, ao valor de uso e não de troca, onde todos os seus valores culturais, morais e espirituais estavam depositados, foi modificado por força do Estado brasileiro, criando um novo conceito de território, instituído na figura jurídica de Terra Indígena. “Se antes, o território indígena, variava grandemente para cada comunidade, tanto na utilização dos recursos como da percepção social do espaço e das condições jurídico-políticas, hoje, tendem a se homogeneizar com o contato e a dominação” (Seeger e Castro, 1979, p, 107). Produzindo assim uma concepção indígena espontânea de terra como espaço homogêneo, fechado por fronteiras definidas pelo direito nacional, que distingue duas identidades étnicas em oposição: os brancos (fora) e índios (dentro).

Para o Estado a TI é um meio de produção onde estão distribuídos recursos naturais. Na concepção indígena, terra é um mosaico de recursos materiais, morais e espirituais; seu território, além de conter dimensões sócio-políticas, também contém uma ampla dimensão cosmológica, o que não ocorre na concepção de território do Estado<sup>45</sup>. A importância do território está no seu

---

<sup>43</sup> Do topônimo Índia.

<sup>44</sup> Segundo o Pe. João Daniel (1783, p. 312 et seq.) essas tropas foram criadas inicialmente com o intuito de livrar do inferno a alma do *gentio*, através da catequização. “Essas ocorriam ordinariamente no rio Negro, porque nele mais que outros havia estas bárbaras nações, que se comiam umas às outras. [...] vendia-se [os índios capturados] em pública praça, e o preço se lançava no Tesouro assim para as despesas da tropa, e para se ressarcirem os gastos, que pelas missões se faziam com os novos descimentos a diligência de missionários, como também para a ereção de novas missões.

<sup>45</sup> Cf. ainda Seeger e Castro (1979, p. 107).

significado, para os Wapixana, como veremos no próximo capítulo, o território é mítico, fruto dos entes viventes que se amalgamam.

O território Wapixana (mapa 3), disperso pelos campos do rio Branco e do Rupununi, foi cobiçado por diversas nações européias (Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra). No início, a busca era pelo *El Dorado* e a cidade de Manoá. Francisco Xavier Ribeiro Sampaio<sup>46</sup> (1777) diz que os

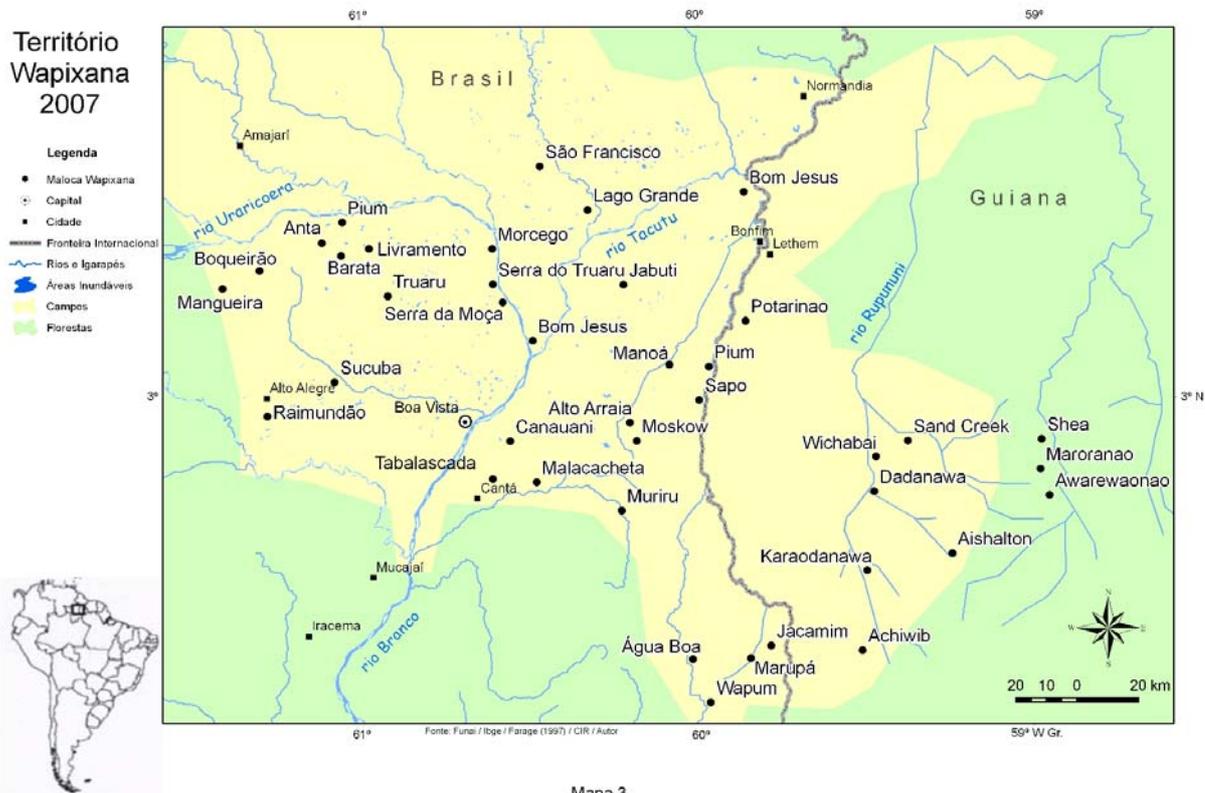
[...] geógrafos na fantástica arrumação de seus mappas descrevem este lago nas fontes do **nosso rio Branco**, [...], mas não só hespanhois, e inglezes entrarão no projecto de descobrir o lago Dourado; porque tambem os holandezes, como imaginarios vizinhos do mesmo, entrarão nessa diligencia. (o grifo é nosso)

Somente no século XIX é que os mapas (anexos A e B) da região cessaram em suas representações o lago Parima como nascedouro do Rio Branco. No entanto, nos mapas portugueses (anexo C) do final do XVIII já eram representados em lugar do fabuloso lago, os extensos campos. Esses foram denominados por campos do Rio Branco devido sua localização no alto curso deste rio.

Neste novo cenário, são os campos que passam a ser objeto de disputa entre os países europeus, por facilitarem a entrada e o estabelecimento de colonos. Todavia, a conquista e a colonização dos campos do Rio Branco eram estratégicas por permitirem ao colonizador obter o controle sobre uma das principais entradas para o rio Negro e conseqüentemente o vale amazônico.

---

<sup>46</sup> Francisco Xavier Ribeiro Sampaio foi Ouvidor da Capitania de São José do rio Negro, fez um relato dos antecedentes históricos do descobrimento do rio Branco apresentando uma boa visão geo-política. Sampaio definia-se em seu relato, como um curioso, descreveu parte dos costumes dos índios, a fauna, a flora e a mineralogia da região (Barbosa e Ferreira, 1997).



Mapa 3- Território Wapixana

O rio Branco é o principal tributário da margem esquerda do rio Negro e nas palavras de Cardoso (1961, p. 145) “o mais importante rio de águas claras da toponímia da Amazônia”. Este arquétipo toponímico<sup>47</sup> surge, segundo nos relata Alexandre Rodrigues Ferreira (1786, p. 97), em contraposição às águas do rio Negro “[...] por esta razão lhe dão os portugueses o nome de Rio Branco<sup>48</sup>”. Suas nascentes principais estão à oeste na cordilheira Parima, ao norte a Pacaraima e à leste os campos e planaltos residuais como a serra da Lua. Neste trecho seu afluente principal é o Tacutu, por onde os holandeses provindos do rio Essequibo<sup>49</sup>, entravam no então território português.

Com as notícias de que os holandeses estariam atravessando o Tacutu pelos campos e utilizando o rio Branco como rede de trocas comerciais, Portugal passa a se preocupar com a região. A partir disto, em 1752, o governo português ordena que se construa imediatamente uma fortaleza às margens do rio Branco (Farage, 1991, p. 79 e segs.).

Contudo, mais de vinte anos se passaram e a construção da fortaleza não havia saído do papel. Apenas a partir de 1775 é que se iniciam as obras do Forte São Joaquim, nas confluências dos rios Tacutu e Uraricoera (formadores do rio Branco)<sup>50</sup>. A escolha do local, segundo o governador da Capitania do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo D'Almada<sup>51</sup> (1787, p. 682) foi no

---

<sup>47</sup> Arquétipo toponímico, segundo Dick (1990b), são os mesmos arquétipos que aparecem na mitologia de todos os povos, são expressões padrões, que traduzem ou enfocam o mesmo ângulo dos acidentes geográficos. Assim os diversos sistemas toponímicos apresentam expressões que significam em seu universo onomástico o mesmo fato, ou traduzem uma situação semelhante.

<sup>48</sup> Ainda Cf. Ferreira op. cit. “[...] os Tapuyas o chamão Queceuene.”

<sup>49</sup> O rio Rupununi é afluente esquerdo do Essequibo.

<sup>50</sup> A justificativa de se construir o Forte de São Joaquim na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera nas palavras de Sampaio (1777, 250) era “porque daqui se dominava, quanto era possível, a entrada [...] dos hespanhoes [pelo Uraricoera] e pelo que tocava aos holandezes [pelo Tacutu].

<sup>51</sup> Manoel da Gama Lobo D'Almada, então governador da Capitania do Rio Negro, fez um relato geográfico de grande parte da região, percorrendo os principais afluentes do rio Branco.

canal do Tacutu, por ser mais acessível que o do “Uraricoera cheio de cachoeiras, é mais outra razão porque convém estar antes fortificado no primeiro, do que no segundo dos ditos canaes”.

A partir da década de 70, do referido século, em função das ameaças constantes no território do Rio Branco é que se iniciam as primeiras explorações portuguesas no intuito de colonizar a região e impedir desta forma as ameaças externas, que num primeiro momento representavam Espanha e Holanda.

Por suas características os campos do Rio Branco foram de suma importância para colonização portuguesa nesta porção do território, este fato é comprovado pelos três principais cronistas do período. O primeiro deles, já citado, o Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio (1777, p. 269) diz que “[...] o fructo principal, que será resultado utilíssimo de uma colônia de brancos ou europêos no Rio Branco, é o estabelecimento de fazendas de gado vaccum nos dilatadissimos campos que o rodeam. Este ponto precisa de ser bem observado.”

O ilustre viajante naturalista, Alexandre Rodrigues Ferreira,<sup>52</sup> alguns anos depois, compartilha do mesmo pensamento e acrescenta outros dois importantes aspectos para economia local.

Por três modos podem ser úteis os estabelecimentos que se fizerem no Rio Branco, [...]. Pelas Pescas que se fizeram, pelos gados que se introduzirem, pelos generos que colherem do mato e se cultivarem nas terras que lhes forem proprias. As fazendas de gado, quanto mais se espalharem pelas campinas, servirão de espreitar, segurar e rehver os imprevistos aproches dos Hespanhoes e Holandezes confinantes. (Ferreira, 1786, p. 95).

Todavia, o terceiro cronista, Manoel da Gama Lobo D'Almada, já citado, foi o responsável pela introdução dos gados nos dilatados campos do Rio Branco. A intenção nas palavras do

---

<sup>52</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira, o único brasileiro dos três cronistas citados foi oficialmente designado pela coroa portuguesa para avaliar o potencial econômico das terras que abrangiam o Vale do Rio Branco. Seu objetivo também era o de descrever a situação em que se encontravam os aldeamentos indígenas. Descreveu uma grande coleção faunística e florística sobre a região.

Governador era “[...] produzir um artigo de commercio ao interior da capitania, que lhe traria muitas vantagens” com a “[...] introdução do gado vaccum” (Almada, 1787, p. 663). Para tanto foram criadas três fazendas estatais, denominadas de fazendas reais: a de São Marcos, a de São Bento, e a de São José.

Essas fazendas de gado jamais atingiram mercados internacionais e mesmo os nacionais, ficaram restritos à Manaus (Barros, 1995, p. 47). Muito embora, com a construção do Forte São Joaquim, das fazendas reais e principalmente com os aldeamentos indígenas, Portugal assegura a posse da terra no extremo norte do vale amazônico, através da figura jurídica *Uti Possidetis* ‘a terra pertence a quem ocupa’<sup>53</sup>.

Segundo Farage (1991, p. 55 e segs) os portugueses com a posse do rio Branco, além de garantirem possíveis aventuras expansionistas dos vizinhos espanhóis e holandeses, eles garantiram para o mercado interno da colônia uma zona de suprimento de escravos índios, através das tropas de resgate. Esta mão de obra escrava serviu, entre outras, para a construção do forte e da manutenção das fazendas. Essas obras foram erguidas nas margens do rio Branco, Tacutu e Uraricoera. A autora aponta que a etnia mais duramente afetada pelos aldeamentos foram os Wapixana, certamente por serem os povos dos campos do Rio Branco, região central da ocupação portuguesa.

Ferreira (1787a, p. 133) diz que os Wapixana são os “*Gentios*” da devoção dos portugueses e que os “[...] Caripunas, Makuxis e Peralvilhanos” são os agentes dos holandeses na captura dos “[...] imbeles” Wapixana. Neste contexto, o referido grupo, principalmente, àqueles

---

<sup>53</sup> Farage (op. cit) analisa com farta pesquisa documental, que os índios do vale do rio Branco foram utilizados pelos portugueses como “muralhas dos sertões”, afim de conter, com os aldeamentos indígenas, a presença dos vizinhos europeus.

da RISEL e da região das serras do Surumu, ficaram acudados entre as várias forças econômicas e políticas, sustentadas pelas nações européias.

A França ao final do XIX passa a contestar os campos do Rio Branco até a margem esquerda do referido rio. O argüidor desta contenda foi Henri Coudreau, geógrafo francês que percorreu, de 1883 a 1885, desde Caiena (Guiana Francesa) até os limites sudestes dos campos do rio Rupununi<sup>54</sup>. Coudreau permaneceu mais de um ano nas malocas da RISEL, principalmente em função de uma febre, que o fez permanecer por quase 10 meses na maloca de Malacacheta (Coudreau, 1887). Deste autor é que temos os dados históricos mais importantes de algumas malocas que serão examinadas no próximo capítulo.

O geógrafo francês publica em 1891 uma conferência intitulada *Le contesté franco-brésiliene*, nesta o autor justifica a importância do território em questão devido “a superfície da costa marítima, **dos campos**, da colonização européia e das tribus indígenas” (Freitas, 1891, p. 187, o grifo é nosso). Os campos são enaltecidos com os mais sinceros e proveitosos adjetivos:

En premier lieu, continua, la prairie [campos] sourit au colon eurpènn. Elle lui plaît parce qu'elle est belle. La prairie est une des séductions de l'Amérique chaus. [...] la prairie est saine. [...] le colon n'a pas s'y préoccuper des travaux de dessèchement ni de drainage. Ce n'est plus, comme tant de terres en Guyane, une région en formation, moitié terre, moitié eau, un marais en croissance, non : la prairie est une zone achevée où tout est terre ferme, rivières courantes, et lacs d'eau vive (Freitas, 1891, p. 189).

Ao final Henri Coudreau faz a propaganda para o colono francês dizendo que ele poderá se instalar nos campos com muito pouco capital e sem se expor às doenças graves. Com a solução do litígio entre Portugal e França sobre o rio Oiapoque, a contestação dos campos do rio Branco também foi sanada. Contudo, após 60 anos do discurso do viajante francês, quem estava fazendo

---

<sup>54</sup> Cf. o mapa 3.

propaganda para os colonos nordestinos virem para o então Território do Rio Branco,<sup>55</sup> era o governo brasileiro representado pelo presidente Getúlio Vargas.

Nas matas que circundam os campos, Vargas criou três colônias agrícolas com o intuito de abastecer os moradores da capital do Território, Boa Vista. Todas foram criadas no ano de 1944, a primeira delas foi a colônia Fernando Costa, que ficou conhecida como colônia Mucajaí<sup>56</sup>. A segunda, a Braz de Aguiar, chamada como colônia do Cantá<sup>57</sup>, e finalmente a terceira, conhecida como colônia do Taiano<sup>58</sup>, Coronel Mota<sup>59</sup>. Desta forma, quando da criação das TIs, essas colônias, que foram transformadas em municípios, impediram grandes demarcações das áreas indígenas<sup>60</sup>, tendo como resultado a fragmentação do território indígena.

Assim, imaginemos, pelo pouco que vimos, o quanto o território e a cultura Wapixana não foram afetadas por todas as relações descritas. Foram 250 anos de ocupação dos campos do Rio Branco, segundo, apenas as fontes escritas. Hoje vive mais de 200.000 pessoas na capital do estado de Roraima, os índios representam aproximadamente 4% desta população. Boa Vista, a capital, designa os vastos horizontes dos campos do Rio Branco, batizada pelos portugueses. Na língua Wapixana temos como forma equivalente, o termo *Baaraz*, que veremos no próximo capítulo. Agora passamos para a língua do referido grupo.

---

<sup>55</sup> O território do Rio Branco foi criado em 1943 (em 1962 muda de nome para Roraima, após plebiscito) durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Freitas (1991, p. 17) os territórios federais foram criados nas áreas de litígios, para ter um acompanhamento direto do governo central.

<sup>56</sup> Localizada na margem direita do rio Mucajaí cerca de 50 km ao sul de Boa Vista.

<sup>57</sup> Situada aos pés da serra do Cantá (30 km de Boa Vista à sudeste), hoje sede do município do Cantá.

<sup>58</sup> A noroeste de Boa Vista, há aproximadamente 50 km, nas serras do Taiano.

<sup>59</sup> Segundo Osvaldo a Braz de Aguiar era colônia para cearense, a Fernando Costa para rio grandense e a Coronel Mota para maranhenses (informação verbal, Cantá, 2006)

<sup>60</sup> Segundo o Padre Vantuí da Diocese de Roraima, esta política de criação de colônias agrícolas próximo as áreas indígenas é uma forma do Poder Público jogar pobre contra pobre, pois tanto índios, como os assentados vivem do assistencialismo. Se qualquer um dos lados quiser ampliar o seu território terá que passar por cima do outro (informação verbal, Boa Vista, 2006).

## 2.2 A LÍNGUA WAPIXANA

Os Wapixana representam uma ilha Arawak num mar de Karíb, visto que todos os grupos étnicos que os circundam (Makuxi, Waiwai, Taurepang e Ingarikó) são desta grande família indígena<sup>61</sup>. Alguns Wapixana, especialmente àqueles residentes em malocas mistas, como a de Manoá, falam também a língua Makuxi, além da língua oficial (Português, para os que residem no Brasil e o Inglês, na Guiana) e de sua própria língua materna, o Wapixana<sup>62</sup>.

A língua Wapixana é afiliada geneticamente à família lingüística Arawak. Rodrigues (1986, p.65) diz que “Aruák ou Arawák é o nome de uma língua falada na costa guianesa da América do Sul, na Venezuela, na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa”. Devido a esta abrangência geográfica, inclusive algumas ilhas das Antilhas, o nome Arawak veio a ser utilizado para designar um conjunto de línguas aparentadas à língua Arawak. Especula-se, que Cristóvão Colombo tenha ouvido essas línguas, em seu primeiro contato no Novo Mundo.

Outro termo utilizado para designar a família Arawak é Maipure. Esta denominação foi usada em 1782 por Filippo Salvatore Gilij, que reconheceu o parentesco genético entre a língua Maipure do vale do Orinoco e a língua Mojo, falada na Bolívia, e, então, passou a denominar o

---

<sup>61</sup> Segundo Rodrigues (1986, p. 57) "O nome Karíb (Caribe) é uma das designações pelas quais foi conhecido um povo indígena que ocupou, nos séculos passados, grande parte da costa norte da América do Sul e as pequenas Antilhas, estendendo-se desde o norte da foz do Amazonas, passando pela Guiana Francesa, pelo Suriname, pela Guiana até a Venezuela. [...] Assim, hoje as línguas que apresentam parentesco genético com a língua Karíb são consideradas integrantes da família lingüística Karíb." Atualmente são 21 línguas, desta família faladas no Brasil.

<sup>62</sup> Segundo Migliazza (1980 apud Santos, 2006, p. 20), "[...] mais de 80% dos Wapixana podem falar a língua nacional com a qual estão em contato, ou português no Brasil ou o inglês na Guiana, e 30% deles podem também falar Makuxí ou Taurepang, ambas línguas pertencentes à família Karíb. Na realidade, considerando a facilidade de se ultrapassar a divisa entre os dois países, é comum se encontrar, no lado brasileiro, Wapixana que fala, além de sua língua materna, as línguas das duas nacionalidades acima referidas, assim como, uns poucos mais velhos, que moram em malocas distantes e de difícil acesso, que falam apenas sua própria língua materna. Nos locais mais próximos aos centros urbanos brasileiros, hoje predomina o monolíngüismo em português, especialmente entre os mais jovens. Na época da pesquisa de Migliazza, o número de falantes Wapixana que falavam sua língua girava em torno de 60% da população. Na atualidade, conforme o Núcleo Insikiran de Formação Indígena (2003, p. 23), esse percentual encontra-se reduzido para apenas 40%".

grupo de Maipure ou Maipuran (Payne, 1991 apud Santos, 2006 p. 14). O termo Maipure foi empregado para designar essa família lingüística, antes mesmo que Arawak, só que após as contribuições de Von den Steinen (1886) e Brinton (1891), este último termo se sobrepôs (Aikhenvald 1999 apud Santos, 2006). Recentemente o termo Maipure representa a maior subfamília Arawak, assim como o Jê em relação ao Macro-Jê.

O trabalho de David Payne (1991) estabeleceu com um grau relativamente alto de certeza quanto às filiações genéticas entre as línguas Maipure, ainda que as subclassificações específicas estejam sujeitas a revisão (Urban, 1998, p. 95). A língua Wapixana, nesta classificação faz parte do grupo Setentrional (anexo E).

A grafia Wapixana utilizada nesta pesquisa está fundamentada no dicionário Wapixana-Português / Português-Wapixana (Cadete, 1990) que foi elaborado pelo grande mestre da língua, o Wapixana Casimiro Cadete, *Kassun*,<sup>63</sup> e por um grupo de professores de Wapixana que ministram aulas nas escolas estaduais das malocas, contando com a assessoria da lingüista Bruna Francheto.

Neste dicionário, a ortografia Wapixana foi adaptada à grafia do português<sup>64</sup>. Franchetto (1990) descreve para o alfabeto Wapixana: quinze consoantes e cinco vogais; os símbolos para as consoantes são: p, b t, d, k, s, z, ch, x, r, m, n, nh, w. Algumas consoantes têm uma pronúncia característica que não é a mesma do português: “d”, “z”, “r” são retroflexas. Os símbolos para as vogais são: a, e, i, u, y. A fonética do “y” não existe no português: é pronunciada como se fosse “u” mas com os lábios estendidos, como no tupi. As vogais a, i, u, y, têm correspondentes longas.

---

<sup>63</sup> Em Wapixana, o seu Casimiro é chamado de *Kassun*, peixe elétrico.

<sup>64</sup> Segundo Manoel Gomes dos Santos (2006) a grafia utilizada no dicionário de Cadete (op. cit) difere daquela empregada por Tracy (1972) na Guiana, mais aproximada do inglês.

## 2.3 A DISPERSÃO DOS MAIPURE

Greg Urban (1998, p. 95 e segs) disserta sobre a possível dispersão do ramo Maipure, do qual a língua Wapixana participa como Setentrional, fundamentado em fatos geográficos. O autor baseado nos dados de Payne (1991), parte da hipótese de que a área geográfica que contém a maior diversidade lingüística é provavelmente sua zona de origem, neste caso (anexo E) a área peruana se apresenta como o possível local de dispersão do ramo Maipure dos Arawak, há aproximadamente 3 mil anos atrás.

Urban argumenta que quando se examinam as características geográficas de grandes subgrupos de Maipure (Ocidental, Central, Meridional), esses são encontrados quase sempre em áreas de planaltos e nascentes. Exemplifica com os Waurá, que estão no planalto Central do Brasil, nas nascentes do Xingu ou os Pareci basicamente na chapada dos Parecis, com altitude entre 500 e 1000 m, esses dois, do ramo Central; do Ocidental e Meridional, temos respectivamente, os Amuesha numa área de transição entre montanhas e terras baixas e os Bauré que estão em torno dos Lhanos de Mojos, com altitude entre 200 e 500 m. Em relação ao subgrupo Setentrional, o autor os localiza em terras baixas, não compartilhando o mesmo terreno que os outros.

Entretanto, os Wapixana, apesar de estarem nos campos, em torno de 100 m de altitude, na nossa compreensão, pertencem mais ao grupo dos planaltos ao das terras baixas. Visto que os campos do Rio Branco estão nas cabeceiras, portanto, região de nascentes de diversos rios e igarapés: Tacutu, Arraia, Quitauaú e outros tantos afluentes do alto rio Branco (mapa 4). Neste sentido, essas paisagens dos campos do norte, apesar da diferença de altitude, é muito semelhante

a dos campos limpos e sujos do planalto Central do Brasil<sup>65</sup>, onde vivem os Waurá (anexo E). Suas casas são compostas pelas mesmas palhas de buriti (*Mauritia flexuosa*), apesar da distância de mais de 2000 km.

Este dado vem ao encontro da hipótese de que diversas etnias Maipure vivam em áreas de nascentes e planaltos, possivelmente por terem partido dos planaltos peruanos e percorridos os interflúvios do norte e do sul. Todas essas áreas têm em comum serem recobertas por gramíneas e esparsas arvoretas que são denominadas com os termos lhanos, campos, savanas e cerrados.

No entanto, talvez, parte do grupo Setentrional tenha migrado dos planaltos pelos rios da bacia amazônica. Os Wapixana da Serra Lua, como veremos no capítulo seguinte, possivelmente vieram do rio Branco e antes teriam passado pelo rio Negro, visto que encontramos no texto toponímico do baixo rio Negro e o Branco, segundo Ramirez (2001), nomes com terminações em **uaú** do Wapixana, *wa'u*, que designa o 'rio'. Entre esses temos:

No baixo rio Negro: rios Ariaú, Apuaú (ou Mapauaú), Bariuaú, Tanauaú, Macucuaú, Curiuaú (antigamente, Curiuahu), Urubiaú, Adauaú, Alalaú, Murauaú, Camanaú; perto de Carvoeiro, a ilha Iradauaú, no rio Unini, o lago Uaú e, na bacia do rio Araçá, o igarapé Mauaú.

No rio Branco: os rios Taraú, Mapulaú, Xixuaú, Tucuxiaú, Paraoaú, Wanauaú (antigo nome do rio Anauaú), Wirauaú, Zamuruuaú, Muaú (na foz do rio Catrimani), Carimaú (abaixo do Catrimani), Apiaú (antigamente, Apeahú), Mauaú, Mau, Imiuaú, Quitauaú, etc. (Ramirez, 2001, p. 3)

Este último rio está na RISEL. Certamente, precisaremos de estudos mais aprofundados sobre os caminhos dos Wapixana, visto que encontramos topônimos com a mesma terminação na região do rio Japurá (rio Meuaú) e o Trombetas (Curiaú e Iriaú), conforme observou ainda Henri Ramirez. Isto sugere que os Wapixana dos campos do rio Rupununi e Tacutu podem ser provenientes do sul, através desses rios.

---

<sup>65</sup> Motivo pelo qual empregamos a nomenclatura utilizada por Goodland (1979) para designar as fitofisionomias do nordeste de Roraima.

## 2.4 ENTRE CAMPOS, SERRAS E MALOCAS

Os campos, as savanas e os cerrados são denominações comuns que designam a vegetação existente no nordeste de Roraima; em geral os documentos portugueses trazem o termo Campo; os ingleses e espanhóis, Savana<sup>66</sup>; os do Brasil sudeste, Cerrado<sup>67</sup> e os moradores de Boa Vista, denominam de Lavrado<sup>68</sup>. Nós utilizaremos daqui para frente, campos, que normalmente no Brasil, designa a área descoberta que não possui floresta. Pensamos ser esta definição a melhor para caracterizar a vegetação do nordeste de Roraima, por possuir, como veremos no próximo capítulo diversos tipos de campos, inclusive os campos cerrados.

Os campos do Rio Branco desenvolveram-se sobre as colinas arenosas da bacia sedimentar regional, comumente denominada como Formação Boa Vista. Ab' Saber (1997) explica a gênese geomorfológica desta bacia sedimentar como gerada em condições endorréicas<sup>69</sup> ou semi-endorreicas nas depressões intermontanas dos Planaltos da Guiana engendrado por baixadas semi-áridas coalescentes. Significa dizer que o paleo-clima de Roraima, durante o Quaternário (13.000 a 23.000 a.p.)<sup>70</sup>, foi marcado pela semi-aridez, com períodos prolongados de escassez de chuva e excesso de sol equatorial.

A conhecida região das "serras" e do "lavrado" (na linguagem regional) são resultantes, em parte, desses acontecimentos. Essas serras, como a da Lua, são planaltos residuais formados em

---

<sup>66</sup> O termo Savana foi empregado pela primeira vez por Oviedo & Valdez (1851), para designar os "lhanos arbolados da Venezuela" (formação graminóide dos planaltos, em geral coberta por plantas lenhosas). No entanto a nomenclatura só se universalizou quando utilizada pelos franceses para designar a vegetação arbóreo-aberta da África (Tansley, 1935). As famosas Savanas africanas tornaram-se referência para este tipo de vegetação nos trópicos, desta forma o IBGE caracterizou as nossas paisagens campestres tropicais, com o termo Savana e as suas especificidades.

<sup>67</sup> O termo Cerrado vem sendo utilizado em duas diferentes acepções: Cerrado (*lato sensu*) para designar um conjunto de vegetação encontrada no planalto Central do Brasil; ou cerrado (*stricto sensu*) designando uma vegetação de tipo arbóreo, formando um dossel bem desenvolvido que dificulta e reduz sensivelmente a visibilidade.

<sup>68</sup> O termo Lavrado deve ter sido empregado pelos migrantes nordestinos durante o século XIX e XX (visto que antes desta época, não há registro do termo na literatura), em função, talvez do aspecto dos campos, como se fossem lavrados para utilização da agropecuária.

<sup>69</sup> Região onde a drenagem não chega até o mar.

<sup>70</sup> Corresponde ao período semi-árido rustivo de Würn IV (Ab Saber, op. cit. p. 287)

grande parte por granitos e quartizitos, rochas de grande resistência, que resistiram ao processo de erosão e atualmente se sobressaem altimetricamente (400 a 1000m) nas pediplanícies<sup>71</sup> do rio Branco. O lavrado ocorre em torno de 100 a 130m, recoberto por sedimentos arenosos e argilosos do pleistoceno e do holoceno recente<sup>72</sup>.

Os Wapixana classificam em dois tipos as litologias encontradas nos campos: *kyba aturi*, pedra jacaré (foto 1), boa para a construção, no revestimento de paredes e a *biziay*, pedra dura. Esta última refere-se ao amplo grupo das rochas ígneas ou cristalinas, já a primeira, a pedra jacaré, corresponde às lateritas, rocha ferruginosa, que aparece nas regiões de climas intertropicais úmidos, resultante da alteração que se realiza em qualquer tipo de rocha. Destarte, tanto os cerrados do planalto Central do Brasil como os campos do Rio Branco são comuns o processo de laterização, "que consiste numa lixiviação do cálcio, do sódio, do potássio e uma segregação do ferro e da alumina" (Guerra, 1956, p. 120). Este processo só é possível por causa das condições climáticas desta região, com estações alternadas entre as chuvas intensas e as secas rigorosas.

---

<sup>71</sup> Processo de aplainamento de extensas superfícies da crosta terrestre, submetidas a clima árido quente ou semi-árido. (Ab Saber, op. cit. p. 273)

<sup>72</sup> Os dois períodos pertencem ao Quaternário, sendo o pleistoceno correspondente ao Quaternário antigo (1 a 1.5 milhão anos a.p.) e o holoceno ao Quaternário recente (de 20 a 25 mil anos a.p.).



Foto 1. Laterita no solo do campo. Manoá.

Os Wapixana dividem essas duas estações do ano, em *windun*, ‘tempo de chuva’ e *kamudun*, ‘tempo de sol’<sup>73</sup>; que são conhecidos regionalmente por ‘inverno’ e ‘verão’, respectivamente. Portanto, como esses campos estão entre os paralelos de 2° à 5° Norte e 59° à 62° Oeste de Gr., o clima considerado é o Equatorial semi-úmido, que apresenta alternância de estações, seca e chuvosa, sob influência da massa equatorial continental, que atua de forma menos chuvosa, comparado ao clima Equatorial úmido da Amazônia ocidental, onde os totais anuais superam os 2500 mm e ausência de estação seca (CONTI e FURLAN, 2003). As médias anuais dos campos do Rio Branco estão em 1688 mm, sendo os meses de junho e julho os mais chuvosos (ARAÚJO et al. 2001).

---

<sup>73</sup> Maria Odileiz Sousa Cruz identificou a mesma divisão entre os Ingariko e Taurepang (informação verbal, correio eletrônico, 2007)

Em razão de sua localização no hemisfério norte, o verão e o inverno no estado de Roraima, ocorrem inversamente em relação aos do Sudeste do Brasil. O ‘tempo da chuva’, *windun*, ocorre de abril a setembro, depois vem a estiagem, *kamudun*, entre outubro e março. Os campos durante o inverno são preenchidos por água e em diversos pontos formam lagoas temporárias. Em torno dessas lagoas, espriam-se os buritizais, ‘*diywyzbau*’, bem como no decurso dos igarapés (foto 2).

Da palha dos buritis os Wapixana constroem o telhado das suas casas, pois sua palha seca é firme e grossa e encaixa-se com firmeza entre as ripas do teto (foto 3). Sua durabilidade (25 anos aproximadamente) é bem maior que a palmeira inajá, *pukurid*, que só dura cinco anos (foto 4). Porém, em algumas malocas, como a de Tabalascada<sup>74</sup>, com o alto contingente populacional, 450 pessoas e o tamanho reduzido de seu território (13.014ha) faz com que os buritis, ‘*diywy*’, não consigam suprir a demanda da maloca e muitos acabam fenecendo, por ficarem com menos folhas do que necessitam para viver. Outras espécies vegetais estão desaparecendo das matas, principalmente às empregadas na construção das casas, como, por exemplo, a cupiúba, ‘*piwera*’, utilizada como coluna para casa e canoa. O resultado desta escassez é sentido nas paisagens vernáculares<sup>75</sup> da maloca, onde as telhas, especialmente as de amianto, tomam as coberturas das moradias e o tijolo suas paredes. (foto 5).

Entre os Wapixana, não é usual o termo aldeia para referirem-se ao lugar onde vivem, utilizam, para tanto o termo maloca. Para os moradores dos grandes centros urbanos, este termo carrega uma carga semântica pejorativa. Luís da Câmara Cascudo (1954, p. 522) expressa em seu

---

<sup>74</sup> Cf. Tabalascada 3.2.8.1.

<sup>75</sup> "Os trabalhos dos geógrafos dos setenta primeiros anos do século XX estabeleceram perfeitamente as condições práticas nas quais se realizavam as arquiteturas vernáculares - e na escala dos territórios das aldeias, as paisagens vernáculares." (CLAVAL 2004, p. 61).



Foto 2. Vereda (Palmeira buriti).



Foto 3. Construção de uma casa coberta de palha de Buriti. Malacacheta.



Foto 4. Casa revestida com palha de Inajá. São João.



Foto 5. Casa de alvenaria com propaganda política na porta. Malacacheta.

dicionário este senso comum dos moradores das cidades para o vocábulo maloca, explorando inicialmente a derivação - maloqueiro:

A vida do maloqueiro, errante, boêmia, irresponsável, à margem da ordem e da proteção legal, tem sido assunto literário talqualmente seus irmãos, os outros maloqueiros de todas as cidades do mundo [...]. Maloqueiro provirá de *maloca*, a casa de guerra em nheengatu, ou simplesmente a casa, decorrentemente, o grupo humano que dela participa, ligado pelos vínculos do solidarismo tribal.

Neste trecho o autor nos mostra a origem do termo no Nheengatu<sup>76</sup>, sendo a casa de guerra ou simplesmente a casa. Esta definição e filiação lingüística corrobora com àquela de Teodoro Sampaio (1901, p. 276), em que maloca é corruptela de "*mâr-r-oca*, a casa de guerra, a casa forte para a luta. Koch (1911, p. 31) referindo-se aos índios de Roraima, diz que maloca é a casa da parentela e que suas aldeias consistem, via de regra, somente de uma casa grande, de base redonda, para várias famílias.

Outros viajantes do noroeste amazônico relataram esta casa grande, a maloca, que servira de abrigo para todas as famílias, e que lá vivenciavam a sua cultura. O célebre antropólogo Curt Nimuendaju (1959, p. 181) vai mais longe dizendo ser a maloca uma das mais importantes características das instituições da cultura indígena e complementa: "Na maloca condensa-se a cultura própria do índio: ali tudo respira tradição e independência".

Esta tradição e independência podem ter sido a causa do extermínio da maloca indígena enquanto a "casa mãe", onde todos são filhos e vivem como irmãos. Esse extermínio da maloca ou desarticulação da organização social indígena foi fruto da intervenção da igreja católica, como

---

<sup>76</sup> Para Rodrigues (1986, p. 102 et seq.), o Nheengatu, é sinônimo da Língua Geral Amazônica (LGA), falada até hoje no noroeste do estado do Amazonas. Esta língua desenvolveu-se inicialmente no Maranhão e no Pará, durante o século XVII, mais tarde do que a do sul (Língua Geral Paulista) no século XVI.

relata BÉKSTA (1988, p. 8) ao referir-se sobre a construção e a conseqüente destruição do conceito de maloca entre os Dessana<sup>77</sup>:

Maloca é uma casa de grandes dimensões que abriga uma família extensa e seus agregados. Os habitantes pertencem a um clã, ou a uma linhagem. No território brasileiro, na região dos Tukano Orientais, a última maloca foi extinta por iniciativa do padre João Machesi, em agosto de 1958. Pertencia aos Dessana do Urucu-Igarapé (afluente da direita do rio Papuri).

A extinção deste patrimônio cultural indígena, segundo o padre Baron (BÉKSTA, 1988, p. 12) "[...] é que a maloca é um foco de imoralidade, de corrupção, de orgia: os índios são uns degenerados, sem moral". Já Dom João Machesi, apelidado o "Anchieta" do rio Uaupés, que trabalhou 41 anos como padre e 5 anos como bispo Coadjutor da Prelazia do rio Negro, diz que seu objetivo é "**transformar gradativamente as malocas**: primeiro em uma série de choupanas e depois, em casinhas de madeira."<sup>78</sup>

Nesta última citação, de Dom João Machesi, temos uma hipótese para a conservação dos nomes das aldeias dos Wapixana, em maloca. Pois, nas palavras do Bispo, as malocas não morreram, não foram extintas, mas transformadas, em várias casinhas, cada uma com seu núcleo familiar central (pais e filhos). É o fim da "casa do diabo" e o início das "missões de Deus". O termo maloca, no sentido de comunidade, aldeia, parece ter permanecido como um testemunho lingüístico da antiga organização social dos índios de Roraima<sup>79</sup>.

Entre os Wapixana, segundo Hermann (1946, p. 12)

---

<sup>77</sup> Índios da família lingüística Tukano, situados no noroeste da planície amazônica, fortemente influenciados pela cultura Arawak.

<sup>78</sup> BÉKSTA, op. cit. o grifo é nosso.

<sup>79</sup> A toponímia brasileira só registra dois acidentes geográficos com o termo Maloca como elemento específico do sintagma toponímico, ambos na região Norte do Brasil: ig. da Maloca (AC e PA). Como elemento genérico do sintagma, encontramos em quase todos os estados da região Norte, mais o Mato Grosso, em seu trecho de Floresta Amazônica. Quer dizer que o termo, na toponímia, está restrito ao grande anfiteatro amazônico, exatamente, como defende Teodoro Samapio (op. cit) e Câmara Cascudo (op. cit) quando o afiliam ao Nhengatu ou a LGA. Este fato demonstra a capacidade do topônimo em servir como um fóssil lingüístico.

A malóca Vapidiana [Wapixana], antigamente, consistia numa habitação com um único compartimento onde faziam o fogo, onde se reuniam para as refeições, onde todos os indivíduos e famílias de que se compunham a família-grande, se reuniam para dormir, nas redes, penduradas junto ao fogo.

Atualmente, não encontramos mais este tipo de moradia, onde vivem diversas famílias nucleares. A casa Wapixana é composta apenas de uma família nuclear com subdivisões entre a cozinha, os quartos (do casal e dos filhos) e a sala. O banheiro fica do lado de fora, distante alguns metros da casa, no quintal. Este tipo de moradia é influência direta das missões, mais recentemente a beneditina<sup>80</sup> e dos fazendeiros.

Neste sentido a Maloca Wapixana hoje é composta por diversas casas, dispersas pelos campos, onde existe um centro, formada pela igreja (na grande maioria Católica), a escola Estadual, o posto de saúde, um campinho de futebol e o malocão, onde ocorrem os encontros e as festividades da maloca.

A ligação entre as casas e o centro da maloca se dá por pequenos caminhos, ramificados pelos campos, que só são totalmente visíveis com a queima do capim, *pinid*, caso contrário, o viajante tem a impressão de que os únicos caminhos existentes sejam àqueles dos automóveis. Essas pequenas trilhas campestres revelam quão freqüentes são as trocas entre uma e outra casa.

O centro das malocas Wapixana está relativamente próximo aos igarapés (aproximadamente 1km), na maioria dos casos acima de 100mt de altitude sobre os campos e sempre na borda da floresta (mapa 5). É na floresta que os Wapixana cultivam as suas roças com uma grande variedade de vegetais, tais como milho, abóbora, arroz, periqueteira, feijão e principalmente a mandioca (foto 6 a 12).

---

<sup>80</sup> Segundo Koch (1917, p. 133) a missão Beneditina chegou no rio Branco em 1908.

Essas malocas, campos e serras que compõem a região pesquisada serão analisados em seus pormenores no capítulo seguinte.



Foto 6. Milharal. Malacacheta.



Foto 7. Jerimum de leite e manivas no solo do milharal. Malacacheta.



Foto 8. Arroz para alimentar as galinhas. Malacacheta.



Foto 9. Entre o arrozal, a Periqueteira utilizada como tempero do caxiri.



Foto 10. Roça de Mandioca. Manoá

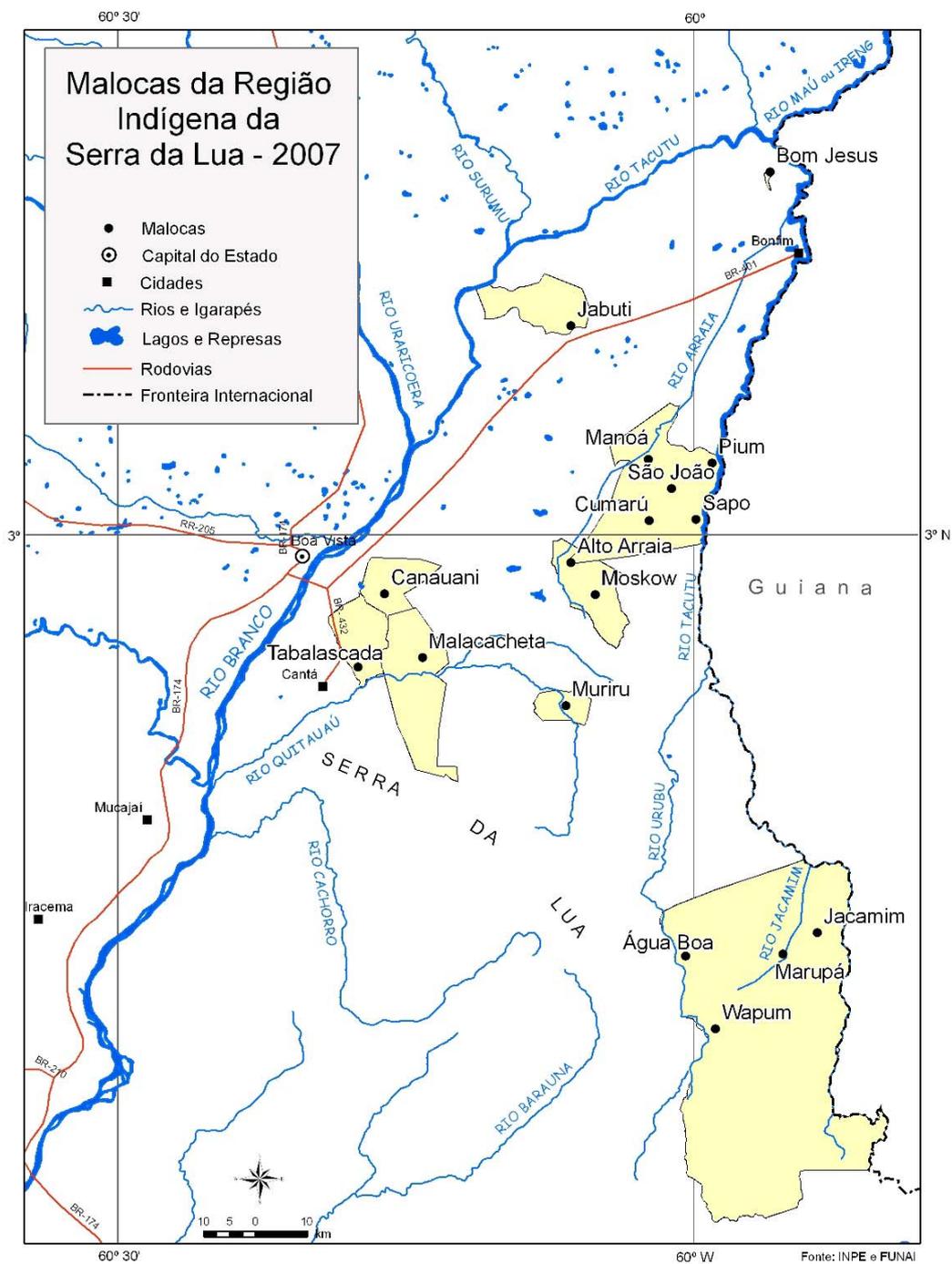


Foto 11. Feijão para atrair veado.



Foto 12. Colheita da mandioca. Canauani.

## **CAPÍTULO 3 – A MORADA DOS WAPIXANA**



Mapa 4

Mapa 4 - Malocas Indígenas da Região Indígena da Serra da Lua

### 3.1 A REGIÃO INDÍGENA DA SERRA DA LUA

A Região Indígena da Serra da Lua está localizada na porção centro-leste do estado de Roraima-Brasil, área fronteira com a República Cooperativista da Guiana. A serra da Lua é um imenso maciço rochoso formado principalmente por material granítico e quartizito, que faz parte do complexo Guianense. A serra se destaca na paisagem por atingir mais de 1000m de altitude, e ser um divisor natural entre as pediplanícies do rio Branco ao norte e floresta Amazônica ao sul. No mapa 3 fica claro que as malocas da RISEL são atualmente o centro geográfico dos Wapixana.

Os limites da região são os rios Tacutu<sup>81</sup>, ‘*Takutuwa’u*’, ao norte e leste, e o Branco, ‘*Wauz*’, à oeste, os rios secundários da bacia do Branco são os Quitauaú, ‘*Kuituwa’u*’; Urubu, ‘*Watuwa’u*’; Jacamim, ‘*Namatiwa’u*’ e Arraia, ‘*Dybaruwa’u*’. Há diversos igarapés que alimentam esses e estão espalhados pelos campos e pelas serras. A serra da Lua é o limite sul da região (mapa 4).

Seu nome, certamente vem da tradução do topônimo Wapixana, *Kayzdyky’u*, onde *kayz* é ‘lua’ e *dyky’u*, ‘serra’. Henri Coudreau, também documentou em campo, junto aos Wapixana, o mesmo termo, porém com a grafia do francês: *Cairrît Dekeuou*. Coudreau (1887, p. 283) relatou dos antigos habitantes do setor norte da serra, os Aturau<sup>82</sup>, histórias sobre a serra da Lua:

Cette chaîne a bien quinze cents mètres d'altitude absolute. Elle inspire aux Atorradis une frayeur superstitieuse. La montagne est maudite. Il n'y a personne là, personne n'y va chasser, on en a peur. Il y a des tribus de canaémés, des Chiricoumes, des Coucoichis sur l'autre versant.

Verdade ou não, até a hoje na serra da Lua não encontramos Wapixana, ou qualquer outra etnia. Não obstante, sua magnificência inspira os indígenas a respeitá-la e não incomodá-la.

---

<sup>81</sup> Segundo Casimiro Cadete, *Takutu* significa um tipo de ‘flecha’, menor que as convencionais, na língua Wapixana. No entanto, nenhum outro informante confirmou esta afirmação.

<sup>82</sup> Grupo de filiação lingüística Arawak, considerado um dialeto Wapixana. A historiografia indígena sugere que este grupo foi absorvido pelos Wapixana.

Dentre todos os Wapixana entrevistados, apenas um havia subido a serra e mesmo assim, uma única vez, visto que a viagem é longa e penosa.

Trinta anos depois que o viajante francês relatou tais fatos sobre a enigmática serra, Koch-Grünberg (1922, p.61) também ouviu dos indígenas de Roraima, que a serra da Lua era habitada pelos "Piscahukó, tribo de Kanaimé"<sup>83</sup>, odiada e temida por todos os vizinhos especificamente os seus arqui-inimigos, os Taulipáng e Arekuna que consideram quase todos os falecimentos ocorrendo na própria tribo causados pelas bruxaria daqueles." No entanto, Koch-Grünberg diz que "todos falam dos Pischaukó, mas ninguém jamais os viu". É mais uma amostra do mistério que cerca a serra, tão sombria quanto o próprio termo específico que lhe anima o nome: a lua. Esta áurea nebulosa também iria atrair para esta região, ainda no século XVIII, os espanhóis crentes de que, por essas bandas encontrariam o fabuloso lago Dourado.

Mandou ao cabo Izidoro Rondon, que governava a mais dez, com quinze índios a subirem ao rio Tacutú, a que os hespanhóes dão o nome de Maho. Navegou esta escolta oito dias pelo Tacutú, porém foram atacados pelos índios *Paravianos, Caripunas e Macaripas*, que matando-lhes o principal pratico e ferindo a outros, se viram obrigados a voltar para traz; tão desconsolados, quanto esperavam, segundo os promessas do pratico, chegar d'alli a três dias ao lago Dourado. (SAMPAIO, 1777, p.212).

Há oito dias de viagem pelo rio Tacutu chega-se bem próximo à TI de Jacamim, comunidade que pertence a RISeL. Sampaio (1777, p. 250) dedica algumas páginas de seu trabalho às expedições espanholas no território do rio Branco e conclui com certa ironia que "a busca do Dourado é o verdadeiro motivo dos espanhóis invadirem o território do Rio Branco, pelo que eles confessam. Se foi porém unicamente pretexto, não sei decifra-lo".

Vimos, a partir desses, que a RISeL desde o século XVIII era tida, tanto pelos europeus como pelos indígenas, com uma atmosfera repleta de mistérios, ora, pelos temidos kanaimé, ora, pelas fábulas do lago e da cidade de ouro. Isto revela, em verdade, o grande medo e fascínio pelo

---

<sup>83</sup> Cf. 3.2.8.1 Tabalascada.

desconhecido, visto que, nem os indígenas, nem os europeus conheciam de fato os labirintos do maciço rochoso.

Os Wapixana têm um termo específico para cada fase da lua<sup>84</sup>, para a lua nova, eles a chamam de *Kaiz Maritypan*, que numa tradução literal temos a "lua escondida", quer dizer que eles sabem que a lua está no céu, porém oculta pela falta de luz solar. A mesma motivação pode ter levado os wapixana a batizarem a grande serra, repleta de mistérios, com o mesmo elemento que ora se esconde ora brilha, como relatou Coudreau (1887, p. 283) sobre a serra da Lua: "[...] L'an passé elle prit feu toute seule et brûla plusieurs jours, mais de jour seulement, de midi au coucher du soleil, la nuit elle ne brûlait plus".

O mesmo viajante francês, fornece uma outra motivação para o topônimo: "Des deux cases de Touaroude<sup>85</sup> on voit très bien Caïrrit et ses prolongements, et la lune (probablement un petit lac) qui a donné son nom à la chaîne"<sup>86</sup>. O que Coudreau chama de um pequeno lago, alguns wapixana dizem ser uma rocha no alto da serra com a forma da lua, no caso, *kayz kuraidan*, a lua enrolada, daí resultaria o seu nome. Este fato motivou o desenho que consta na capa deste trabalho, com a "lua enrolada" no alto da serra, no entanto, como fora um convite aos catequistas da RISEL, sobre a lua está uma santa, porém, com traços indígenas.

A serra da Lua não é o único caso das influências dos astros nas designações geográficas dos wapixana. A serra do Sol, *kamudyky'u*, também está presente na toponímia roraimense, sendo também um nome de uma região indígena, onde habitam: Wapixana, Makuxi, Taurepáng, Igarikó e Patamona. Charles-Marie de la Condamine<sup>87</sup>, que percorreu a região amazônica de 1735 a 1745, relata dos indígenas da região de Coari, nomes próprios para algumas constelações.

---

<sup>84</sup> Para a Lua Cheia, *Kayz Wawenchan*; para o início da quarto-crescente e o final da quarto-ninguante, *Kayz Kuraidan* (a lua enrolada) e para a crescente, *Kayz Kanedepan* (a lua clara).

<sup>85</sup> Região entre os rios Tacutu e Urubu.

<sup>86</sup> Coudreau (1887, p.285).

<sup>87</sup> Condamine é um dos cientistas que integrou a expedição francesa para descobrir a forma da Terra na zona equatorial.

"Chamam as Híadas, ou a cabeça do touro, *Tapiira Raiuba*, de um nome que significa hoje na língua deles "mandíbula de boi" (Condamine, 1745, p.82). Quando o cientista francês diz na "língua deles", ele se refere na mesma página à "Língua do Brasil, igualmente introduzida em todas as missões portuguesas". Certamente esta influência da chamada LGA chegou até aos Wapixana, visto que denominam o gado de 'tapi'iz', enquanto que para o termo mandíbula utilizam a palavra 'iawaa'y'. Já a palavra cabeça em Wapixana, 'ruay', é mais próximo da expressão coletada por La Condamine.

A serra da Lua no campo das taxionomias toponímicas é um astrotopônimo, que tem como origem a tradução do termo Wapixana. Muito embora, a maior parte dos pesquisadores dos séculos XIX e XX, classificaram a região como pertencente aos Aturaiu<sup>88</sup>.

Coudreau em seu Atlas (anexo D) da France Equinoxiale, diz que a serra da Lua é uma imensa região que divide à oeste e norte o território dos Wapixana; a leste, os Aturaiu e ao sul, nas densas florestas, os Chiricoumes. No entanto, Henri Coudreau mostra que mesmo no chamado território dos Aturaiu, há várias vilas Wapixana e, mesmo Makuxi.

O pesquisador Koch-Grünberg (1922, apud HERMANN, 1946, p.10) diz que os "Wapixana entraram, há anos, no território dos Aturaiú, uma tribo, como aquela Aruak, assimilando-lhe a língua e formando esse grupo dialetal". O grupo dialetal do qual trata o pesquisador alemão é o Aturaiu. Contudo, isto é uma citação do trabalho de Hermann (1946), pois ao consultarmos a própria pesquisa de Koch-Grünberg, (1922, p. 73) o mesmo diz a respeito dos Wapixana:

Seus vizinhos ao sul, nas cabeceiras do Tacutú e Rupunúni, são os Atorai, Atorari, Aturai ou também Atorradis, uma tribo pequena de umas 100 almas, cuja língua difere pouco (a nível de dialeto) do Wapixana. [...] dos mais ou menos 100 Atarais atuais têm ainda sangue puro. Os demais são misturados com Wapixána cuja língua adotaram e dos quais serão dentro de breve absorvidos. Muito poucos falam ainda a sua

---

<sup>88</sup> O termo Wapixana, segundo Migliazza (1985, p. 60 apud Santos, 2006, p.1), é usado para designar, no Brasil e na República Cooperativa da Guiana, os falantes de dois dialetos mutuamente inteligíveis: Wapixana e Atoraiu.

língua antiga. O mesmo me contou P.Cary-Elwers. [Ele diz que] como tribo, os 'Atarois' já não existem mais, estando absorvidos pelos Wapishána. [Insiste em que] tão somente em duas casas teria ainda escutado às vezes a língua antiga deles (carta de 25 de abril de 1921).

Diante desta contradição<sup>89</sup>, fruto do mesmo trabalho, constatamos em campo, que a parte nordeste-leste da serra da Lua, fora realmente habitat dos Aturairu. Chegamos a encontrar em uma das malocas da região, Marupá, duas senhoras com mais de 80 anos, que eram descendentes de Aturairu com Wapixana, uma delas ainda falava a língua. As duas confirmaram que os Aturairu acabaram assimilando a língua Wapixana por haver mais gente deste povo por aqui.

O geógrafo Lobo d'Almada (1787, p.674) diz que tanto os "Paravilhanos" como os "Aturahis" habitavam para as "cabeceiras do rio Tacutú pelas serras que ha entre este rio e o Repunuri". Sem dúvida, a serra da Lua é uma dessas serras citadas pelo autor. Infelizmente, os Paravilhanos, que, outrora, dominavam a região do rio Branco, hoje não existem mais. Este mesmo caminho seguirá os parques Aturairu que ainda existem entre os Wapixana.

De fato, uma primeira regionalização da Serra da Lua foi feita por Ernesto, um Wapixana informante do missionário beneditino Dom Mauro Wirth (1934, apud Hermann, 1946, p.10) que denominou a região como pertencente ao "Grupo Dialetal Aturairú. Este grupo é constituído por oito estabelecimentos:

Cigarra (Vapidiana)

Sarraúa (Vapidiana)

Malacacheta (Vapidiana, cem indivíduos). Constituído por dois estabelecimentos com o mesmo nome situados, um mais próximo ou mais distante da Serra Malacacheta.

Kanáuani (Vapidiana, Makuxi)

---

<sup>89</sup> As duas citações são retiradas de Koch-Grünberg (1922), a primeira pela pesquisadora Hermann (1946, p.10) que retirou a citação direto do original alemão, onde a autora relata que os Wapixana absorveram a língua dos Aturairu e criaram um novo dialeto. Já a segunda citação, foi retirada por nós, do mesmo autor, porém em português, com a tradução de Erwin Frank (Prof. da UFRR), nesta, Koch-Grünberg diz que foram os Aturairu que assimilaram a língua Wapixana.

Nova-Cintra (Vapidiana)

Taboa-Lascada (Vapidiana, constituído por mais ou menos cem indivíduos)

Kitruau (Vapidiana)

Jakami (Vapidiana, Aturaiú)

Dessas oito malocas, apenas a metade permanece como comunidades Wapixana com alguma variação lexical em seus topônimos: Malacacheta, Canauani, Tabalascada e Jacamim. As restantes podem ter sido abandonadas pelos próprios Wapixana ou invadidas por fazendeiros. Somado a essas quatro, temos hoje dezessete malocas na RISeL distribuídas em nove TIs. A população atual desta região é 5000 almas em uma área de 324.390 ha.

### 3.2 BAARAZNAU<sup>90</sup> WAPICHAN ‘OS CAMPOS WAPIXANA’

Bernard Pottier, em sua obra *Le Domaine de l’Ethnolinguistique* (1970, p. 3) já notava que o estudo das taxionomias lexicais<sup>91</sup> é via privilegiada para a compreensão da língua e a visão de mundo do grupo estudado. A partir dessa perspectiva, iremos aqui explorar as taxionomias das paisagens vegetais dos Wapixana, inserindo um novo dado aos mapas da RISEL, segundo a visão de mundo Wapixana.

Antes, dizem os Wapixana, só havia dia e uma grande árvore, ‘*tamoromu*’. Todo alimento estava lá, não precisava plantar era só colher. Só que a árvore era bastante alta e havia muita quantidade e diversidade de alimentos nesta árvore: mandioca, amendoim, banana, milho, arroz, abóbora, cará, feijão, inhame, melancia, tudo na mesma grande árvore. No entanto, para alcançar os alimentos era necessário subir nesta, atividade que era muito penoso. Então, dois irmãos resolveram cortar *tamoromu*, ‘a grande árvore’, para facilitar a colheita dos alimentos, assim como, retirar as suas sementes. A árvore tombou, como resultado, o céu também despencou, o que era dia, tornou-se noite. Onde caiu mandioca, milho, abóbora... virou roça, ‘*zakap*’; onde caiu folhas e galhos virou floresta, ‘*kanuku*’; e onde não caiu nada virou campo, ‘*baaraz*’<sup>92</sup>.

Este mito consta na memória coletiva dos Wapixana e povos adjacentes, como os Makuxi. O próprio monte Roraima é considerado como o tronco desta grande árvore que foi derrubada pelos irmãos arteiros, resquícios de uma geografia mítica na atual TI Raposa/Serra do Sol. Os

---

<sup>90</sup> A forma equivalente do termo *baaraz* é campo e *nau*, plural.

<sup>91</sup> Para Pottier (op. cit. P, 4) As taxionomias lexicais “repositent sur l’existence de signes de langues, couvrant une certaine conceptualisation sémique.”

<sup>92</sup> Mito coletado em campo pelo autor em 2005 e 2006, através de vários informantes situados nas malocas de Jacamim, Marupá, Jabuti, Canauani; também encontrado em (Koch, 1917, p. 127 e Wirth 1950, p. 172).

Wapixana, nesta geografia totêmica<sup>93</sup>, ficaram no campo, *baaraz*, ou melhor, nos campos, *baaraznau*, visto que são diversos.

Outra versão mítica das paisagens campestres Wapixana refere-se também à morte, agora de um grande animal:

Contam que os *paraiunan*, [Paraviana], uma tribo de gente que corria muito, muito rápida mesmo, respeitavam muito um bicho. Esse bicho era como uma onça, bem grande, morava para baixo e não tinha o lavrado ainda. Esses índios resolveram matar o bicho e o flecharam e cortavam o bicho enquanto este corria. Onde caía os pedaços do bicho, as matas se transformavam em campo, lago, igarapé, tudo bem perto do outro. (informação verbal)<sup>94</sup>

Neste último mito temos a referência aos índios Paraviana, que no século XVIII dominavam a região ocupada hoje pelos Wapixana. Neste contexto, a paisagem mítica dos campos e lagos da RISEL é fruto da interferência indígena no mundo natural. Os dois mitos têm como semelhança a morte de um ser vivo, a grande árvore ou a grande onça, para o nascimento de uma paisagem mítica e cultural. Os campos, *baaraznau* são frutos deste encontro, não mais natural, mas sim, cultural, na medida em que o homem é o grande agente transformador desta. Neste sentido, os campos, *baaraznau*, foram e como veremos, continuam sendo uma construção humana.

---

<sup>93</sup> Termo utilizado por Strauss (1962, p.194) para referir-se aos lugares frutos de construções míticas ou totêmicas.

<sup>94</sup> Informação fornecida pelo wapixana Odamir, 48 anos, maloca de Malacacheta, 2006.

<b>Fitônimo em wapixana</b>	<b>Estrutura Gramatical</b>	<b>Fitônimo em português</b>	<b>Conceito</b>
<i>Baaraz</i>	Substantivo	campo	"É uma região com muito capim, onde a vista alcança o longe. É também a nossa morada e dos animais"
<i>Baaraz Aray'u</i>	Substantivo + Adjetivo	campo aberto / campo sujo	"É o campo com poucas árvores"
<i>Baaraz Kawau</i>	Substantivo + Adjetivo	campo queimado	"É o campo após o fogo."
<i>Baaraz Kaimena'u</i>	Substantivo + Adjetivo	campo bom; campo limpo	"É o campo limpinho, principalmente, após o fogo, bom para andar, para caçar."
<i>Baaraz Kuriu</i>	Substantivo + Adjetivo	campo verde	"Duas ou três semanas após o fogo, o campo fica verde."
<i>Baaraz Kunainima'u</i>	Substantivo + Adjetivo	campo bonito	"É aquele campo verdinho, cheio de vida e de caça."
<i>Baaraz Kazamaka'u</i>	Substantivo + Adjetivo	campo cerrado	"É o campo de difícil passagem e conseqüentemente de visão ruim"
<i>Baaraz Karixi</i>	Substantivo + Substantivo	campo alagado	"Na época do inverno os campos se transformam em lagoas."

Quadro 5. Os campos Wapixana.

Neste quadro vemos as várias categorizações dos campos para os Wapixana, desde o campo (*strito sensu*) passando pelo campo alagado até o campo queimado. Posey (1986, p.4) diz que "[...] a diferenciação de uma categoria subordinada é um indício quanto a seu significado cultural ou utilitário: quanto mais intensa a subcategorização, mais significativa a espécie."

No caso Wapixana, vemos não uma espécie com um alto grau de subcategorizações, mas um conjunto de espécies, manipuladas pelas ações antrópicas, que definimos como uma paisagem cultural. Partindo dessa realidade, percebemos através da hipótese de Posey, o quanto esta é importante para o desenvolvimento da vida dos Wapixana. A começar pelo conceito do termo *baaraz* entre os Wapixana: "a nossa morada". Lugar onde os Wapixana nascem, se reproduzem e

morrem. Para tanto, é necessário que o campo esteja limpo, então os Wapixana colocam fogo no campo cerrado, '*baaraz kazamaka'u*', para que este se transforme em campo bom, limpo de animais peçonhentos que podem ameaçar a vida wapixana.

O campo queimado, '*baaraz kawau*', tem a função de despertar a floração em algumas espécies, que sem este elemento, não se reproduziriam. Com a floração, os animais, que durante o fogo se afastaram, retornam após algumas semanas para se alimentarem. Este campo renovado é chamado pelos Wapixana de *Baaraz Kunainima'u*, 'campo bonito', pois a vida transborda nele e com isto os indígenas garantem a caça próximo à sua maloca<sup>95</sup>.

Neste contexto, podemos supor que a dispersão dos extensos campos do rio Branco tem uma forte contribuição dos povos nativos que por ele passaram e que nele habitam. Entretanto, assim como o campo é uma co-evolução cultura/natureza, as ilhas de matas que se encontram dentro desses campos, que os tupi chamavam de 'capão' e os wapixana chamam de *kanuku katunary*, também podem ser consideradas como paisagens culturais.

No quadro 6 estão os termos que os wapixana reconhecem como tipos de transição entre campos e matas e que não se inserem na classificação de *baaraz*.

---

<sup>95</sup> Pesquisas recentes demonstram a importância do fogo para a floração das espécies campestres e dos cerrados, acarretando em abundância de alimentos para a fauna local. Cf. Coutinho (1990).

<b>Fitônimo em wapixana</b>	<b>Estrutura Gramatical</b>	<b>Fitônimo em português</b>	<b>Definição</b>
<i>Maparary</i>	Substantivo	Campinarana	"É o campo circundado por mata".
<i>Kazamaka'u</i>	Substantivo/Adjetivo	Cerrado	"É aquela vegetação que não serve para muita coisa e ainda corta agente para atravessar".
<i>Kanuku Katunary</i>	Substantivo + Substantivo	ilha de mata / capão	"É aquela ilha de mata dentro do campo, normalmente uma antiga maloca".
<i>Kanuktinham</i>	Substantivo + Verbo no gerúndio (transformar)	transformando em mata	"É quando o campo se transforma em mata".

Quadro 6 - Vegetação de transição entre o campo e a mata

Para compreendermos o conceito do fitônimo: ilha de mata, '*kanuku katunary*', é necessário que nos reportemos às paisagens vernaculares das malocas Wapixana. Das 17 malocas da RISEL, apenas duas encontram-se na mata, Sapo e Tabalascada <sup>96</sup>, todas as outras estão situadas no campo. Normalmente há um centro na maloca, onde encontramos a casa do tuxaua, o malocão, a escola, a igreja e o posto de saúde; as demais casas encontram-se dispersas pelos campos.

Em torno das casas há quintais repletos de espécies vegetais, como ervas medicinais, bem como plantas frutíferas, como mangueiras e cajueiros. O caminho entre uma casa e outra se dá por pequenas trilhas que estão quase que ocultas na vegetação fechada do estrato herbáceo, que com o fogo se revelam. Ao longo dessas trilhas é comum encontrarmos também algumas espécies frutíferas. Quer dizer que apesar do Wapixana ter o hábito de atear fogo ao capim seco para limpar o terreno, este também tem a cultura de florestar os campos, principalmente com as espécies que são mais úteis ao seu cotidiano.

<sup>96</sup> Cf. 3.3.1.6 Sapo e 3.3.8.1 Tabalascada.

Posey (1997b, p. 210) diz que entre os *kayapó* do Brasil Central, essas ilhas de mata são formadas por 60% de espécies que foram plantadas pelos próprios indígenas. Desta forma o pesquisador norte americano constata que

Este fato insólito obriga-nos a repensar aquilo que foi anteriormente considerado *natural* em meios ambientais de campos/cerrados, nos quais sobrevivem populações nativas. Mesmo em áreas onde os índios desapareceram, desde há muito tempo, vestígios de manipulação e remanejamento humanos ainda continuam evidentes.

Podemos aferir que este é o caso dos campos wapixana, '*baaraznau wapichan*', visto que estão repletos de ilhas de mata, *kanuku katunary* (foto 13), ao que tudo indica, testemunhos de antigas malocas deste povo.



Foto 13. Ilha de mata, repleta de Inajás. Malacacheta.

Lucila Hermann disserta sobre a freqüente migração Wapixana: "Vários fatores favorecem essa mobilidade: os costumes presos à vida agrícola; a invasão do Território dos índios pelos fazendeiros brasileiros; a tradição presa aos ritos mortuários; o desejo de mudar". (HERMANN, 1946, p.17). A autora enfatiza, no entanto, que a principal causa de mudança entre os Wapixana, são os ritos mortuários

[...] que impunham antigamente, o sepultamento do cadáver no recinto da casa, o abandono e a queima da mesma e a mudança para a nova malóca.

Os tuxauas conservam<sup>97</sup> ainda a tradição e costumam mudar de maloca quando lhe morrem a esposa.

Muitos dos índios comuns, em face do terror que sentem em relação à morte, abandonam, às vezes temporariamente, outras vezes definitivamente a casa.

Esses costumes vão desaparecendo, lentamente, por duas razões: a pobreza que vivem faz com que não lhes seja fácil o abandono da velha malóca e construção de uma nova; a influência da missão beneditina vem destruindo a tradição de sepultar o morto dentro da casa introduzindo o enterro em cemitérios.

Hoje, meio século após esses escritos, já não há mais entre os Wapixana da RISEL cultura dos ritos mortuários na própria casa, a antiga maloca. Não obstante, esta cultura secular, contribuiu de forma significativa para atual paisagem cultural dos campos do Rio Branco. Pois, o ato de atear fogo à casa favorece a formação de matéria orgânica decomposta que no decorrer do tempo irá enriquecer a terra, uma vez que as casas Wapixana são feitas de madeira e palha. Como em torno das antigas malocas, havia muitas espécies vegetais, essas são beneficiadas pela queima, assimilando os nutrientes. Com o conseqüente abandono desses lugares pelos Wapixana, principalmente, pelo medo das entidades malignas, as ilhas de mato, '*kanuku katunary*', têm o tempo necessário para o seu pleno desenvolvimento, com o aparecimento de outras espécies, que serão trazidas pelos animais que visitarão o lugar em busca de alimento. Essas novas espécies irão

---

<sup>97</sup> Num outro trecho na p.12 a autora diz: "Os tuxaua conservam, em geral, muito mais do que os índios comuns, os costumes tribais e, assim, nos estabelecimentos mais afastados, são as malocas dos tuxáuas que reproduzem o tipo primitivo." Interessante que hoje, são as casas dos tuxauas as mais modificadas, pois, são muitas vezes de alvenaria, com alguns eletro-domésticos, quando há geradores nas malocas.

aproveitar das condições ambientais proporcionadas pelos indígenas, como a sombra, que aumenta o coeficiente de umidade, bem como os nutrientes do solo, consequência da queima da casa.

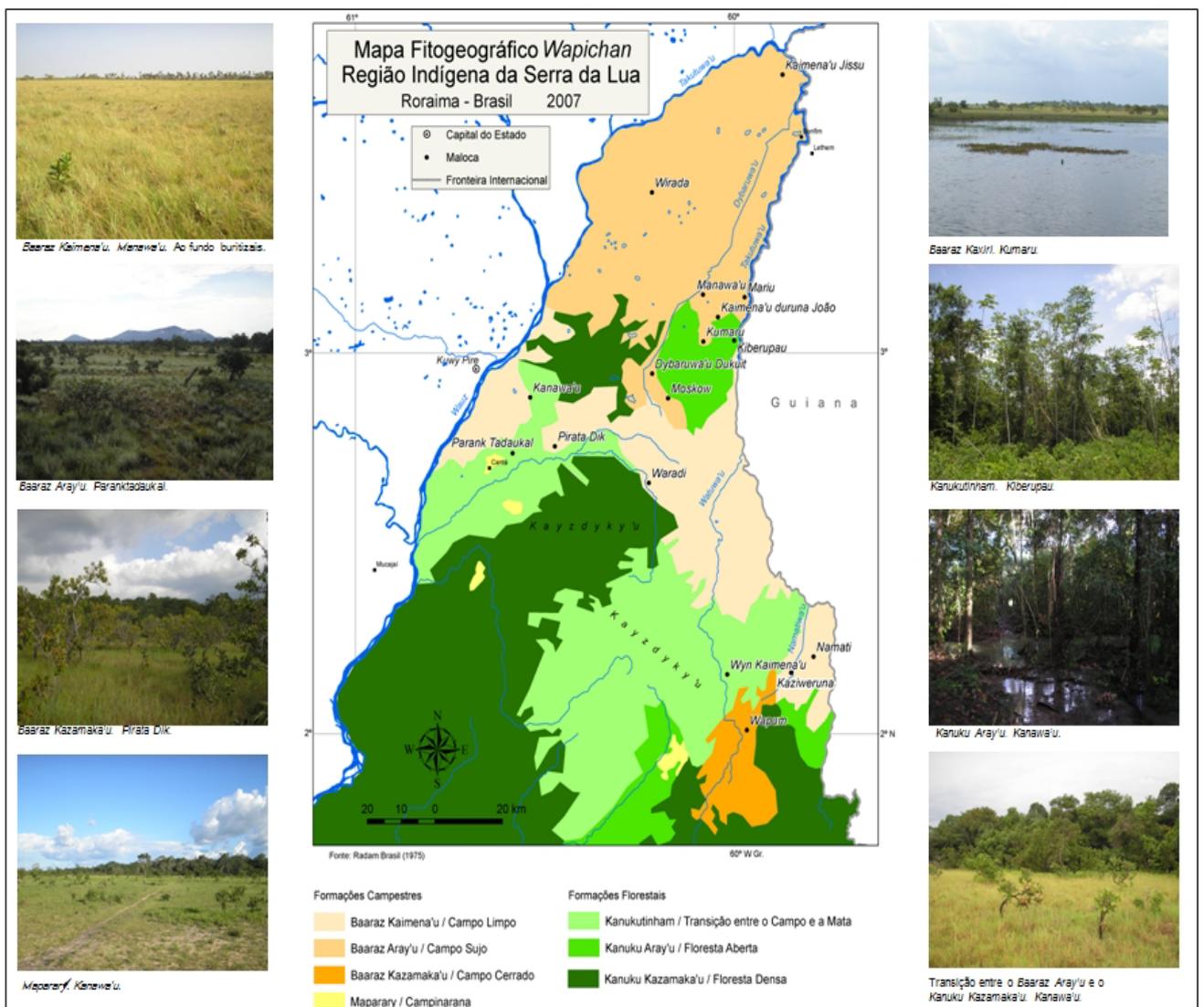
No caso das roças Wapixana, estas ainda são temporárias, duram de dois a três anos, porém, com a perenidade das malocas, as roças estão cada vez mais distantes, um Wapixana demora em torno de duas a três horas para chegar à sua roça<sup>98</sup>. Isto faz com que o índio dependa de transportes automotivos<sup>99</sup> para poder transportar a sua colheita para o centro da maloca, condição que o torna cada vez mais dependente das tecnologias.

Como resultado desta análise etnolingüística, desenvolvemos o mapa 5, composto ainda por 8 fotografias que representam as paisagens fitogeográficas encontradas na RISEL. Este mapa traz também todos os nomes geográficos na língua Wapixana, para traduzi-los, basta comparar os topônimos aos do mapa 6, ou consultar a Lista de Palavras.

---

<sup>98</sup> Este tempo deverá aumentar, visto que as terras boas para a agricultura estão cada vez mais distantes da do centro da maloca, em torno de 20 a 30km.

<sup>99</sup> Apenas na maloca do Pium encontramos o carro de boi, utilizado como transporte de carga.



Mapa 5 - Mapa fitogeográfico da Região Indígena da Serra da Lua na língua Wapixana

Mapa 5

### **3.3 A MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA E AS MALOCAS DA SERRA DA LUA**

#### **3.3.1 TERRA INDÍGENA DE MANOÁ / PIUM**

A TI de Manoá / Pium foi homologada com o Decreto Federal nº 86.924 de 16 de fevereiro de 1982. É a segunda maior área indígena da RISEL, com 43.337ha, no entanto, é a mais populosa das TIs com 1.918 habitantes<sup>100</sup>, entre Wapixana e Makuxi. É também, a que tem o maior número de malocas: Manoá, Pium, Alto Arraia, Cumarú, Sapo e São João, que veremos a seguir.

##### **3.3.1.1 MANOÁ ou MANAUÁ - O BALÉ DO NOME**

###### ***MANAWA'U***



Foto 14. Centro de Manoá. Crianças indo para a escola e ao fundo malocão.

---

<sup>100</sup> Censo Dseí Leste - CIR (2007).

Dentre as malocas da região estudada, Manoá<sup>101</sup> foi a que menos consenso obteve acerca da etimologia de seu nome, entre os informantes entrevistados. A realidade étnica da maloca, entre Wapixana e Makuxi, um grupo Arawak, outro Karib, nos revela o encontro de dois universos, duas culturas, duas línguas e conseqüentemente versões distintas sobre a motivação e origem do topônimo.

“Manoa” era o nome dado para um dos últimos mitos da América portuguesa - a cidade de ouro do lago Dourado (anexo A e B). Dick (1990, p.131) diz que

[...] a lembrança desse lugar lendário, bafejado pelo metal amarelo, parece ter ficado testemunhado, na nomenclatura geográfica do Brasil, em um único acidente físico em Rondônia, a cachoeira de Manoá, do qual apenas o conhecimento histórico poderá conduzir à verdadeira origem do nome.

É com base nesta análise diacrônica da onomástica que iremos averiguar, ou ao menos aventar sobre a origem do nome ‘Manoá’. Por exemplo, o cientista e viajante francês, La Condamine levanta a seguinte hipótese sobre a origem do termo.

Vê-se no mapa do padre Fritz uma grande aldeia de Manaus [...]. Não consegui saber notícias exatas, o que nada tem de extraordinário, uma vez que a nação dos Manaus fora transplantada e dispersada. **Mas parece muito verossímil que da capital dos Manaus se tenha forjado a cidade de Manoá.** Não me detenho em buscar em Mara-hi ou Para-hi a etimologia de Parima [chamado Mara-hi ou Para-hi, que na língua do Brasil quer dizer "água de rio"]. Atenho-me aos fatos comprovados. Os Manaus tiveram nesse cantão uma população considerável; eram vizinhos de grande lago, e mesmo de vários grandes lagos, pois estes são muito freqüentes numa região baixa e sujeita a inundações. (1735-1745, p.88 o grifo é nosso)

O célebre cientista francês sugere a hipótese de que Manoá é uma corruptela da antiga capital dos *Manao*, grupo de origem Arawak, que foi exterminado, após as invasões portuguesas e deixou como contribuição, o etnotopônimo da mais importante cidade da Amazônia, Manaus. Interessante notarmos, que apesar do grupo ser arawak, o nome do suposto lago da cidade de

---

<sup>101</sup> A carta Manda-Pium MI-55 (Exército, 1983) registra o topônimo como ‘ Mandá ’, provavelmente, fruto de um erro de digitação.

ouro, Parima, tem a sua origem, segundo La Condamine<sup>102</sup> na língua do Brasil, ou, neste caso a LGA. O pesquisador complementa seu relato à formação do antigo mito, em função do terreno baixo que se encontravam os *Manao*, propiciando a formação de diversas lagoas na região. Se conferirmos os mapas coloridos desta pesquisa, veremos o mesmo quadro pintado por La Condamine. O próprio Coudreau (1887, p.269) enxerga o mito por detrás de um nascer do sol "[...] Maintenant le soleil se lève derrière les **montagnes de Cairrit**<sup>103</sup>. Le campo devient un **lac d'or**." (o grifo é nosso)

Sobre a busca do mitológico lago na atual RISEL, o Ouvidor Francisco de Ribeiro Sampaio (1777, p.247) diz que:

Os escriptores hespanhóes que seguem a opinião da existência da *Laguna Dorada* dão por certo que no interior da Guyana se acha um grande lago, a que commumente chamam - El Dorado. As margens d'este lago, finge a sua ardente imaginação, está situada uma cidade chamada - Manóa del Dorado - cuja soberba e riqueza excede a todas as do mundo." [...] Desde o anno de 1536 se acham os hespanhóes encabeçados da existência do *Dourado*. E d'esta época principiaram as expedições até o dia de hoje. [...] Contam-se mais de sessenta; e todas infelizes, apezar de immensas despezas.

Apesar do ceticismo português acerca do mito<sup>104</sup>, nas palavras do Ouvidor, um ano antes (1776), o Governador defunto<sup>105</sup> envia carta ao capitão Phelippe da Costa Teixeira que diz:

O Exmo. Sr. General me assevera, que os dezertores que passarão à sua presença, ouvira falar com muita credulidade, na existência do pretendido Lago Dourado e seu descobrimento não pouco cançado, afirmando-lhe que tinham visto alguns índios com seus enfeites de folhetas de ouro, que estes lhe segurarão estar muito próximo a esta Fortaleza, ou d'aquella tropa hespanhola que existia naquella sitio do pretendido Lago Dourado. E por que a ser certa noticia dos ditos dezertores, de verem os ditos enfeites, bem he de persuadir que pelo menos possa dauquellas partes haver Minas de ouro, que as tais folhetas facilitem e manifestem, sempre será conveniente que estas inverossímeis informações se não desprezem, e que Vmce. Faça e recomende sobre ellas toda a possível averiguação, porque a descobrir-se algum motivo de fundamentar credulidade,

---

<sup>102</sup> Entre outros autores que corroboram para esta etimologia, Cf. Cardoso (1961).

<sup>103</sup> Cairrit, do Wapixana *Kayz*, 'lua' (Cf. início deste capítulo).

<sup>104</sup> Sérgio Buarque de Holanda (1959) no capítulo "Terras Incógnita", mostra com admiração que a resplandecente Manoa, tão cobiçada pelo obstinado vizinho espanhol, chega em dado momento a receber um sinete oficial com a nomeação de Pedro de Orsúa para Governador e Capitão-general do Dourado e com a remessa, em várias épocas, de poderosos contingentes militares incumbidos de descobrir aquele país encantado.

<sup>105</sup> Infelizmente Ferreira (op. cit.) não revela o nome do governador.

se fará preciso tomar outras maiores medidas de cautela e de prevenção sobre a defesa e conservação de todo este território. (Ferreira, 1786, p. 90).

Esta cidade mitológica à beira do lago Dourado não encontra referência nos relatos dos moradores da maloca de Manoá. Entretanto, um dos informantes nos diz que Manoá vem do Wapixana - *manawa'u*<sup>106</sup>, que denota o igarapé perigoso (*mana*, 'perigoso' e *wa'u*, 'igarapé'). Mas o informante diz que perigoso mesmo era o lago<sup>107</sup>:

Manawa'u é o igarapé perigoso ou igarapé que não deve ser perturbado, como era território de caça dos wapixana, eles portanto respeitavam o igarapé, principalmente o lago, pois acreditavam e ainda acreditam que no lago morava bichos misteriosos ou talvez uma serpente enorme, que protegia o lago e todos que moravam nele. (informação verbal)<sup>108</sup>

Esse mesmo informante relata que um grupo de caçadores makuxi, por volta de 1910, chegaram às margens do lago do *Manawa'u* e encantaram-se com a beleza da natureza e a fartura que lá existia, animais selvagens e peixes em abundância. Foram esses os primeiros moradores do lugar. Este pequeno grupo, formado apenas por caçadores, sofreu uma epidemia (especula-se que tenha sido sarampo) e morreram quase todos. Para os povos Wapixana e Atoraiu o pequeno grupo foi castigado por terem violado as leis da natureza. Natureza esta que o nome *Wapichan* já expressava – 'local que não deve ser perturbado', 'lago perigoso'. Embora fora um lugar temível para esses, para os makuxi fora um lugar tentador, assim por volta de 1940, outro grupo, que morava na cabeceira do igarapé do Veado sitiou-se do lado oposto dos que morreram, ao lado direito do ig. do Arraia, conhecido hoje por Paricá e Bico da Galinha. Este outro grupo chegou com seu pajé *Kokô Piasâmpá* e o seu chefe *Tapahium*, que foi o primeiro Tuxaua, em seguida

---

<sup>106</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira (1786) diz que uma das bocas do rio Branco era chamada de "Manaoá".

<sup>107</sup> Levi Cardoso (1961, p.392) diz que o termo Manoa vem do Arawak, *manôa* e significa 'lagoa'.

<sup>108</sup> Ari João (26 anos), maloca de Manoá, 2006. Para o seu depoimento, o informante tomou por base um trabalho feito por um estudante do curso de Licenciatura Intercultural do Núcleo Isikiran-UFRR.

chegou outros grupos, das Serras, ao norte e da antiga Guiana Britânica, ao leste. Este novo povo passou a chamar *Manawa'u* por *Manawa*, por não conseguir pronunciar o 'u' do Wapixana.

O próprio Coudreau (1887) cita em seu mapa (anexo D), um pequeno igarapé de nome *Manoa ouâ*<sup>109</sup>, muito próximo da atual maloca. Naquela época o viajante francês dizia que, um pouco mais ao norte, existia a maloca do Wapixana “Leopoldino”. Esta informação reforça a hipótese de que o nome, realmente tem a sua origem no Arawak > Wapixana. Entretanto, como a maloca vive uma situação de hibridismo cultural entre os dois grupos citados, veremos a seguir, o lado Makuxi da motivação do topônimo.

Aquilino<sup>110</sup>, um antigo tuxaua da maloca, também se refere ao segundo grupo de Makuxi com seus dois principais – *Tapaiuna*, ‘o dono da terra’ e *Kogóbia Piazamba* ‘vovó’<sup>111</sup> e ‘pajé’. Entretanto nesta narrativa, contada agora por um makuxi, o Tapaiuna, não é mais o chefe e sim o dono da terra, assim como *Kogóbia* significa literalmente ‘vovó pajé’. O informante acrescenta que esses são os mais antigos moradores da maloca. Em homenagem a eles, seu casal de filhos levou o nome dos fundadores.

Sobre a origem e motivação do topônimo seu Aquilino conta que esses antigos mataram um grande tamanduá bravo que vivia no lugar e matava muita gente chupando o sangue do pescoço. O nome deste animal em makuxi é *tamanoa*<sup>112</sup>. Assim, os makuxi denominaram a serra onde o animal foi morto de Tamanoa, com o tempo acabou virando o nome do igarapé, do lago e do lugar, porém sem a primeira sílaba, restando apenas o termo Manoá.

---

<sup>109</sup> Infelizmente Coudreau não traz uma etimologia para o termo *manoa*, apenas para o termo *ouâ*, rio, igarapé.

<sup>110</sup> Makuxi Aquilino Moreira (48 anos), maloca de Manoá, 2006 (informação verbal).

<sup>111</sup> Diniz (1968, p. 5-6 apud Santos, 2006, p. 20) “aponta dois termos de parentesco que guardam certa semelhança com aqueles empregados em Wapixana. Trata-se do termo referente a ‘mãe do pai; mãe da mãe’, respectivamente *kokô* (Makuxi) e *cucúí* (Wapixana)”.

<sup>112</sup> Tudo indica ser *tamanoa*, empréstimo lexical do tupi ‘tamanduá’.

Nos relatos dos Makuxi de Manoá consta que a grande maioria tem a sua ascendência dos índios da região das Serras<sup>113</sup>, situada no extremo norte do estado de Roraima. Isto aponta, uma migração para o sul, em direção aos campos do rio Branco. Uma das causas migratórias, conforme os relatos, tem a sua origem no confronto interétnico - makuxi versus makuxi e/ou makuxi versus outros. Um morador antigo nos descreve este fato.

Meus pais saíram da Raposa por causa dos índios que matavam (Makuxi-Jaricuna), há 100 anos quando meu pai chegou aqui não tinha wapixana. Também não havia ninguém morando no Alto Arraia e no Pium. O pessoal do Pium veio de Moscow (informação verbal)<sup>114</sup>.

Do mesmo modo que os Makuxi vieram das serras por causa do perigo dos inimigos, dentro do seu próprio grupo e outros, os Wapixana vieram do sudoeste<sup>115</sup>, como diz Faustino ao citar a maloca de Moscow. Nesta latitude, em função dessas movimentações, povos Arawak e Karib passam a conviver em malocas mistas. Na região da Serra da Lua, a maloca de Manoá é a que melhor representa esta miscigenação de Makuxi com Wapixana, cunhando-se até um termo para o resultado desta miscigenação: *makuxana*<sup>116</sup>.

Os Wapixana, apesar de terem batizado o topônimo, como visto na primeira versão, retornam para morar na maloca entre as décadas de 1970 e 80. A maioria dos Wapixana, desta segunda leva, vem da antiga Guiana Britânica (atual Guiana), principalmente por causa da revolta do Rupununi<sup>117</sup> de 1969. Os que chegam na década de 1980 vêm pela estabilidade e certa

---

<sup>113</sup> Atualmente, este complexo de serras é conhecido como Planalto da Guiana, tendo como maciço principal neste trecho a serra de Pacaraima.

<sup>114</sup> Informação fornecida por Faustino Francisco da Silva (79 anos), na casa dele, entre Manoá e Cumarú, 2006.

<sup>115</sup> Cf. 3.3.8.1 Tabalascada.

<sup>116</sup> É assim que se define, por exemplo, o Coordenador Geral da Região Indígena da Serra da Lua – Simião Messias, filho de mãe wapixana e pai makuxi.

<sup>117</sup> Conforme Silva (2005) A Revolta do Rupununi, acontecida em 1969, no sul da Guiana, foi um movimento armado preparado por fazendeiros com objetivo de criar um novo país na região. Apoiada pela Venezuela, que através do auxílio militar dado aos fazendeiros, anteviu a possibilidade de recuperar a *Zona en Reclamación*, a Revolta contou com a participação de alguns índios, [...] principalmente Wapixana. Depois de dois dias de iniciado o movimento, alguns fazendeiros, acompanhados por um grupo de índios, retiraram-se para a Venezuela na condição de exilados, outros fugiram para o Brasil.

segurança da terra demarcada, pois a TI de Manoa / Pium, foi a primeira a ser homologada pelo governo federal. Geraldo Douglas é um exemplo de Wapixana provindo da Guiana, ele conta que chegou em Manoá, por volta de 1978, sua mãe veio antes em 1974. Sua principal justificativa por ter migrado foi que os "os índios do Brasil tem mais assistência do que na Guiana e além disso, após a 'revolução', os índios perderam muitas terras para os negros do país" (informação verbal)<sup>118</sup>.

A respeito da motivação toponímica de Manoá, seu Geraldo nos dá uma versão híbrida do nome contada a ele pelo finado tuxaua Costantino, em que Manauá (Manoá) vem de *mana*, 'arumã' (do Makuxi) e *wa'u*, 'igarapé' (do Wapixana). Quer dizer um hibridismo toponímico entre as duas línguas. Nesta versão, temos exatamente a realidade etnolinguística da maloca, expressa em seu nome. Entretanto, se nos atentarmos à primeira versão, de que *manawa'u* (Igarapé Perigoso) é Wapixana e aventarmos a hipótese de que esta versão é a que tem mais subsídios históricos, estaremos diante de um processo de ressemantização do termo.

Assim como Levy Cardoso descreve o processo de tupinização dos étimos Karib e Arawak, no caso de Manoá, poderemos estar defronte de um processo de "makuxinização" de parte do topônimo Wapixana. Visto que, assim como o grupo tupi fora registrado como um dos maiores no Brasil colonial e tornou-se língua geral até meados do século XVIII, os makuxi são o maior grupo étnico de Roraima<sup>119</sup>.

Uma última versão encontrada para o topônimo é a de um pastor. Este, ao chegar, perguntou aos Makuxi o que o nome significava. Como não lhe responderam, o pastor concluiu que o nome era bíblico, fruto de Manoá, pai de Sansão.

---

<sup>118</sup> Geraldo Douglas (49 anos), maloca de Manoá, 2006.

<sup>119</sup> É corrente em Roraima a expressão de que quem nasce no estado é makuxi.

Nesta versão, temos algo parecido com o mito de Sumé, relatado por João Daniel, em que Sumé seria uma corruptela de Tomé, São Tomé, que teria catequizado os índios da América. Como muito tempo se passou os índios passaram a chamar o santo de Sumé.

Sobre a catequização evangélica na maloca de Manoá encontramos relatos de que a primeira escola foi construída pelos norte-americanos missionários do MEVA (Movimento de Evangelização da Amazônia) que atuou na região até a revolta na antiga Guiana Britânica. Segundo os índios, os missionários vinham de avião, a pista de pouso ficava próxima a maloca de Cumarú. Um dos antigos tuxaua narra que a igreja Batista trouxe muita gente da Guiana para Manoá de avião e ironiza: "[...]era só aceitar Jesus e pegar o avião."

Atualmente a maloca de Manoá é a que concentra o maior número de igrejas da RISEL, são três: Assembléia de Deus; Batista e a Católica. Além dessas, há outra igreja evangélica, numa nova comunidade que está se formando à oeste de Manoá, que se denomina: Novo Paraíso, o nome revela bem, quão as Igrejas estão influenciando no atual texto toponímico da região.

Esta primeira análise toponímica da maloca de Manoá nos revela a trama etnolingüística do termo, e mostra como o topônimo, de certa forma, resistiu às mudanças lexicais, impostas pelos grupos que lá viveram, modificando mais a semântica do termo. A esta ressemantização do topônimo chamamos metaforicamente, o balé do nome, onde este é instrumento de poder, pois dependendo do grupo que o interpreta, traz para si o seu significado e desta forma carrega consigo o território, seja o Wapixana, o Makuxi, ou a Igreja.

Contudo, supomos ser o topônimo Manoá de origem Wapixana > *manawa'u*, o 'igarapé perigoso', portanto um animotopônimo, o único do texto toponímico da RISEL. Sua origem foi o

temido lago que passou a denominar o igarapé, a serra e finalmente a maloca. Esta translação toponímica<sup>120</sup> chegou até, como vimos, ao nome da lendária cidade de ouro.



Foto 15. Casa de madeira, coberta com Pau Rainha (*Brosimum rubescens*). Só encontramos esse tipo de moradia em Manoá, talvez influência das casas inglesas na Guiana. Ao fundo Serra do Pium.

---

<sup>120</sup> Conceito utilizado por DICK (1990b).

### 3.3.1.2 CUMARÚ - "A MAIS RIJA MADEIRA QUE SE CONHECE"<sup>121</sup>

#### *KUMARU*

A maloca de Cumarú é uma das mais recentes da RISEL, sua ocupação confunde-se, na memória coletiva dos indígenas de Manoá, com a presença dos missionários norte-americanos, que segundo consta, pousavam próximo de onde hoje existe a maloca, isto na década de 1960. Neste ínterim, uma família de Makuxi, que morava próximo ao rio Arraia (Ig. do Arapuá), veio fazer roça nessas terras. Como ficava muito distante, resolveram se mudar para próximo da roça. Temos aqui duas ocupações com interesses distintos, o primeiro servir de base para a evangelização dos índios e o segundo para o cultivo da terra.

A diretora da escola de Manoá conta que

Aqui tinha uma igreja da MEVA (Movimento de evangelização da Amazônia) dos americanos, eles vinham para cá de avião, tinha uma pista de pouso, lá para o Cumarú. O primeiro morador lá foi o Chico Gordo [tio da Dona Isaura], Secundino era o pastor de lá, em 69 começou a acabar o povo da MEVA. (informação verbal)<sup>122</sup>

Este relato vai de encontro com o que vimos no subitem de Manoá, sobre a "revolução" guianense e o fim da hegemonia britânica no país vizinho. As conseqüências para Cumarú foi que hoje já não existem resquícios dos evangélicos, mas sim, da igreja católica. No ano de 1992 foi construída a escola Santa Rita de Cássia e alguns meses depois a igreja de mesmo nome. Com isto, a maloca de Cumarú se torna independente da maloca de Manoá, passando a ser administrada por seus próprios tuxauas. Todos eles da família Bernado da Silva, filhos de dona Isaura Bernado da Silva, a única remanescente dos primeiros fundadores da Maloca.

---

<sup>121</sup> Sampaio (1777, p. 263).

<sup>122</sup> Informação fornecida pela makuxi Odinéia (49 anos), maloca de Manoá, 2006.

Desta forma, a maloca de Cumarú é formada exclusivamente por makuxi, são 176 pessoas<sup>123</sup>, todos com algum grau de parentesco com dona Isaura. Sobre a origem do topônimo Cumarú, a mesma diz "que existe grande quantidade de cumarú na serra de Manoá, por isto ficou o nome." (informação verbal)<sup>124</sup>



Foto 16. Dona Isaura e sua família descascando mandioca para produzir farinha.

A origem lingüística do termo é controversa, pois tanto Makuxi, como Wapixana, dizem que Cumarú, vem de suas respectivas línguas, modificando apenas a fonética do termo: *Kumáru* (paroxítone). Interessante que a mesma fonética expressa por eles foi a grafada pelos autores setecentistas, que dizem o termo ser do Tupi: *Kuma'ru*. (Cunha, 1978, p.119). Neste sentido, tudo indica que os dois povos de Roraima, assimilaram o termo, do tupi antigo e ainda preservam a sua fonética.

<sup>123</sup> Censo realizado pelo CIR - Conselho Indígena de Roraima (2004).

<sup>124</sup> Informação fornecida por Isaura (65 anos), maloca de Cumarú, 2006.

A propósito da utilização do Cumarú (*Coumaroua odorata*), tanto Makuxi, como Wapixana, dizem utilizar o seu fruto, apenas como aromatizante em função de seu cheiro agradável. Sampaio (1777, p. 263) diz ser "a madeira de Cumarú uma das mais rijas que se conhecem".

No Brasil encontramos o fitotopônimo, Cumarú, em mais três assentamentos humanos (AM, PA, PE), como acidente geográfico, sua ocorrência restringe-se à região amazônica: Cach. Cumarú (AP, PA), ilha do Cumarú (PA) e ig. Cumarú (AM).

### 3.3.1.3 SÃO JOÃO - O SANTO DAS FOGUEIRAS

#### *KAIMENA'U DURUNA JOÃO*

Há poucos quilômetros de Manoá, através de uma estrada de terra que chega à Bonfim, encontramos a maloca de São João, a mais nova maloca da RISeL. Seu nascimento oficial é de 2003, quando a maloca tornou-se independente de Cumarú. Entretanto, seus moradores, todos makuxi, chegaram na década de 1980. Atualmente São João tem uma população de 91 habitantes<sup>125</sup>.

Quem nos conta a história da ocupação da terra é o próprio fundador da maloca, seu Esmeraldino Magalhães:

Minha mãe Guariba foi para a Guiana, aí voltou para o Manoá em 1963. Nesta época fui para a serra do Fogo, cortar mata e fazer roça, aí minha mulher quis criar carneiro, porco, bode, galinha, aí viemos para cá [São João] no lavrado. Isto faz 24 anos. A igreja foi construída em 1999 por Idério. (informação verbal)<sup>126</sup>

Esmeraldino nasceu na região do rio Surumu (atual TI Raposa/Serra do Sol), filho de pai Makuxi e mãe Guariba<sup>127</sup>. Devido aos constantes conflitos com fazendeiros, sua mãe migrou para a Guiana e mais tarde retornou ao Brasil, só que um pouco mais ao sul, na maloca de Manoá. Assim como Cumarú, São João surge da necessidade do indígena em procurar um melhor local para colocar sua roça e neste caso com uma especificidade, um bom campo (lavrado) para a criação dos animais<sup>128</sup>.

---

<sup>125</sup> Informação recolhida em campo (2006).

<sup>126</sup> Esmeraldino Magalhães (57 anos), malocão de São João, 2006.

<sup>127</sup> Koch-Grünberg (1922, p.83) tece os seguintes comentários sobre o étimo Guariba: "O nome '*Uaribas, Uajaribos, Uaharibos, Guaharibos*' nem é nome tribal, - senão alcunha para os índios selvagens dos rios nascentes do Orinoco. Parece que foi emprestado da Língua Geral (Tupi), onde 'uaríua, hiaríba' é nome do macaco 'guariba'". Ao que tudo indica, temos aqui, mais uma entrada da Língua Geral Amazônica nas etnias de Roraima, agora em um grupo mais ao norte, os Makuxi.

<sup>128</sup> Sabemos pelos relatos dos viajantes que passaram por Roraima que nenhuma etnia indígena da região tinha o hábito de criar animais, sua alimentação provinha necessariamente da roça e da caça. Com a invasão portuguesa da

Nesta época, a maloca ainda não tinha nome, o atual tuxaua, explica como ocorreu o ato da nomeação e a sua conseqüente motivação:

Aqui tinha muita malária, aí veio o pessoal da SUCAM e disseram que precisávamos dar um nome para este lugar. Reunimos os moradores no Barracão e começamos a discutir, como tínhamos muito caimbé, paricarana, para fazer fogueira, resolvemos batizar de São João, pela quantidade de fogueiras. (informação verbal)<sup>129</sup>

São João, neste contexto é sinônimo de santo das fogueiras, pois em suas festividades são típicas as grandes fogueiras em homenagem ao santo. Além disso, verificamos, na motivação do topônimo, o hábito de fazer fogo do nativo, o que como já vimos influenciou a atual paisagem campestre do nordeste de Roraima.

Referente à taxionomia toponímica temos o primeiro e único hagitopônimo da RISEL, o que revela uma segunda fase da catequização católica na região, pois podemos dizer que a primeira veio com a LGA, como veremos nos próximos topônimos. No Brasil, o apóstolo que batizou Cristo também foi toponimizado em praticamente todos os estados brasileiros. Demonstrando sua importância dentro da cultura católica brasileira.

---

área e a sua conseqüente colonização, os indígenas foram obrigados a se aldearem e assim aprenderem com o colonizador tal prática.

<sup>129</sup> Idério (25 anos), malocão de São João, 2006.

### **3.3.1.4 ALTO ARRAIA – O GENÉRICO KUMAKÁ**

#### ***‘DYBARUWA’U DUKUIT’***

A maloca de Alto Arraia situa-se no extremo sudoeste da TI de Manoá/Pium, muito próxima da TI de Moskow. Seus moradores iniciais vieram da maloca vizinha, pois, sofriam muitas ameaças dos fazendeiros e como a TI de Manoá/Pium já estava em processo de demarcação pela Funai, resolveram caminhar até lá e criar outra maloca.

Eu que fundei a maloca aqui, nós morávamos no Moskow, lá o fazendeiro botou fogo na minha casa, aí o papai falou vamos embora, a Funai está demarcando (TI Manoá/Pium). No dia 6 de janeiro de 1980 chegamos aqui. A área tava demarcada, aqui tinha muito peixe e caça. Era onde morava o Tuxaua, o centro. Os nossos parentes sabendo que nós estávamos aqui, o pessoal veio da Guiana, Manoá. Viemos andando do Moskow, não tinha estrada, ela chegou em 1985. (informação verbal)<sup>130</sup>

No local que eles sitiaram a maloca, já havia uma família Makuxi. Desta forma, assentaram a maloca nas redondezas da casa dos makuxi. O patriarca desta família, Augusto Makuxi se transformou no primeiro tuxaua da maloca, no entanto alguns meses depois, sua mulher ficou gravemente enferma e ele a levou para Boa Vista, não retornando mais à maloca. Com isto, os Wapixana assumiram o controle da maloca, visto que, todos os tuxauas posteriores são Wapixana, sendo a maioria parente do nosso informante, fundador da maloca.

No último censo sua população era de 208 habitantes<sup>131</sup>, a grande maioria Wapixana provenientes da Guiana. Mesmo os oriundos da maloca de Manoá vieram antes do país vizinho. A maloca de Alto Arraia conta hoje com uma escola de ensino fundamental e uma igreja católica em homenagem à São Francisco.

---

<sup>130</sup> Henrique Gomes (66 anos), maloca de Alto Arraia, 2006.

<sup>131</sup> Censo realizado pelo CIR - Conselho Indígena de Roraima (2004).

Sobre a escolha do topônimo, o Wapixana Henrique diz que o "primeiro nome foi Jacaminzinho, aí depois foi *Kumaká* (do Wapixana > árvore). Aí o irmão Francisco chamou de Alto Arraia, por causa do rio." Provavelmente o primeiro nome foi substituído por já existir a maloca de Jacamim, como veremos, já o segundo, *Kumaká*, foi substituído pelo padre, por achar o nome muito genérico, "árvore", e resolveu rebatizar o local com um nome mais específico e que de certa forma referencializa-se geograficamente o lugar.

Como o termo foi concebido pela língua portuguesa, no momento da tradução para o Wapixana, encontramos duas versões: *Duku'a'u Dybary*, (*duku-wa'u*, 'alto-rio'; *dybary*, 'arraia') esta primeira versão que nos foi dada por um Wapixana do Brasil, foi rechaçada pela grande maioria dos moradores de Alto Arraia (todos da Guiana), que disseram que não é a arraia que esta no alto, mas o rio Arraia. Desta forma, surge a segunda versão: *Dybaruwa'u Dukuít* (*dybaru-wa'u*, 'arraia-rio'; *duku-it*, 'alto-para'), nesta há uma composição entre o elemento genérico, rio e o específico, arraia e uma inversão em relação ao adjetivo *duku'a'u*, alto, em composição com a posposição *it*, para (que no português é uma preposição). O complemento da posposição *it* denota que a maloca "está no alto rio Arraia".

Interessante notarmos que além da diferença da estrutura sintática do topônimo entre os Wapixana do Brasil e os naturais da Guiana, também temos uma diferença lexical no vocábulo arraia, onde os Wapixana do Brasil chamam de *dybary* e os do país vizinho chamam de *dybaru*. A mudança está apenas na última vogal, "y" ou "u"<sup>132</sup>, entretanto pode ser uma amostra das variações lexicais encontradas entre o Wapixana da Guiana e do Brasil.

Os Wapixana contam que o nome do *Dybarywa'u*, 'rio Arraia', veio depois que um índio foi ferido por uma arraia e morreu algumas horas depois. Entretanto este fato parece não ser

---

<sup>132</sup> Para o tupi também encontramos, nos relatos dos viajantes, o uso do "y" e do "u" como sinônimos para expressar o vocábulo água. O segundo parece ter sido grafado pelos viajantes franceses.

freqüente, visto que não encontramos mais ninguém que fora acidentado com a arraia. Na toponímia brasileira, o zootopônimo, também não é corrente, há apenas dois outros assentamentos humanos com o topônimo de Arraia, um em Santa Catarina e outro no Amazonas.

No caso Wapixana, a maloca de Alto Arraia é uma translação toponímica que teve como origem o rio Arraia, com a especificidade geográfica do local, o alto curso do rio. No entanto, como vimos, na tradução do termo do Wapixana e nos demais topônimos da RISEL, podemos chamar este caso de uma excepcionalidade toponímica, visto que não se repete em sua formação sintagmática. Este caso é consequência da influência católica que rebatizou o local. Neste sentido, a motivação toponímica está mais ligada ao rio Arraia do que sua posição geográfica, sendo, portanto, um zootopônimo.



Foto 17. Centro de Alto Arraia. Detalhe para o sino de roda de caminhão, encontrado em todas as malocas da RISEL.

### 3.3.1.5 PIUM - O MOSQUITO QUE PICA DOIDO

#### *'MARIU'*

A maloca do Pium surge independente da de Manoá, segundo seus moradores, em Manoá só tinha Makuxi e em Pium, Wapixana, provindos de diversas áreas. A maloca conta com 396 pessoas<sup>133</sup>, sua localização é fronteira, visto que se encontra a apenas dois quilômetros da fronteira hídrica entre Brasil e a Guiana, o rio Tacutu.

O morador mais antigo que encontramos na maloca foi Emiliano, este diz que chegou na região na década de 1940 e que já havia no local alguns Wapixana.

Eu morava na beira do Tacutú. Parece que o Oligário morreu aqui. No Manoá só tinha Makuxi, quando cheguei aqui. Quando nasci tinha muita fazenda na serra da Lua, por isso fomos embora. Não aprendi a falar o Aturairu, só a gíria wapixana<sup>134</sup>. Eu vi quando Boa Vista começou, era maloca, dois comerciantes, agora tem tudo. (informação verbal)<sup>135</sup>

Emiliano é o típico Wapixana da serra da Lua, visto que nasceu muito próximo das suas escarpas, num igarapé chamado Aturairu (atualmente maloca do Muriru). Mais uma vez, vemos a migração forçada deste grupo indígena na direção norte e leste, ao que tudo indica, Pium é fruto desta migração. O nosso informante conta que não aprendeu a língua que designa o igarapé, o Aturairu, pois, sua mãe Wapixana, não o ensinou, visto que ela era falante da língua.

Quando Emiliano diz que o Oligário morreu aqui, ele se refere à Oligário Mariano, um dos pioneiros<sup>136</sup>, que ao que tudo indica foi morto nesta região. Assim, os padres resolveram

---

<sup>133</sup> Censo Indígena de Roraima - CIR (2004).

<sup>134</sup> Interessante que seu Emiliano se refere ao Wapixana como gíria e não como língua (Cf. Cruz, 2007). Este tipo de discurso foi freqüente entre os Wapixana com mais de 60 anos, fruto de uma educação cristã, que menosprezava a língua materna em proveito da língua oficial, a portuguesa. Esta política surtiu tanto efeito que os filhos desta geração quase não falam o Wapixana, pois os pais tinham vergonha de ensinar, por não ser língua, mas, gíria. Hoje a igreja católica tem outra posição, principalmente após a década de 1970 com a Pastoral Indígena.

<sup>135</sup> Emiliano (87 anos), maloca do Pium, 2006.

<sup>136</sup> Expressão utilizada para caracterizar os primeiros habitantes, provindos de outras regiões do Brasil no século XIX.

homenageá-lo com o nome da escola. Nesta escola é onde foram feitas as primeiras missas na maloca, por volta da década de 1970.

Foi nesta mesma década que chegou um novo grupo de Wapixana procedentes do país vizinho, esta nova leva de migrantes fez com que a língua Wapixana fosse fortalecida, pois era a única língua inteligível entre os grupos, diferente das línguas oficiais dos dois países: o inglês e o português. Além disso, o ensino da língua materna também se intensificou, visto que, os Wapixana da Guiana, já tinham certa experiência neste campo, pois os evangélicos daquele país haviam desenvolvido materiais didáticos na língua.



Foto 18. Wapixana no alto da serra sem nome. Detalhe para o boné com as bandeiras do Brasil e da Guiana. Pium.

A maloca situa-se no sopé da serra do Pium, '*mariudyky'u*', portanto, temos aqui mais um caso de translação toponímica, onde o nome da serra passou a denominar também a maloca que lhe é próxima. A escolha do nome segundo seus habitantes é que durante o inverno, '*windun*', não

se pode abrir a boca que o pium, ‘*mariu*’, entra, devido a enorme quantidade dele no decorrer do dia. Geralmente, referem-se ao pium como o mosquito que pica doído.<sup>137</sup>

Desta forma, está claro que estamos diante de mais um zootopônimo, agora de origem indígena, entretanto, não na língua do grupo que habita a maloca (Arawak), mas, sim na língua Tupi ou a LGA.

O Vocabulário da Língua Brasileira (VLB) traz o termo grafado como *Piũ* que designa os ‘mosquitos que mordem’ (Drumond, 1953, p.43) A diferença semântica entre o Tupi e o Wapixana é que o primeiro morde e o outro pica, acrescentado do qualificativo dor.

Entre os Wapixana, este tipo de topônimo é recorrente, pois há outra maloca com o mesmo nome na região do Taiano (mapa 3). No Brasil só há mais um assentamento humano com o topônimo Pium, no Rio Grande do Norte, e como acidente geográfico um ig. também em Roraima e um rio em Goiás.

---

<sup>137</sup> Durante o trabalho de campo, apesar de estar sempre de calça e blusa de manga comprida, meu pescoço ficava completamente preenchido das picadas do pium, que realmente pica doído. Os índios divertiam-se com as centenas de marcas em minha pele, pois, diziam que o mosquito gosta mesmo de sangue novo. Estava confirmado.

### 3.3.1.6 SAPO – O CURURU DE PEDRA

#### ***‘KIBERUPAU’***

A maloca do Sapo está ao sul da maloca do Pium, próxima ao rio Tacutu. Sua população é a menor da RISEL, 52 Wapixana. O atual tuxaua do Sapo conta sobre a formação da maloca:

Nós morávamos no Pium e o Antonico pediu para que nós ocupássemos a terra e aí viemos para cá, em 1984. Nós nos situamos do outro lado da baixada. Éramos 5 famílias, hoje tem 8. A escola (Felipe João Wapixana)<sup>138</sup> chegou em 1993, depois veio a igreja de São Gabriel, as irmãs foram falando vários nomes e a comunidade escolheu este. Seu Rodrigues foi o primeiro tuxaua, em 1993, neste ano aconteceu o desmembramento com o Pium. (informação verbal)<sup>139</sup>

O Antonico foi um dos tuxauas da maloca do Pium, que colaborou com a demarcação da TI de Manoá/Pium. Neste relato temos uma amostra das políticas dos indígenas para ocupação de suas terras, demarcadas ou em processo.

A região da maloca do Sapo é onde encontramos a maioria das roças da maloca do Pium, uma área repleta de florestas. Assim o Sapo é uma das poucas malocas da RISEL que não tem o *baaraz* em suas terras.

A motivação do topônimo é em função de uma rocha no rio Tacutu, que segundo os Wapixana, foi transformada em sapo por *Tuminkarie*<sup>140</sup>, entretanto, ela só pode ser vista durante o verão, quando as águas estão mais baixas. O topônimo em Wapixana é *Kiberupau*, onde *kiberu* é ‘sapo’ e *pau* é pedra grande ou laje, no entanto, os Wapixana traduzem como "cachoeira do

---

<sup>138</sup> Em homenagem ao avô do informante.

<sup>139</sup> Constantino da Silva (49 anos), maloca do Sapo, 2006.

<sup>140</sup> Cf. 3.2.2.1.

Sapo". Interessante que na sua tradução para o português, os órgãos oficiais, como a Funai e mesmo o CIR, ignoram a cachoeira ou a laje, restando apenas o topônimo simples, Sapo.

O zootopônimo sapo no Brasil é encontrado também como assentamento humano em Minas Gerais. As outras utilizações toponímicas referem-se todas à elementos hidrográficos, como o *Kiberupau*, ilha do Sapo (AM), lago do Sapo (RR), r. do Sapo (AM) e ribeirão do Sapo (MT). Isto revela na motivação do topônimo em nosso país, o sapo sempre associado ao elemento água, local onde o anfíbio passa sua infância.

Entre os mitos Wapixana o sapo está associado à transformação e ao gênero feminino.

O Cururu Fêmea

[*Kibearuaba*]

A mulher do sol perdeu o rasto do marido. Havia um caminho reto e havia outro caminho. Ela foi pelo outro caminho, pelo caminho da esquerda. Havia um caminho para a direita. Ela encontrou a casa duma velha, a casa duma sapa cururu.

Aonde vais? Perguntou a sapa. Eu perdi o caminho respondeu a mulher. Entra aqui, disse-lhe a sapa. Ela entrou. Aonde queres ir? Eu estava andando para o outro lado, mas cheguei aqui. Estou a procura de meu marido. Não há rasto por aqui; o rasto é lá; estás, pois, no caminho errado. Entra aqui sem demora. Aqui há muitos xerimbabos: a onça, a tigre onça, o maracajá; cuidado, que a onça pode comer-te! Depois a sapa (em forma de mulher) disse: Olha os piolhos. Não mordas nenhum piolho perto do meu ouvido, senão terás de morrer. Ela não obedeceu, mordeu um piolho e morreu. [...] (Wirth, 1950, p. 167).

Neste breve conto, coletado e traduzido pelo missionário Mauro Wirth, vemos na tradução do título, a preferência pelo vocábulo de origem Tupi - *cururu*, ao invés do português - sapo. Apesar do topônimo ter sido registrado no português pelos órgãos oficiais (Funai), isto parece reforçar que os missionários contribuíram bastante nos topônimos Tupi da RISEL.



Foto 19. Escola Felipe João Wapixana, coberta com palha de inajá e paredes de pau a pique. Sapo.

### 3.3.2 TERRA INDÍGENA DE BOM JESUS

A TI de Bom Jesus foi homologada com o decreto nº 257 de 29 de outubro de 1991. Foi a segunda TI homologada pelo governo federal na RISEL, entretanto, é a menor área demarcada: 859ha e conta hoje com 45 indígenas<sup>141</sup>, predominantemente, Wapixana. A presença maciça deste grupo, se deve principalmente pela localização da maloca, no extremo norte da RISEL. Com este tamanho há apenas uma maloca, que certamente acabou denominando a TI.

#### 3.3.2.1 BOM JESUS – O FILHO DE DEUS

##### ***'KAIMENA'U JISSU'***

Como não tivemos acesso a esta maloca, em função de sua distância, pouco temos a colaborar com seus aspectos histórico-geográficos. No entanto, em relação ao seu topônimo no Wapixana, encontramos duas formas equivalentes: *Kaimena'u Jissu* e *Kaimena'u Tuminkarie Dan*.

A primeira forma surge da tradução literal do termo português, Bom Jesus, onde *Jissu* é um empréstimo lingüístico, provavelmente da língua portuguesa ou mesmo inglesa. O segundo termo utiliza uma outra composição para falar de *Jissu*: *Tuminkarie Dan*, onde o primeiro elemento da formação sintagmática designa o criador, *Tuminkarie*<sup>142</sup>, para os Wapixana. Certamente, os primeiros missionários beneditinos, ao compreender o termo, utilizaram-no como

---

<sup>141</sup> Fonte: Censo Dsei Leste - CIR (2007).

<sup>142</sup> Quanto à concepção de *Tuminkarie*, Faarabe (1918 apud Mussolini, 1944, p. 145) diz: "O criador não é um espírito todo-poderoso com poderes sobrenaturais, mas um super homem (*Tuminkarie*) que viveu na terra antes dos demais homens e que depois, continuou a viver, como homem, entre eles. Atualmente vive no firmamento, não como espírito, mas como homem".

forma equivalente do Deus cristão. Assim como para o Tupi, os jesuítas utilizaram-se do termo Tupã<sup>143</sup>. Já o termo *Dan*, vem de filho, quer dizer, *Jissu* é o *Tuminkarie Dan*, o filho de Deus.

A Diocese de Roraima, no intuito de catequizar os índios em sua língua materna desenvolveu apostilas com cantos católicos. Nesses, encontramos as duas formas equivalente para Jesus: "*Tuminkier Dan Kadistiauraz yryy kaihna' wabii yryy wryy'y paradauraz*"<sup>144</sup> e "*Jissu wa tapik ipei kamuu*"<sup>145</sup>.

Este hierotopônimo isolado na toponímia da RISEL tem sua influência no texto toponímico brasileiro, onde o toponomástico Bom Jesus é recorrente, contradizendo, desta forma, o tabu lingüístico que se menciona em torno do nome de Jesus. "O aspecto reverencial dedicado pelo povo ao Senhor não se acha ferido pelo emprego desta forma, inclusive em combinações das mais diferentes e variadas procedências semânticas." (Dick, 1990a, p. 326).

A abrangência do Bom Jesus é nacional (AM, CE, GO, MG, PA, PB, PI, RS, SC), entretanto, em composição com os elementos específicos é mais freqüente na região sudeste, com ênfase para o estado de Minas Gerais.

Bom Jesus do Amparo (MG)

Bom Jesus do Bagre (MG)

Bom Jesus do Galho (MG)

Bom Jesus do Itabapoana (RJ)

Bom Jesus do Norte (RJ)

Bom Jesus de Madeira (MG)

Bom Jesus da Penha (MG)

---

<sup>143</sup> Segundo VAINFAS (2000, p. 347) Tupã na mitologia dos tupinambás era o herói-trovão que alertara Tamandaré, ancestral desses índios, de um dilúvio iminente que afogaria a todos, foi o nome escolhido pelos padres para designar o deus cristão.

<sup>144</sup> Tradução livre: 'O filho de Deus levantou-se para falar.'

<sup>145</sup> Tradução livre: 'Jesus passou para o sol.'

Bom Jesus das Pedras (MG)  
Bom Jesus do Manhuaçu (MG)  
Bom Jesus da Floresta (MG)  
Bom Jesus da Cachoeira (MG)  
Bom Jesus da Vista Alegre (MG)  
Bom Jesus de Mantenas (MG)  
Bom Jesus de Mundo Novo (MG)  
Bom Jesus da Lapa (BA)  
Bom Jesus dos Pobres (BA)  
Bom Jesus do Itaveira (PI)  
Bom Jesus da Gurguéia Serra (PI)

Podemos dizer que até está maloca, estávamos em território misto, entre Wapixana e Makuxi. A toponímia oficial também reflete o encontro, uma vez que o rio ao norte de Bom Jesus é denominado com dois nomes – Maú ou Ireng (afluente do Tacutu, mapa 4). O primeiro nome, pensamos ser de origem Wapixana, pois *maú* corresponde a ‘sucuba’, árvore típica dos campos, que os indígenas utilizam para curar malária. Já o segundo topônimo, *Ireng* é de origem Makuxi e equivale à ‘rio’.

Daqui para frente entraremos de fato em território Wapixana, onde as malocas foram formadas exclusivamente por eles. Evidente, que isto não exclui encontrarmos alguns indivíduos Makuxi, nesses territórios.

### 3.3.3 TERRA INDÍGENA DE MALACACHETA



Foto 20. Centro de Malacacheta. À direita malocão e ao fundo serra da Lua.

#### 3.3.3.1 MALACACHETA - A BORRA DE DINHEIRO

##### *'PYRATA DYK'*

Malacacheta ou Maracachite<sup>146</sup> pela análise das fontes é a mais antiga maloca da RISEL. Entretanto, sua homologação é recente, de janeiro de 1996, demarcada com uma área de 28.631ha. Atualmente vivem na maloca 789 índios<sup>147</sup>, em sua grande maioria Wapixana e alguns Makuxi. Há na maloca uma igreja, um posto de saúde e uma escola estadual com ensino médio, a

---

<sup>146</sup> Como grafou Coudreau em 1887.

<sup>147</sup> Fonte: Censo Dsei Leste - CIR (2007).

única da região indígena. Sua primazia e proximidade com a capital do estado (25 km), condição que faz da Malacacheta o centro político e educacional da região indígena da Serra da Lua<sup>148</sup>.

Quase todos os professores da escola da maloca são indígenas, fato que mostra a força da comunidade em transmitir a seus alunos sua própria cultura<sup>149</sup>. O diretor da escola, o professor de língua Wapixana, Odamir de Oliveira, estima que a fundação de Malacacheta seja de 1880, pois seus pais nasceram na maloca, assim como seus avós e bisavós.

Neste tempo, final do século XIX, o viajante francês, Henri Coudreau, passa uma longa temporada nessa maloca e constata que ela é pelo menos 100 anos mais antiga do que a aferição feita pelo professor.

Maracachite se compose de deux villages distants de huit kilomètres environ l'un de l'autre. Le Nouveau Maracachite est à l'est des chaînes du Surrão et du Uandrá, l'Ancien Maracachite est sur les bords de l'igarapé du Cauai, affluent du Cuit Auaú. Il y eut jadis un autre Maracachite, le Maracachite Antique, sur la rive septentrionale du Cuit Auaú, mais il n'en reste plus aujourd'hui vestige. L'Ancien Maracachite fut fondé à la mort d'un tuxau vénéré du Maracachite Antique. Le Nouveau Maracachite a la même origine. Une fois, il y a quelques générations de cela, le tuxau du Vieux Maracachite mourut de fièvres. Depuis cette époque tous les enfants moururent en bas-âge dans le village. Le successeur du tuxau décédé dût fonder un autre village, le Nouveau Maracachite, qui est situé dans de conditions moins avantageuses, mais qui aura du moins l'avantage de n'être pas maudit, au moins jusqu'à la mort du tuxau actuel. (COUDREAU, 1887:266)

Como vemos a mais antiga Malacacheta surge na borda norte do rio “Cuit Auaú” (atual rio Quitauaú, do Wapixana *kuitu*, ‘lagarto’ e *wau*, ‘rio’), com a morte do tuxauá ela migra para o norte, também na borda de um curso d'água, o Igarapé Cauai (provavelmente deve ser o atual ig. Cawarowaú, do Wapichana *cawaro*, ‘cavalo’ e *wau*, ‘rio’). Já a Nova Malacacheta encontra-se, também mais ao norte, entre as serras do Surrão e do Uandrá. Entretanto, como bem ateuviu

---

<sup>148</sup> O coordenador geral da RISEL mora em Malacacheta.

<sup>149</sup> Entretanto, os materiais didáticos são em sua maioria em português e por incrível que pareça produzidos na região sudeste do país.

Coudreau, a Nova Malacacheta pereceu, visto que a Malacacheta atual situa-se atualmente mais a leste, nas cabeceiras do ig. do Cavalo.

Essas mudanças da maloca, como bem relata Coudreau, estão relacionadas aos antigos ritos mortuários dos Wapixana. O viajante diz ainda com certa ironia que a Velha Malacacheta estava num lugar melhor, entretanto a nova tem a vantagem de não ser maldita, ao menos até a morte do tuxaua atual. Com a demarcação das TIs, como vimos no capítulo anterior, este importante traço cultural desapareceu.

Sobre a escolha do nome da maloca, Coudreau (1887:270) conta que:

C'est au port du Maracachite Antique, sur les berges et au fond du lit de la rivière, que se trouve la maracachite (le malachite) qui a donné son nom au village. Le malachite est blanc, brillant, transparent, d'aspect gélatineux, de la forme et des dimensions des écailles de poisson. (...) Les indiens disent que la nuit: 'La maracachite ronfle'.

Este aspecto singular da Malacacheta em relação aos granitos da serras circundantes chamou tanto a atenção dos Wapixana que nomearam a sua maloca com o minério. Como relatado pelo viajante francês, o minério encontra-se no fundo do leito, quer dizer que ele só é visível durante o verão, onde o rio Quitauaú está mais seco. Esta informação foi confirmada por um de nossos informantes<sup>150</sup>, desta forma não pudemos verificar o minério nem a localização da "Maracachite Antique", visto que nosso informante disse que havia muito mato naquele local<sup>151</sup>, o que dificultava o acesso.

Quase todos os informantes desta aldeia disseram que o nome Malacacheta vinha do minério que abunda o rio Quiatauaú. Entretanto, a sua descoberta deu-se por um "branco", chamado Pancho, que veio estudar a região e encontrou grande abundância do minério. O pesquisador levou para ver se tinha valor comercial. Os índios criaram uma grande expectativa de

---

<sup>150</sup> Pois como nossa viagem ocorreu em agosto de 2006, o rio Quitauaú já estava muito cheio.

<sup>151</sup> Como vimos na primeira parte deste capítulo, temos aqui uma ilha de mata, *kanuku katunary*, um indicador das antigas malocas Wapixana.

ganhar muito dinheiro com aquele minério, no entanto, descobriram que a malacacheta não tinha grande valor comercial. Decepcionados os Wapixana batizaram o minério e conseqüentemente sua maloca de *Pyrata Dyk* (do Wapixana, *pyrata*, 'dinheiro' e *dykei*, 'fezes'), literalmente a "merda de dinheiro", expressão que os Wapixana utilizam com muita diversão. Numa tradução mais branda, utilizam o termo borra em substituição ao vocábulo merda, exemplificam, assim, com a borra de chumbo, que não vale nada.

Outro nome que identificamos com nossos informantes, anterior ao de Malacacheta foi o topônimo Papagaio, *waruna'u*. Segundo o professor Odamir, este era o nome da maloca, antes da chegada dos brancos, *karaiwa*. "Com a chegada dos *karaiwa* e a descoberta da malacacheta o nome mudou." Entretanto, outro informante diz que "o Papagaio era mais para o norte e tinha este nome por causa do lago do Papagaio, *waruna'ukarichi*." (informação verbal)<sup>152</sup>.

A demarcação atual de Malacacheta durante o século XX, elucida um pouco, a situação indígena perante sua própria terra. Como vimos no capítulo anterior os campos do rio Branco foram extremamente cobiçados para a criação de gado, desta forma o território Wapixana, foi quase que totalmente transformado em fazendas. No caso de Malacacheta, existia um poderoso comerciante de Manaus chamado Sizenando Diniz, que se dizia dono daquelas terras. O pai do Wapixana Leandro da Costa, que foi criado pelo comerciante e sua mulher<sup>153</sup> conta que

Com 15 anos me lembro de Malacacheta, tinha pouca gente, 10 famílias, antigamente era rico em caça. As terras eram da dona Santinha. Meu pai foi criado por ela, dizia que era o diabo em pessoa, mulher de seu Sizenando Diniz. Segundo meu pai conta foi Rondon que demarcou o território wapixana. Quando seu Sizenando morreu o gado começou a morrer (50 mil cabeças). Sua mulher propôs a venda para o Tuxaua Constantino Viana, pai de Julião. Seu Constantino ajuntou uns 10 sócios para comprar a

---

<sup>152</sup> Leandro da Costa (63 anos), maloca de Malacacheta, 2006.

<sup>153</sup> Durante a aplicação da Ficha Lexicográfico-Toponímica encontramos diversos relatos de índios que foram criados por famílias de brancos. Vendidos pelos próprios pais, muitas vezes, por uma garrafa de cachaça.

própria terra. Isso foi, mais ou menos, em 1935. Em 1970, foi minha vez, contribui com 20 contos para pagar o INCRA. A FUNAI chegou depois. (informação verbal, Leandro da Costa)

Segundo o relato os índios tiveram que pagar pela própria terra à dona Santinha e mais tarde tiveram que pagar ao INCRA. O coordenador geral da Serra da Lua também descreve esta última situação

Durval de Magalhães veio aqui e disse que os índios não precisavam do lavrado, somente da mata. Só quando veio o Rondon é que a terra ficou para gente. Em 1979, botei minha roça, em 1980/81 comecei a acompanhar o trabalho do Raimundo Cruz. Em 1985 assumi a liderança. Os índios pagavam para o IBRA, depois virou o INCRA, para ter a própria terra. Quando foi em 1974, teve o projeto Rondon, vindo de uns paulistas que disseram que não precisavam pagar. Em 1987 começou a demarcação, antes em 1977, os índios fizeram um projeto de demarcação que não abarcava nada só um pouco de terra o resto era para os brancos. Em 1990 voltei como Tuxaua até 1998. Em 1992/3 entramos na mata durante 20 dias com 2 turmas de 16 cada. Quando entregamos um reconhecimento da TI para o Valmir em 1989, já estava tudo perdido, pois ficou tudo para os brancos. Fui querer recuperar a nossa terra, os índios disseram que não, tudo bem como estava. Eu quero até a cabeceira do Igarapé do Jenipapo com Igarapé Grande. Nós vamos brigar por isso em terra mesmo. (informação verbal)<sup>154</sup>

Simião menciona o embrião do INCRA, o IBRA que os índios tiveram que pagar pela terra até a chegada dos paulistas (projeto Rondon). Entretanto, a demarcação atual não satisfaz o antigo Tuxaua, porém, como a decisão não é fruto deste, mas da comunidade, o processo de ampliação da TI continua parado.

Cirino (2000) sintetiza o quadro da maloca de Malacacheta como *sui generis*, pois "no final da década de 1970, os Wapixana da Malacacheta passam a reivindicar a demarcação da área e se deparam com o impasse dos seus próprios pares serem os posseiros da área". Uma referência aos índios que compraram a própria terra da viúva do fazendeiro, Ermelinda do Nascimento Pinto (Dona Santinha).

A situação era conflituosa entre os Wapixana. Uma equipe de funcionários da 10ª Delegacia regional da Funai intermediava o impasse e sugeriu ao grupo comprador passar para o órgão a posse da terra para em seguida demarcar a área em favor da comunidade da Malacacheta. Como os impostos devidos estavam atrasados, a Funai

---

<sup>154</sup> O makuxana Simião Messias (51 anos), maloca de Malacacheta, 2006.

usou desse expediente para pressionar o grupo a ceder os direitos de posse, livrando-o dessa obrigação, afora a pressão da comunidade. Acuada, o grupo resolve ceder os direitos legais à Funai, não obstante, a objeção de alguns componentes que revoltados migraram para Boa Vista. (Cirino, 2000, pg. 169/170).

Nesta trama, melhor foi a Malacacheta ter se transformado em *'Pyrata Dyk'*, pois, do contrário as desavenças tornariam-se maiores. No Brasil, o litotopônimo só encontra correspondente, como assentamento humano, em Minas Gerais. Como acidente geográfico há apenas uma cachoeira no estado do Amazonas.



Foto 21. Escola Estadual Sizenando Diniz, Malacacheta. 'Lugar dos Wapixana estudarem' (tradução livre).

### 3.3.4 TERRA INDÍGENA DE CANAUANI



Foto 22. Família de Rosa (filha de Casimiro Cadete). Canauani.

#### 3.3.4.1 CANAUANI - O IGARAPÉ DOS ARAWAK

##### *'KANAWA'U'*

Canauani ou Canauanim encontra-se a aproximadamente a 20 km de Boa Vista. Conta com 721<sup>155</sup> índios em uma área de 11.182 ha. Sua homologação é de fevereiro de 1996. Há uma escola de ensino fundamental, uma igreja e um posto de saúde.

Nesta maloca encontramos o grande mestre da língua Wapixana, Casimiro Cadete. A comunidade foi fundada por seu avô na segunda metade do século XIX, o Wapixana Manduca Cadete e sua vó Mariquinha<sup>156</sup>.

---

155 Fonte: Censo Dsei Leste - CIR (2007).

<sup>156</sup> A história oral é confirmada pela oficial, visto que Canauani, aparece no mapa de COUDREAU (1887).

Seu Avô, segundo conta Casimiro,

[...] trabalhava para Bento Brasil<sup>157</sup>, o dono da mercadoria, o vovô Manduca ia de barco a voga de Boa Vista à Manaus. Nessas viagens conheceu minha vó, Mariquinha, que era do rio Negro e falava a língua geral, parece que ela era guarani. Vô Cadete morreu quando eu era pequeno. Então eles fundaram este lugar, pois aqui eles faziam canoa, principalmente de Cupiúba e Mirarema. Essas canoas seguiam pelo Igarapé da Canoa - *Kanauwa'u* - até o Ig. do Surrão, para chegar no rio Branco. Como sempre descia canoa neste igarapé, deram o nome de *Kanauwa'u*. Daí eles iam até Boa Vista, que era chamada de *Kuwy Pire* (conjunto de muitas casas). Nessas viagens para *Kuwy pire*, levavam peneira, farinha e canoas para trocar. O centro antigo de Canauani era em volta do igarapé, porém ninguém fixava sítio, colhia da natureza. (informação verbal)<sup>158</sup>

Verifica-se neste trecho uma das entradas para a Língua Geral no Alto rio Branco, o casamento interétnico. Evidente que Dona Mariquinha não deveria ser guarani, como sugere seu neto, pois não há relatos desses índios no Negro. Provavelmente ela era de alguma outra etnia do médio Negro, que durante, principalmente o século XVIII, foram aldeados por missionários que catequizavam na Língua Geral<sup>159</sup>. Apesar da influência "tupi" na mulher do fundador da maloca, o topônimo permaneceu *wapichan - kanau*, 'canoa' e *wa'u*, 'rio'.

Como forma equivalente do tupi temos o consagrado vocábulo geográfico **igarapé**, (*igara*, 'canoa' e *pé*, 'no caminho') termo utilizado em toda região Norte para caracterizar pequenos rios, furos e braços de rio, onde apenas a canoa consegue atravessar. Dick (1990, p.215), refere-se à importância que a toponímia dedica a este termo:

[...] **igarapé** - extrapola a própria significação para se converter em dados preciosos de fossilização lingüística, uma vez que, originados em outro sistema idiomático,

---

<sup>157</sup> Koch-Grünberg (1917) fala sobre a tensão política no alto rio Branco. "Dizem que lá existem dois partidos que se combatem. ferozmente. Que Neves, o administrador da fazenda São Marcos, ao qual estou levando cartas de recomendação, é inimigo mortal de **Bento Brasil**, deputado de rio Branco e um dos latifundiários mais influentes." p. 30

<sup>158</sup> Casimiro Cadete (86 anos), Maloca de Canauani, 2006.

<sup>159</sup> Sobre a utilização da língua geral ou do tupi como forma de catequização ver FREIRE, 2003 - Política Lingüística e Catequese na América do Sul no Período Colonial.

mantiveram-se como formas vivas de língua, em núcleos apartados daqueles onde maior era o número de falantes do Tupi Antigo. Talvez por este motivo, pelo distanciamento dos centros de civilização mais intensa, foi que confinados a um âmbito regional, lograram persistir na fala amazonense com o primitivo sentido, enquanto que, em outras regiões, esterilizaram-se mais facilmente em topônimos.

Confirmamos tal fato em qualquer mapa ou carta topográfica da região amazônica, mesmo em Roraima, onde não há registros de grupos Tupi, o termo consolidou-se. Entretanto ressalvamos novamente a influência católica em transmitir a língua tupi (LGA) por meio dos aldeamentos indígenas. Como veremos mais adiante (mapa 6), das 17 malocas da Serra da Lua, seis contém em seu nome o étimo Tupi.

Canauani, entretanto, resistiu a tupinização, talvez por ser forma equivalente do Tupi - igarapé, portanto, inconcebível para a formação sintagmática do topônimo: o *igarapé do Igarapé*. Na formação do elemento genérico ao elemento específico em línguas distintas, - o hibridismo toponímico entre o Tupi e o Arawak - fora possível. Mais comum, porém, no sistema toponímico brasileiro é a formação entre o elemento indígena + português ou o inverso.

Ainda sobre a formação equivalente entre os sintagmas do igarapé Canauani, Dick (1990a) fala sobre a cristalização semântica do vocábulo na estrutura sintagmática do topônimo híbrido.

Tanto que é comum dizer-se haver, em tais casos, uma acentuada influência da "água" nos topônimos indígenas, quando na realidade, o topônimo propriamente dito não acusa essa carga semântica, já que o y significa apenas o acidente geográfico que recebeu a nomeação; **sintaticamente em português, não deveria figurar mais no sintagma, desde que traduz, muitas vezes, o mesmo sentido do acidente que denomina. Do ponto de vista histórico, entretanto, torna-se muito difícil a restauração.**" (Dick, 1990b, p.68, o grifo é nosso)

Como descrito, a maloca de Canauani recebeu seu nome do principal igarapé do lugar, aquele que ligava a maloca indígena ao *Kuwy Pire* - a cidade para os indígenas. Temos neste topônimo mais

um caso de translação toponímica, onde um nome referente agrega-se à outro identificando-o.

Para os Wapixana havia e ainda há uma grande importância para as relações de troca, seja entre índios, seja entre brancos. Sem o igarapé do Canauani, esta troca tornaria-se mais lenta e menos abundante. Como cita seu Casimiro no relato acima, com as canoas descendo o *kanawa'u* em direção ao rio Branco podia-se levar muitas coisas na canoa para trocar com os "donos da mercadoria, os brancos". Contudo esta relação de troca tornar-se-ia de exploração, do fazendeiro sobre os territórios indígenas, como relata, ainda seu Casimiro:

Na época de meu pai chegou um branco, *karaiwa* (eu não tinha nascido) e disse que do igarapé do Surrão e Santa Cecília até a Serra de Malacacheta era dele, o seu nome era Antônio Pinheiro. Meu Pai morreu em 1954, nesta época o primeiro fazendeiro vendeu para Waldemar da Costa e como meu pai era o Tuxaua e ele morreu o Waldemar veio para cima da gente e disse para irmos embora das terras dele. Como eu era o mais velho da maloca fui procurar ajuda e me falaram de um tal de SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Fui até lá em Boa Vista e falei com o seu Alfredo do SPI e disse o que estava acontecendo, ele me perguntou quem foi o primeiro a chegar, eu disse que era meu avô. Então lá ele me nomeou o novo Tuxaua, isso em 1958. Nessa época havia lá 12 famílias *wapichan* e 6 brancos. O seu Alfredo me perguntou se queria os brancos ali ou só os índios, eu preferi só os índios. E aí o seu Alfredo mandou os "brancos" saírem de lá e eles saíram. A primeira coisa que fiz como tuxaua foi construir a igreja de Santa Luzia, como sempre sofri da vista, construí em homenagem a ela<sup>160</sup>.

Como tinha muita criança, nessa época procurei a Secretaria de Educação, para trazer professor para cá, o Secretário disse que não tinha como trazer professor, mas me dava o material didático. Quem virou o professor fui eu, pois havia aprendido de pequeno com um turco que me ensinou a ler e a escrever. Dava aula na igreja, isso em 1962. Em 1966, fui pedir a escola de alvenaria, aí o diretor da Educação mandou fazer, nós tínhamos 30 alunos nesta época, em 1968 ficou pronta a escola. Tanto a escola com a igreja foram feitas perto de minha casa antiga. Os padres arrumaram um professor "branco" para nós, nesta época o Waldemar da Costa queria demarcar sua fazenda dentro da nossa área. Mas aí chegou a FUNAI e demarcou nossa área onde nós queríamos. Resolvemos fazer este limite pois era onde tínhamos roça e principalmente onde caçávamos e pescávamos. Depois da demarcação veio um bocado de *wapichan* da Guiana, em 1977. O *wapichan* começou a ser lecionado nas escolas na década de 80. (informação verbal)<sup>161</sup>

---

<sup>160</sup> Casimiro havia acabado de operar a vista, fruto de uma lasca de madeira que lhe perfurou o olho esquerdo e aguardava a cirurgia de catarata para o direito.

<sup>161</sup> Casimiro Cadete (op. cit.).

Neste trecho verificamos a força do tuxaua para a comunidade, mesmo sendo escolhido pelo diretor do antigo SPI<sup>162</sup>, todos os anos o tuxaua é avaliado em assembléia pela população<sup>163</sup>. Seu Casimiro foi tuxaua por aproximadamente 50 anos e saiu do posto pelo cansaço da idade e não pela comunidade.

Constatamos também, que no final da década de 1970, muitos Wapixana da Guiana, migraram para a maloca. Fato este que veio reforçar os laços lingüísticos entre os Wapixana. Visto que a língua estrangeira para os índios guianenses é o inglês e para os brasileiros o português, portanto, torna-se mais prática a comunicação na língua materna. Como consequência deste processo, na década seguinte surge na escola da maloca o ensino da língua Wapixana.

O topônimo Canauani não se repete no texto toponímico brasileiro, é portanto, uma singularidade do universo Wapixana.



Foto 23. Igarapé Canauani. Buriti caído. Canauani.

---

<sup>162</sup> Órgão que foi substituído pela FUNAI.

<sup>163</sup> Entretanto, este processo é recente, pois segundo Hermann (1946) o cargo de tuxaua passava de pai para filho, principalmente o primogênito. No relato do seu Casimiro, percebemos que o chefe do SPI utiliza esta lógica, nomeando o seu Casimiro como tuxaua, por ele ser neto do fundador da maloca.

### 3.3.5 TERRA INDÍGENA DE JABUTI

A TI de Jabuti foi homologada com o Decreto Federal sem número no dia 15 de janeiro de 1996. Sua área é de 14.210ha e conta hoje com 275 pessoas<sup>164</sup>, sendo a grande maioria da etnia Wapixana.

O nome da TI é referente a única maloca existente em sua área, Jabuti, que os antigos chamavam de Olho d'Água. A maloca conta com uma escola estadual de ensino fundamental Eduardo Ribeiro<sup>165</sup> e uma pequena igreja em homenagem a Nossa Senhora Aparecida.

#### 3.3.5.1 JABUTI - ÁGUA NÃO TEM OLHO

##### **'WIRADA'**

Antes da demarcação da TI, os Wapixana chamavam o lugar de *WinWain*, 'Olho d'Água'. Entretanto, com o processo demarcatório, os indígenas foram obrigados a modificar o nome, como conta o atual tuxaua Andrade: "Quando foi para cadastrar na FUNAI, o Manuelino falou que o nome era Olho d'Água. Mas o funcionário falou que água não tinha olho<sup>166</sup>. Então ele disse que havia uma ilha chamada *Wirada*, 'Jabuti', ficou o nome".

Neste simples relato verificamos como o processo de demarcação das TIs modificou e de certa forma oficializou os topônimos das malocas de acordo com a vontade dos representantes do poder público. Quando esses não modificavam o nome, simplesmente traduziam para a língua oficial.

---

<sup>164</sup> Fonte: Censo Dsei Leste - CIR (2007).

<sup>165</sup> Eduardo Ribeiro foi o terceiro tuxaua da maloca e morreu em um acidente na BR - 401.

<sup>166</sup> A toponímia brasileira registra o hidrotópônimo - Água Boa, em quase todos os estados do Brasil.

Ao analisarmos estruturalmente este fenômeno de mutação toponímica<sup>167</sup>, Levi Strauss (1962 p. 188) nos mostra que "à medida que a atenção se desloca para as partes mais elevadas, a parte da motivação enfraquece e a do arbítrio aumenta: não está mais ao alcance dos galhos terminais comprometer a estabilidade da árvore nem modificar sua forma característica." Neste sentido, para os Wapixana, este fato, por mais que tenha causado e cause indignação, não comprometeu sua estrutura onomástica, no momento do rebatismo, visto que os zootopônimos são preponderantes no texto toponímico Wapixana.

O Manuelino, citado pelo tuxaua, parece ter sido o responsável pelo processo de demarcação e pela fundação da maloca, conforme relatou sua sobrinha

Aqui começou com meu tio Osvaldo Manuelino. Não queríamos colocar os meninos para o Tucano, aí fizemos a escola lá para baixo. A minha casa virou a escola, aí o Fazendeiro derrubou a escola. Aí construímos para cá a escola. Aí ficou a Maloca Jabuti, pois o nome era Olho d'Água. Os fazendeiros nos tiraram daqui a força e nos levou a força para a cidade. Pegou um fósforo e pediu que eu tocasse fogo em minha própria casa, eu disse que não. Aí fui na FUNAI reclamar, e eles queriam me levar para Malacacheta, Moscow, Jacamim. Eu disse que não. Aí me trouxeram para cá de volta. Eu quero morar onde meu pai me criou. (informação verbal)<sup>168</sup>

Vemos acima uma das principais causas de migração dos Wapixana, a invasão de suas terras pelos fazendeiros. Neste caso, ao menos os índios resistiram a pressão e permaneceram em sua terra. Entretanto, durante o processo de demarcação, além da humilhação e da constante ameaça dos fazendeiros, os Wapixana perderam um importante igarapé, do Murará, onde muitos antigos haviam nascido. Seu Andrade comenta o episódio:

Quando o Manuelino foi na FUNAI, esta disse: Qual o tamanho que você quer? O tuxaua respondeu: da cabeceira do Ig. Do Helena até o Ig. Arumã até o Ig. Murará. Até o Ig. Do Calango até o Tacutu. Sobe o Ig. do Garrafa até o Ig. do Jabuti. Na BR 401 até a cabeceira do helena. Essa era área que nós queríamos, mas perdemos o Ig. do Murará. (Informação verbal)<sup>169</sup>

---

<sup>167</sup> Tão comum em nossas cidades, onde os vereadores detêm o poder de criar leis que permutam nomes consolidados na toponímia urbana por antropotopônimos com pouca relação de identidade com a cidade.

<sup>168</sup> Cidalina (57 anos), maloca de Jabuti, 2006.

<sup>169</sup> Andrade (45 anos), maloca de Jabuti, 2006.

Da mesma forma que para os Tupi<sup>170</sup> o jabuti era símbolo de inteligência, rapidez e, principalmente de astúcia, para os Wapixana idem. Seus mitos são repletos de histórias em que o jabuti sempre é ameaçado pela onça, entretanto, por sua paciência e eloquência quem acaba vitimada é a onça que de caçador vira presa.

A onça queria pegar o jaboti, Este ficou escondido o dia inteiro. A onça encontrou, o Jaboti disse: Pensas que agarraste a minha perna, mas pegaste uma raiz. A onça soltou o jaboti. Pegou-o de novo dentro de um igarapé. O jaboti perguntou: Queres beiju? Há beiju dentro da água. A lua-cheia refletia na água. O jaboti amarrou uma pedra no pescoço da onça. Ela pulou e morreu. Outra onça soube disso e foi atrás do jaboti. Pegou-o e disse: Eu te mato, porque tu mataste o meu companheiro. O jaboti disse: Não me mates. Eu sei onde está um veado gordo; fica esperando no caminho, abre a boca e fecha os olhos! O jaboti desenterrou uma pedra grande: Olha, aí vem o veado, disse ele, e empurrou a pedra. A onça abriu os olhos e viu a pedra. A pedra rolou sobre a onça e matou-a. (Wirth, 1950, p. 186).

O próprio termo que se fossilizou na toponímia da RiSeL é o termo tupi, Jabuti e não o Wapixana, *Wirada*. Vemos neste processo a influência do Tupi na língua portuguesa, visto que esta não tinha um termo para designar o quelônio brasileiro. Os Wapixana absorveram neste caso o topônimo Tupi, de forma indireta, pois a transmissão se deu pela língua portuguesa.

No Brasil a toponimização do réptil Jabuti concentrou-se mais nos estados da Amazônia Legal (AM, MT, AP, RR, RO, PA). Encontramos apenas uma localidade com o zootopônimo, fora desta região, no estado do Paraná. Como acidente geográfico, o termo também se restringe à Região Norte, porém, composto: Ig. Jabuti Caá (AM) e o lago Jabuti Mirim (PA).

A distribuição do zootopônimo Jabuti reflete com exatidão a realidade geográfica, visto que este animal encontra-se no solo das florestas, no caso do norte, a floresta Equatorial

---

<sup>170</sup> Couto de Magalhães (1975, p.149) ao se referir às lendas indígenas diz: "Notei entretanto que entre as tais histórias havia um tema singular, o qual consistia em mostrar o jabuti, que aliás é um dos animais mais fracos de nossa fauna, vencendo aos mais fortes quadrúpedes, a custa de astúcia e inteligência."

Amazônica e no sul, a floresta Tropical Atlântica. Temos, portanto, um testemunho lingüístico-geográfico para o topônimo Tupi.

### 3.3.6 TERRA INDÍGENA DE MOSKOW

A Terra Indígena de Moskow foi homologada com o Decreto Federal sem número no dia 30 de maio de 2003. Sua área é de 14.212 e conta com uma população de 415 pessoas<sup>171</sup>, em sua maioria Wapixana. Como não desenvolvemos o trabalho de campo na TI, pouco teremos a colaborar com sua história.

#### 3.3.6.1 – MOSCOU - O SOCIALISMO INDÍGENA

##### *‘MOSKOW’*

A maloca de Moskow é a única da referida TI, apesar de sua homologação recente, seus moradores parecem ser antigos, visto que os fundadores da maloca de Alto Arraia serem provenientes desta. Segundo seu Casimiro Cadete, o antigo nome da maloca era *Kuduidintun*, que quer dizer *kuduidin*, ‘onça’ e *tun*, ‘ilha’.

No entanto o nosso informante não sabe quando se deu a mudança de nome para o atual. Os Wapixana do Alto Arraia dizem que o atual nome vem de um estrangeiro que observando o modo como os índios viviam disse que aquilo parecia uma cidade socialista<sup>172</sup>, como Moscou, os índios gostaram do nome e passaram a denominar o local com o corotopônimo.

De fato, para o estrangeiro, proveniente das grandes cidades brasileiras, vivenciar a vida numa maloca Wapixana, é encontrar-se num outro mundo. Aqui temos uma clara diferença entre a nossa sociedade e as comunidades indígenas. Os Wapichana vivem em comunidade, eles comungam as mesmas coisas: a construção das casas, o preparo da terra, o plantio, a colheita, a

---

<sup>171</sup> Censo Dsei Leste - CIR (2007).

<sup>172</sup> Oswald de Andrade (1928) em seu Manifesto Antropofágico diz que foram os índios a grande inspiração da Revolução Francesa e acrescenta: “Já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista. A idade de ouro”.

manutenção da maloca, tudo isso são atividades que fazem em comunhão, em comunidade, pois todos participam e todas as tarefas são distribuídas<sup>173</sup>. No entanto, estas relações sociais estão se modificando, nas malocas mais próximas à Boa Vista. A circulação do capital começa a gerar um novo quadro, onde alguns são mais favorecidos e outros menos. Na própria paisagem da maloca já percebemos casas de alvenaria, com televisor e alguns eletrodomésticos, enquanto a grande maioria das casas tem a parede de adobe ou mesmo de palha de inajá, com cobertura de folha de buriti. Além disso, com o confinamento dos Wapixana em TIs e com a escassez dos recursos naturais dessas terras, os índios que não têm acesso aos recursos econômicos passam algumas necessidades nutricionais quando em suas roças só se encontram as mandiocas.<sup>174</sup>

A toponímia brasileira não registra nenhuma ocorrência do corotopônimo em seu território, neste sentido, o topônimo Wapixana é único, e com o tempo passaram a grafar a Moscou russa com as letras do alfabeto Wapixana, trocaram o "c" pelo "k" e o "u" pelo "w", desta forma, temos a *Moskow* wapixanisada.

---

<sup>173</sup> Sérgio Buarque de Holanda (1956 p. 25) diz neste sentido que é o que "se deve esperar de homens para que o viver era antes e acima de tudo um conviver".

<sup>174</sup> Josué de Castro (1948) já colocava a região norte como a pior alimentação do Brasil, por ter como base apenas farinha de mandioca.

### 3.3.7 TERRA INDÍGENA DE MURIRU

A TI de Muriru foi homologada pelo decreto s / nº, no dia 24 de junho de 2003. Sua área é de 5.555 ha e situa-se entre os municípios de Bonfim e Cantá. Sua população atual é de 80 pessoas<sup>175</sup>, uma das menores da RISEL. Há apenas uma maloca, homônima à TI, que detêm um dos quadros mais tristes do abuso do fazendeiro sobre os territórios indígenas.

#### 3.3.7.1 MURIRU - A FAZENDA ITAMARATI

##### *'WARADI'*

Durante nossa viagem<sup>176</sup> para assembléia indígena na maloca de Jacamim, passamos por Muriru, após 5 horas de viagem desde Malacacheta. Chegamos num final de tarde, em que o sol escondia-se no dorso da serra da Lua. O maravilhoso crepúsculo contrastava fortemente com as condições do povo desta maloca.

Na entrada da TI há uma porteira, que não pertence aos índios, mas a um fazendeiro que detêm a chave do cadeado. Assim, para entrar na TI é necessário solicitar a chave ao proprietário, o dono da fazenda e não o indígena. Após este processo constrangedor, entramos em Muriru para buscar o tuxaua da maloca para a assembléia, porém, este estava caçando, o que nos fez esperar e escutar dos presentes os motivos para tal situação.

Lá pelos idos de 1979/80, o antigo proprietário da fazenda Itamarati<sup>177</sup> (vizinha à TI), conhecido como Zé Lima, acompanhado de diversos capangas armados, ordenou que todos os índios de Muriru entrassem em dois caminhões para que fossem levados para a maloca vizinha

---

<sup>175</sup> Fonte: Censo Dsei Leste - CIR (2007).

<sup>176</sup> Fevereiro de 2005, sobre a assembléia Cf. 1.4.1.1.

<sup>177</sup> Ironicamente Itamarati designa a Fortaleza de Pedra no Tupi (Gregório, s/d).

(Moskow, a 40 km), pois ali não era lugar de índio. Os Wapixana e alguns Aturairu, acudados entraram nos caminhões, levando apenas a roupa do corpo e alguns artefatos. Os índios foram despejados no Moskow e só retornaram para o seu território ou parte dele, apenas em 2003, com a homologação da TI de Muriru.

No entanto, apesar do reconhecimento legal, os Wapixana de Muriru não têm o direito de ir e vir. Em sua própria terra são obrigados a submeterem-se ao poder dos fazendeiros locais, para não arriscarem a vida da comunidade, visto que, as ameaças são constantes.

Coudreau (1887, p.282) diz que esta região onde encontramos Muriru era a terra dos "Atorradi" (Aturairu) que a denominavam por "Ouichbine" (anexo D). "*La terre Atorradi*. - Je laisse derrière moi la terre hospitalière des Ouapichianes [Wapixana] et fais route vers le sud. Je vais visiter les Atorradis, la plus belle des nations du massif de Caïrrit [maciço da Lua ou serra da Lua]." Este relato demonstra a antiguidade do território indígena, sendo Muriru, topônimo de segunda ou mesmo de terceira geração, na medida em que os Wapixana denominam o lugar, em sua língua, com o topônimo *Waradi*, 'Muriru'. Certamente, o Muriru foi introduzido pelos missionários ou fazendeiros, visto que sua origem lingüística é o Tupi.

Cunha (1978, p. 217) não registra em seu dicionário a existência do termo "muriru", apenas as variantes, "mururiz, moruruz" para o século XVII e "mururé, murerú, moruré e mururé" para o período do XIX ao XX. Nos relatos recolhidos pelo autor, o termo fica restrito ao universo amazônico, demonstrando uma possível aproximação com a LGA.

Em todos os documentos históricos compilados por Cunha (op. cit.), fica claro a correlação das variantes citadas com o termo muriru, incluindo, principalmente, a sua definição: Planta da família das ninfeáceas<sup>178</sup>.

---

<sup>178</sup> Família de grandes ervas aquáticas da ordem das ranales. Existem, em torno, de 100 espécies no mundo. No Brasil a mais conhecida é a vitória-régia.

Os Wapixana de Muriru dizem que o topônimo vem da grande quantidade desta planta nos igarapés da maloca. Como ficamos poucas horas nesta, não chegamos a encontrar esta espécie por lá, no entanto, a encontramos em Canauani, Manoá e Tabalascada (foto 20).

A variante Muriru, também é uma singularidade do texto toponímico da RISEL, visto que não há correspondentes em toda toponímia do Brasil. Apenas encontramos o topônimo (Vanzolini, 1968), com a variante Mureru, para três acidentes geográficos. Todos no estado do Amazonas<sup>179</sup>, demonstrando o topônimo como um identificador das características das paisagens, na medida em que o muriru, '*waradi*', está circunscrito, como vimos em Cunha (op. cit) ao universo amazônico.

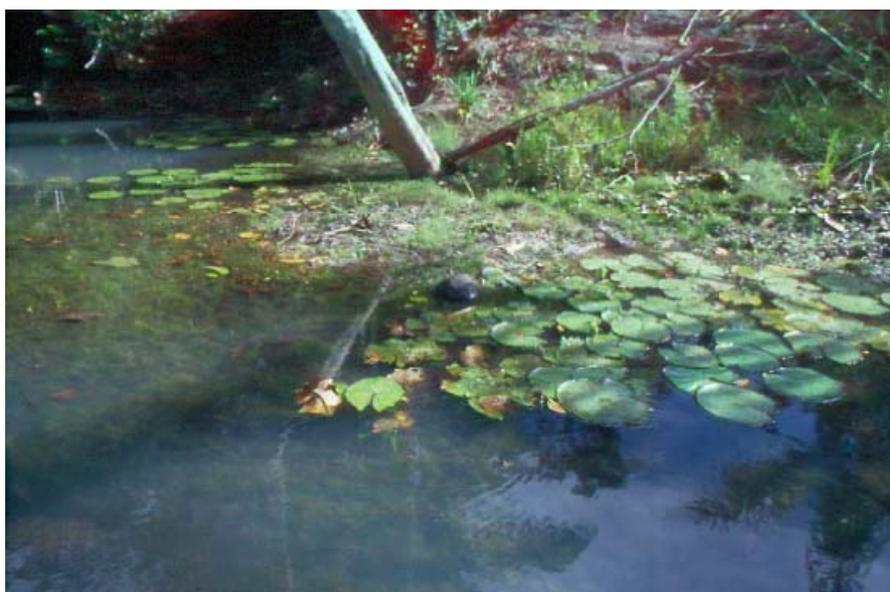


Foto 24. Ig. Canauani com muriru. Canauani.

---

<sup>179</sup> Ilha de Mureru, lago de Mureru e igarapé Mureru.

### 3.3.8 TERRA INDÍGENA DE TABALASCADA

A TI de Tabalascada foi a penúltima a ser homologada na RISEL, por meio do Decreto Federal sem número de 19 de abril de 2005. Esta demora ocorreu por ser a terceira demarcação que o governo federal fez na TI. Pois com a homologação da TI de Canauani e Malacacheta, os índios de Tabalascada resolveram ter como fronteira essas TIs. O que facilitou a integração entre as malocas.

A TI de Tabalascada está no extremo oeste da RISEL, situada dentro do município de Cantá e conta com uma área de 13.014 ha, com uma população de 453 habitantes<sup>180</sup>, em sua maioria Wapixana. Há apenas uma maloca na TI que analisaremos a seguir.



Foto 25. Wapixana na BR 432. Tabalascada.

---

<sup>180</sup> Censo Dsei Leste - CIR (2007).

### 3.3.8.1 TABALASCADA - OS ÍNDIOS LASCADOS

#### *'PARANKTADAUKAL'*

A maloca de Tabalascada encontra-se à beira da BR 432 que liga Boa Vista à Cantá. Sua localização é privilegiada em relação às demais malocas da RISEL pela facilidade de transporte até Boa Vista, pois há linhas de ônibus diárias da capital até Cantá, que passam pela maloca. Em função disso, muitos indígenas de outras malocas optam por morar em Tabalascada para poder estudar em Boa Vista, ou mesmo trabalhar na capital e a noite voltar para a maloca.

Esta aproximação dos centros urbanos com a maloca intensificou todos os tipos de trocas com os “brancos”, de mercadorias à valores culturais. Historicamente, situava-se a maloca à beira do rio Branco chamado pelos wapixana simplesmente de ‘Rio’, *Wauz*. A Wapixana Maria Madalena, uma das mais antigas da maloca conta que

[...] foram os brancos que nos empurraram para cá, pois agente morava mais para a beira do rio Branco, quando me entendia o rio Branco era chamado de *Wauz*. Boa Vista era chamado de *KuwyPirer*. (informação verbal)<sup>181</sup>.

Todos os outros relatos confirmam esta migração para leste do *Wauz* (rio Branco), principalmente, por causa dos fazendeiros, que como já vimos, foram os grandes responsáveis pelo nomadismo Wapixana no último século. Um dos informantes que vivenciou este processo, disse que os fazendeiros diziam que lugar de índio era no mato e não no campo. Destarte, a maloca de Tabalascada está hoje num capão de mata, a única maloca da RISEL que situa-se abaixo dos 100 metros de altitude, exatamente, onde, via de regra, passamos a encontrar mata e florestas de galeria.

---

<sup>181</sup> Maria Madalena (86 anos), maloca de Tabalascada, 2006.

O primeiro tuxaua da maloca foi José Ambrósio, amazonense, que segundo contam, falava a LGA. Deve ter chegado à região no final do século XIX. Na maloca, casou-se com a Wapixana Maria Júlia. Ao que tudo indica, seus descendentes, refugiaram-se para próximo da antiga maloca de Malacacheta.

O primeiro Tuxaua foi José Ambrósio, meu avô, ele era amazonense e falava a língua geral. Casou-se por aqui com minha vó Wapichana - Maria Júlia. Eles moravam nas margens do rio Branco e vieram para cá pois lá, não havia mais mata. Antigamente tudo aqui era Malacacheta. (informação verbal)<sup>182</sup>

Antigamente, os índios que fundaram a maloca vieram do oeste, hoje o fluxo migratório se inverteu, pois os Wapixana, agora, vêm da Guiana, do leste. Com isto, a população da maloca não para de crescer. Este crescimento populacional é inversamente proporcional em relação à quantidade de terra e seus recursos. Atualmente, Tabalascada sofre também com a escassez de suas matas, pois sua área é pequena para a quantidade de gente. Há poucas espécies vegetais, que são utilizadas para sustentar as casas, assim como os buritis estão perecendo pelo corte excessivo de suas palhas para a cobertura das casas.

Além desses fatos, o adensamento nas malocas está causando muitas doenças, principalmente, nas crianças. São os casos de verminose, em função da água contaminada. Como as fossas não são tratadas e as águas são retiradas de poços artesianos, há a contaminação por *coliformes fecais*, causando algumas mortes em malocas mais distantes<sup>183</sup>.

No passado desta maloca, quase todos os habitantes morreram em função de doenças que o índio não conhecia e conseqüentemente não podia curá-la. Desta forma essas mortes eram

---

<sup>182</sup> Auderízio (58 anos), maloca de Tabalascada, 2006.

<sup>183</sup> Durante nossa primeira visita na RISEL (2005), participamos de uma assembléia indígena, onde o CIR-Saúde relatava que a principal doença da região era a verminose, quase 500 casos por ano.

atribuídas à entidade maligna chamada de *Kanaimé*<sup>184</sup>. Esta entidade é definida como um ser humano com poderes malignos e basta um breve encontro para a vítima sucumbir aos seus poderes. Ele pode também atuar em outras formas que não a humana, como onça, cobra, além de outros animais. No caso da maloca de Tabalascada o *Kanaimé* foi identificado como Chico Macaco, um velho Wapixana da maloca.

As pessoas desta comunidade quase tudo morreram por causa do Chico Macaco, Kanaimé, ele matou minha mãe. Ela veio me carregando pelo jamaxim aí o Kanaimé matou ela. Ele dá um susto, aí tem que fazer o sinal da cruz, quando minha mãe chegou do roçado ela morreu, minha mãe e o nenê que estava em sua barriga. (informação verbal)<sup>185</sup>.

Tinha muita gente, aí as pessoas foram morrendo, pois o Kanaimé, foram matando tudinho, todo mês morria gente. Eles viam da Guiana. Pessoal ia ficando roxo, quebrado, o pescoço quebrado, ficou pouca gente eu tinha uns 16/17 anos. (informação verbal)<sup>186</sup>

Quando eu cheguei para cá morreu muita gente na Serra Grande, Novo Intento, Malacacheta, Tabalascada, Cantá, e foi o Kanaimé. Parece que foi o Chico Macaco, ele matou meu pai, minha irmã. (informação verbal)<sup>187</sup>

Através da narrativa de Maria Madalena, podemos auferir que esta mortandade tenha ocorrido por volta dos anos de 1937/38, alguns anos antes da criação do Território do Rio Branco em 1943. Pelo último depoimento, percebemos que esta suposta epidemia de *Kanaimé* espalhou-se por uma vasta região. Koch Grünberg (1917, p.63) em sua viagem pela região, também constata que "há poucos anos a varíola grassou aqui e se propagou até longe no interior. Muitas pessoas trazem as marcas desta doença terrível, 'Teodoro'<sup>188</sup> está todo coberto de cicatrizes".

---

<sup>184</sup> Koch (1917) diz que "o conceito de *kanaimé* desempenha um papel muito importante na vida desses índios. Designa, de certo modo, o princípio mau, tudo que é sinistro e prejudica o homem e de que ele mal consegue se proteger. O vingador da morte, que persegue o inimigo anos a fio até matá-lo traiçoeiramente, esse 'faz *kanaimé*'."

<sup>185</sup> Dona Clara (66 anos), maloca de Tabalascada, 2006.

<sup>186</sup> Maria Madalena, 86 anos, Tabalascada, 2006.

<sup>187</sup> Maria Cruz, 70 anos, Tabalascada (2006).

<sup>188</sup> O "Teodoro" é referente ao tuxaua makuxi Pitá, que se autodenominava com o nome do viajante alemão, assim como, chamava-o de "Pitá".

Levy Strauss (1962, p. 31) ao analisar o pensamento mágico, o considerou como "um sistema de filosofia natural, implicando uma teoria das causas: a infelicidade resulta da feitiçaria, que trabalha em combinação com as forças naturais". No caso Wapixana, se um homem recebe uma picada de cobra ou caso lhe caia na cabeça uma casa cujos suportes tenham sido minados pelas térmitas, ou contraia sarampo<sup>189</sup>, eles afirmam que a cobra, a casa e a doença são causas que se conjugam com a feitiçaria para matar o homem, no caso o *kanaimé*. Pela cobra, pela casa e pela doença, a feitiçaria não é responsável, pois existem por si mesmos; mas o é pela circunstância particular que os põe em relação destruidora com um certo indivíduo. A casa teria caído de qualquer maneira, mas foi pela feitiçaria que caiu em dado momento e quando certo indivíduo repousava embaixo. Entre todas essas causas, só a feitiçaria admite uma intervenção corretiva, porque somente ela emana de uma pessoa, no caso o *Kanaimé* versus o *Marianau*<sup>190</sup>.

Entre os Wapixana a figura do *marinau* modificou-se para o rezador, o benzedeiro, mas mesmo esses são escassos. Em praticamente todas as malocas há postos de saúde, que fazem o papel dos antigos. A igreja, de certa forma, contribui com o fim dos curandeiros ou mudança nas práticas de cura dos *marinau*, visto que, como vimos em um dos relatos, contra o *Kanaimé*, basta fazer o sinal da cruz.

Na década de 1950, o então Território do Rio Branco passou a colonizar nordestinos em territórios indígenas, a colônia Braz de Aguiar, que originou a cidade de Cantá, ocupou as

---

<sup>189</sup> Segundo os mais novos de Tabalascada, dizem que a causa desta mortandade foi o sarampo.

<sup>190</sup> A figura do pajé em Wapixana.

margens do rio Sucuriju. Alguns moradores de Tabalascada nasceram neste rio e foram obrigados a se mudarem.

Na cidade de Cantá, encontramos Osvaldo, um dos primeiros a chegar na antiga colônia e que contou sobre a época dos assentamentos, na visão do colono.

Aqui era colônia para cearense (Braz de Aguiar, foi um grande professor) [...] aqui só existia fazenda de gado. Agente produzia e não tinha para quem vender. O governo pagava para a gente vir para cá. Quando foi em 1951 veio a verba para a gente se instalar. Aqui já existia Tabalascada, Malacacheta e Canauanim. O general Rondon, veio para cá e pegou os índios mais brabo e jogou aqui. Vão se lascar e virou Taba Lascada. Aqui foi loteado na beira do Sucuriju, vieram 18 famílias. Na Tabalascada existia o Luís que era o tuxaua e outros, Constantino, o Demétrio, não tinha para onde ir, agente ia para Tabalascada comprar farinha e eles vinham para cá.<sup>191</sup>

Neste relato temos uma primeira hipótese sobre a motivação do topônimo Tabalascada. A *taba* que é a aldeia indígena na LGA e o particípio passado do verbo lascar, de origem portuguesa, portanto um topônimo híbrido. Os Wapixana da maloca, também relatam esta motivação para o nome da maloca, assim como mais duas versões, ligadas a *taba*, como oriunda de tábua.

A outra versão é a do homem que tirou as tábuas para fazer a canoa (seu Cosmos) tava tudo no jeito, foi em busca de carro de boi para levar as tábuas para o rio, quando ele veio buscar as tábuas, estavam rachadas, e aí chamou o lugar de tabua lascada, essa madeira chamava-se *Baskary*. A terceira versão, quem contou foi vovô Américo, logo depois da construção da ponte dos Macuxi<sup>192</sup>, os carros de boi passavam por aqui, como aqui alagava colocavam as madeiras para passar por aqui, só que as tábuas não agüentavam e lascavam e ficou tábua lascada." (informação verbal)<sup>193</sup>

Mauro Wirth grafou o topônimo em 1937 como essas duas últimas versões, Tábua Lascada. Como o missionário passou pelo lugar antes da instalação da colônia agrícola, é possível que a motivação original seja a da madeira *baskary*, que com o tempo racha e lasca. Neste

---

<sup>191</sup> Osvaldo (79 anos) Município de Cantá, 2006.

<sup>192</sup> Ponte concluída em 1975 que liga Boa Vista à margem esquerda do rio Branco, portanto, à RISEL.

<sup>193</sup> Severino (32 anos), maloca de Tabalascada, 2006.

sentido, em pleno século XX, temos nesta hipótese a força da LGA, sendo utilizada como substituto da tábua, por *taba* que compôs com o qualificativo da madeira.

Em relação ao antigo nome da maloca, encontramos no relato de dona Raimunda Cruz o nome em Wapixana - *mukuruwa'u*, 'igarapé do Arumã', que originou o, *mukuru*, 'Arumã'. Na carta geográfica (Exército, 1980) encontramos este termo toponimizado exatamente na área ao sul da TI de Tabalascada, onde encontra-se a casa de dona Raimunda. Entretanto, o nome não se fossilizou entre os Wapixana, prevalecendo o nome exógeno. Na década de 1950 houve ainda um movimento para modificar o nome de Tabalascada para Santo Amaro, provavelmente, sugerido pelos missionários, mas os Wapixana não cederam e o Santo Amaro ficou apenas como nome da igreja da maloca.<sup>194</sup>

Sobre a motivação do topônimo que cristalizou-se entre os Wapixana, optamos pela versão da tábua-lascada, visto que é a mais corrente entre os informantes e também, pelo beneditino Mauro Wirth também o ter grafado desta forma. Nas lendas Wapixana, que o missionário traduziu, este sempre utilizava termos em Tupi frente ao português, ora, porquê razão neste caso foi diferente? Provavelmente pelos Wapixana da época terem lhe confirmado a motivação.

Neste contexto, com o tempo, como vimos a Tábua Lascada transformou-se em Tabalascada, mais um ergotopônimo na RISEL, tendo como inspiração a manufatura da madeira. Em Wapixana este tipo de madeira trabalhada é designada por *parank*, com o passar do tempo, esta madeira sofre a ação das intempéries e começa a lascar-se, que os Wapixana chamam de *tadaukal*. Desta forma, o topônimo em Wapixana é *Paranktadaukal*.

---

<sup>194</sup> Maria Madalena (op. cit).

Na toponímia brasileira não há forma equivalente, apenas a forma simples do substantivo Tábua (BA, MG, PI e RN). Como acidente geográfico temos a lagoa da Tábua (PI e MA), no Piauí encontramos também o riacho da Tábua e finalmente na Bahia a vereda da Tábua.

### **3.3.9 TERRA INDÍGENA DE JACAMIM**

A TI de Jacamim localiza-se no extremo sudeste da RISEL, na divisa com a Guiana. Foi a última TI homologada pelo Governo Federal, através do Decreto sem número de 11 de outubro de 2005. A demora pela homologação deu-se pela forma como os Wapixana resolveram demarcá-la, em área contínua (a única da RISEL), diferente do restante que são em ilhas. São 193.493 ha quase cinco vezes maior que a TI de Manoá/Pium. Sua área espalha-se por dois municípios Bonfim e Caracarái.

Foi na TI de Jacamim que esta pesquisa foi discutida e analisada pelos 17 tuxauas da RISEL, entretanto, durante os três dias de assembléia indígena nós não pudemos sair do malocão de reuniões e nem conversar com nenhum Wapixana sobre a pesquisa. Este fato acabou nos impossibilitando de coletar entrevistas com os moradores acerca da história do lugar e do topônimo. Neste sentido, iremos apenas analisar neste trecho, os relatos de viajantes e alguns Wapixana, de outras malocas que tinham algum conhecimento sobre a TI de Jacamim, como seu Casimiro Cadete que formou, na década de 1970, os tuxauas das malocas de Jacamim, Marupá e Wapum, além dessas, há na TI a recente maloca de Água Boa.

### 3.3.9.1 JACAMIM - O PÁSSARO DAS CINZAS

#### 'NAMATI'

O viajante Henri Coudreau, durante sua viagem à região, já relata a existência de "*Namatiwa'u*" (*namati*, 'jacamim' e *wa'u*, 'rio') como um centro dos indígenas Aturaiu. O viajante descreve as condições do lugar:

Namatchi Ouâ - Je m'installe dans une case qui a été abandonnée à la suite de la mort de son propriétaire, qui a été enterré dans son domicile, ici, sous mon hamac. Lês trois cases sont situées au milieu du campo limpo, et comme toujours, non pas exactement sur un point culminant, mais um peu à cote. D'ici nul horizon, on ne voit pás une montagne [...] (Coudreau, 1887, p. 287)

Mais uma vez, vemos os hábitos mortuários dos Aturaiu, comum aos Wapixana, outro indício da fusão cultural entre os dois grupos. Assim como o hábito de morar no campo, no caso o limpo, expressão esta que Coudreau nem traduz para o francês, talvez pela ocorrência freqüente do termo, mesmo entre os indígenas.

A informação sobre a ausência de montanhas na maloca de "*Namatchi Ouâ*" é extremamente relevante, visto que a maloca atual de Jacamim, do seu centro, consegue-se observar a *Kaziweruna dyky'u*, serra de Marupá (foto 21). Isto demonstra que a maloca deslocou-se para o oeste, no médio rio Jacamim, pois para não se observar serras seria necessário que ela estivesse mais para o leste, no baixo Jacamim, próximo a rio Tacutú. No relatório da FUNAI sobre a demarcação da TI de Jacamim, há no mapa um símbolo representando uma maloca abandonada, exatamente na confluência entre o rio Jacamim e o Tacutú.

Está claro pelo relato do viajante francês que o zootopônimo Jacamim é uma translação toponímica do rio de mesmo nome. O Jacamim, talvez, por ser ave domesticável<sup>195</sup>, tem grande

---

<sup>195</sup> Koch (1917, p. 58) diz que o Jacamim, "[...] esse ventríloquo engraçado, o melhor amigo do homem e um dos pássaros mais inteligentes e fáceis de domesticar."

valor toponímico para os Wapixana, visto que, há mais duas localidades com este nome, em Malacacheta (Jacaminzinho) e o antigo nome do Alto Arraia.

Nas lendas Wapixana é freqüente a figura do pássaro, numa delas mostra o porquê das plumagens cinzentas em suas costas:

Dois pássaros brincavam juntos; brigaram e, como estivessem perto do fogo, caíram nele, ficando um deles com as costas cinzentas, outro com o bico vermelho. (Jacami - pássaro de costas cinzentas porque caiu nas cinzas). (With, 1950).

Esta constante toponímica, no caso do Jacamim, é um caso típico Wapixana, visto que, em toda toponímia brasileira, há apenas duas ocorrências, restrito à região amazônica e somente como acidente geográfico: serra do Jacamim (AM) e outra como, ig. Jacami (AC). Esta predileção pelo pássaro, no caso indígena, é explicada também por Orico (1937, p. 128).

Si uma galinha desaparece ou morre, abandonando a prole, o **jacamim** agacha-se, carinhoso, oferecendo o agasalho de seu corpo aos pintinhos. Quando se aproxima o dono da casa o **jacamim** vem envolver os seus pés com a carícia de suas asas, e procura distrair os seus olvidos com seus gemidos soturnos, mas revestidos de certa harmonia. Entre os índios esta ave interessante é considerada "fetiche" de felicidade e tão disputada quanto as plumas do uirapuru pelas "cunhâtans" casadoiras. (o grifo é nosso)

A origem lingüística do topônimo, segundo Cunha (1978, p.164) é do Tupi, *iaka'mi*, que acabou gerando variantes<sup>196</sup>, como: jacami, nos séculos XVII e XVIII; e jacamim no XIX e XX. A maloca de Jacamim enquadra-se nesta última variante lingüística, provavelmente do século XX, visto que o viajante francês a descreve apenas com o nome Wapixana. A sua tradução para o Tupi ou LGA, deve ter ocorrido com os missionários beneditinos, no primeiro quarto do século XX. A cartografia oficial<sup>197</sup> e a Funai optaram pelo termo Tupi.

---

<sup>196</sup> Que a toponímia brasileira também relata.

<sup>197</sup> Exército (MI 75, 1983).



Foto 26. Serra do Marupá. Jacamim.

### 3.3.9.2 MARUPÁ - A ÁRVORE DA CURA

#### **'KAZIWERUNA'**

A maloca de Marupá encontra-se na margem direita do rio Jacamim, a poucos metros deste está o centro da maloca, com uma escola de ensino fundamental, algumas casas e o malocão onde são realizadas as reuniões, as missas e algumas aulas.

Segundo o relatório da Funai consta que nesta TI contém alguns indivíduos Aturau e o próprio Coudreau afirmava ser esta região o centro deste povo, isto em 1887. Destarte, encontramos nesta maloca, talvez, a última indígena ainda falante do Aturau, desta, recolhemos um mito sobre a formação do mundo<sup>198</sup>.

O topônimo em Wapixana é *kaziweruna*, uma importante árvore que os indígenas utilizam para curar qualquer tipo de dor, além de desenvolverem com sua madeira, pequenos móveis. Segundo dizem há muito marupá na serra de mesmo nome. Temos aqui outro caso de translação toponímica, onde a serra de Marupá emprestou seu nome à maloca.

A origem do termo talvez fosse Wapixana, *kaziweruna*, entretanto, o mesmo foi traduzido e consolidado com o termo tupi, *marupá*, que foi incorporado à língua portuguesa. O VLB (1621) cita o vocábulo como "maru'pa - s. m. de origem tupi", significando "Navalha de cana, ou palha" da família das simarubáceas" (Drumond, 1953, p. 48).

Tudo indica que o fitotopônimo seja exclusivo no texto toponímico brasileiro, pois não consta em Vanzolini (1968), suas únicas entradas são a serra e posteriormente a maloca.

---

<sup>198</sup> Cf. 3.1.

### 3.3.9.3 WAPUM - O MORCEGO COMEDOR DE GENTE

#### 'WAPUM'

A maloca de Wapum localiza-se próximo ao rio Urubu, *Watuwa'u*. Sua população é composta, segundo consta, exclusivamente por Wapixana. Segundo Casimiro Cadete, que percorreu a região como missionário indígena em 1977, conta que Wapum é o nome de um grande morcego<sup>199</sup> que comia gente.

Existia um morcego, de nome Wapum que comia as pessoas, quem me contou foi o seu Gabriel lá em Wapum. Um dia um velinho teve uma idéia, quando já estava morrendo muita gente. Fazer alguém de isca e poderia ser ele ou uma velinha, escolheram a velinha (eram os dois mais velhos). Deixaram a velinha sozinha, de noite na mata e amarraram uma corda com uma brasa na ponta da suas pernas. Quando foi de noite o morcego saiu para atacar e pegou a velinha sozinha na mata. Como havia o pedaço de brasa os homens foram seguindo o rastro do morcego que entrou numa caverna no alto da montanha. Ficaram na entrada da caverna e mandaram chamar mais homens armados. De manhãzinha, os homens entraram e viram muitos cadáveres, o morcego apareceu e eles lançaram flecha e lança no morcego, mataram o Wapum, aí ficou o nome da serra e da maloca. (informação verbal)<sup>200</sup>

No entanto seu Casimiro, apesar de identificar a motivação do topônimo, não sabe dizer qual a origem lingüística do possível zootopônimo. Coudreau refere-se à uma alta serra às margens do rio Urubu de nome "*Ouacoume*" (anexo D) e a situava próximo a esta serra e ao rio, uma maloca chamada de "*Matiouiouine*". Assim como a maloca de *Namati*, Coudreau (1887, p.284) chama *Matiouiouine* de "une autre capitale des Atorradis [Aturaiu]".

Infelizmente o autor não revela, nem a origem lingüística dos termos, nem sua tradução. Foneticamente os termos *Wapum* e *Ouacoume* (na grafia do Wapixana ficaria *Wakum*) são muito parecidos, excetuando as consoantes "p" e "c". Destarte podemos supor que a serra de *Ouacoume* de Coudreau é a mesma serra do Wapum hoje. Neste sentido, a origem do termo seria Arawak.

---

<sup>199</sup> TAUNAY (1934) também relata a existência de grandes morcegos em outros trechos da América: "Em Urubá, morcegos imensos pavorosos havia, cujo sangue tão tóxico era que dele se serviam os índios para envenenarem as setas. Em vários pontos da América ocorriam aliás alguns desses quirópteros tão grandes que atingiam as dimensões de um ganso dos bem fornidos de carnes. Tremiam os pobres filhos das selvas com a idéia do encontro desses imensos vampiros que ainda por mal de pecados viviam aos bandos e eram sobremodo agressivos." p.53

<sup>200</sup> Casimiro Cadete, maloca de Canauani, 2006.

Em Wapixana morcego é ‘*tamari’u*’, há alguns mitos deste povo que descreve a competição entre o morcego, ‘*tamari’u*’ e o urubu, ‘*watu*’.

O morcego e o urubu (*tamari’u watu tirma*)

O morcego apostou com o urubu que chegaria primeiro ao chão. Subiram. Aí combinaram que iam voltar. Aí gritaram de lá. O urubu voou. Chegou ao chão. O morcego estava agarrado ao sovaco do urubu, debaixo da asa. Quando chegaram ao chão, o urubu gritou: O’, morcego, onde é que você está? O morcego disse: Faz tempo que cheguei." (Wirth, 1950, p. 184)

A situação geográfica da maloca reflete o encontro deste mito, visto que ela está aos pés da serra do Wapum, o ‘morcego’ e às margens do rio Urubu. Nesta lenda Wapixana o morcego é também mais esperto que o urubu, pois utiliza-se da velocidade e distração da ave para ganhar a aposta. Já no primeiro mito, os Wapixana foram mais espertos que o grande morcego Wapum, matando-o e vingando os seus mortos.

Uma outra hipótese que podemos aventar é de que o *wapum*, seja uma corruptela do próprio termo urubu, ‘*watu*’, visto que as realizações fonéticas são relativamente próximas. Assim como, em relação ao morcego, o urubu, pode ser considerado, no sentido fisionômico, um grande morcego.

Como *Wapum* é fruto de um mito o classificamos dentre as taxinomias de natureza antropro-culturais, como um mitotopônimo, o único da RISEL. Entretanto, na Região Indígena do Taiano encontramos uma maloca Wapixana com o nome de Morcego (mapa 3), porém, ao que tudo indica, sem o sentido mitológico, mas, zoológico. No Brasil o topônimo é único, não há repetição.

### 3.3.9.4 ÁGUA BOA - A FAZENDA

#### *'WYN KAIMENA'U'*

A maloca de Água Boa ao que dizem é formada exclusivamente por Wapixana, segundo seu Casimiro, antes de ser maloca era uma fazenda<sup>201</sup>, com a demarcação da TI de Jacamim, os indígenas ocuparam a fazenda e a transformaram em maloca, sem entretanto, renomeá-la.

Apesar da maioria das malocas Wapixana terem o seu topônimo provenientes de nomes de cursos d'água, este é o único com o elemento água no sintagma toponímico. No Wapichana água é *wyn*, entretanto esta palavra tem outras acepções: chuva e ano. Neste sentido, o ano wapixana (uma translação terrestre) refere-se à época das chuvas, *wyn dun* (*dun*, tempo, época), que ocorre de junho a novembro<sup>202</sup>.

Para o segundo elemento do sintagma toponímico temos o qualificativo "boa", já encontrado no topônimo Bom Jesus, entretanto no masculino, neste caso, para o Wapixana, não há variação de gênero, sendo, portanto, o mesmo vocábulo, *kaimena'u*. Destarte, o topônimo em Wapixana será *Wyn Kaimena'u*, forma equivalente para o topônimo Água Boa.

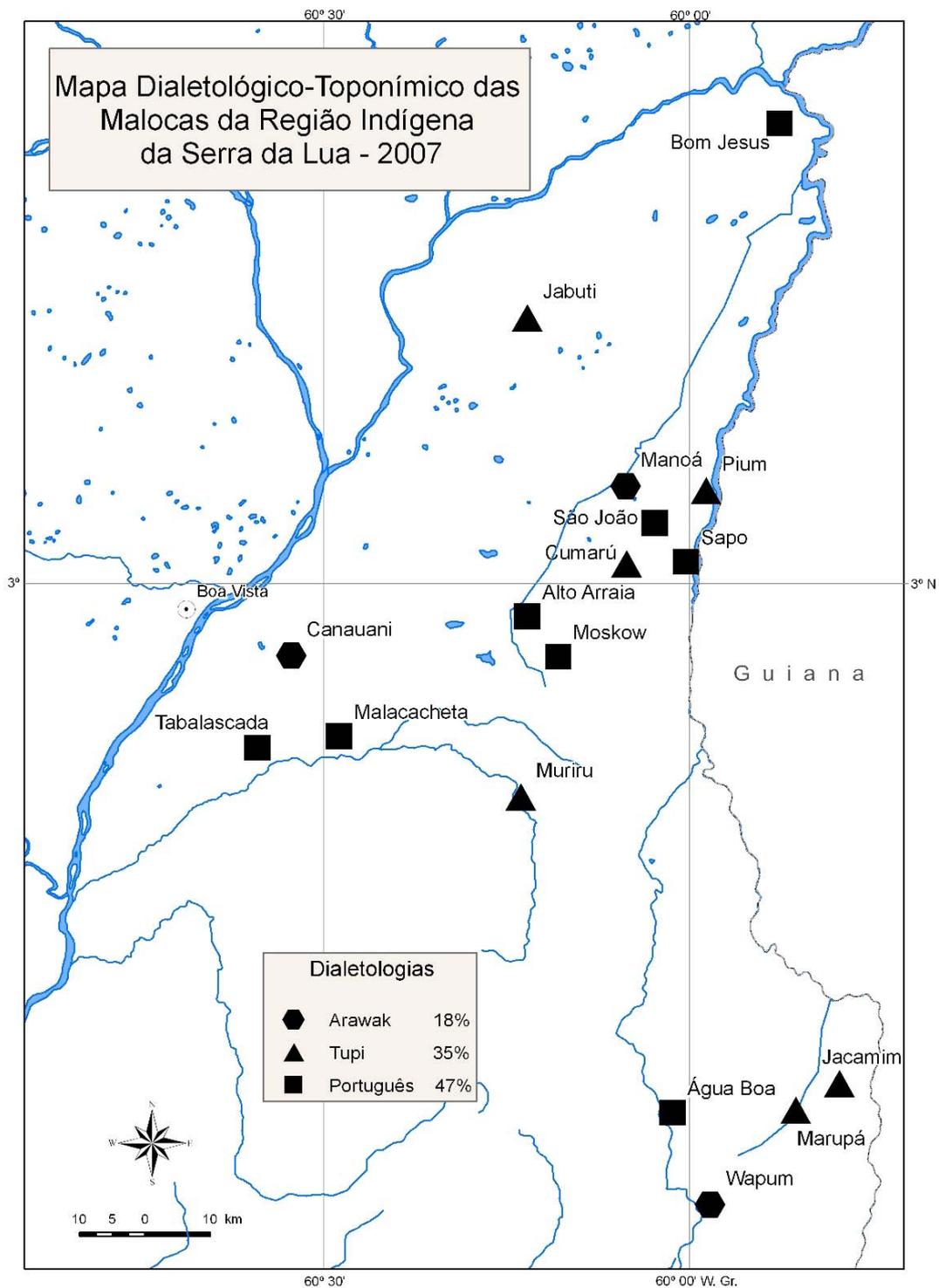
No Brasil encontramos o hidrotopônimo como assentamento humano em diversos estados (BA, ES, MG, PR, RO, MT, MA).

Nas próximas páginas apresentaremos os mapas dialetológicos (mapa 6) e taxionômicos (mapa 7) das malocas aqui analisadas.

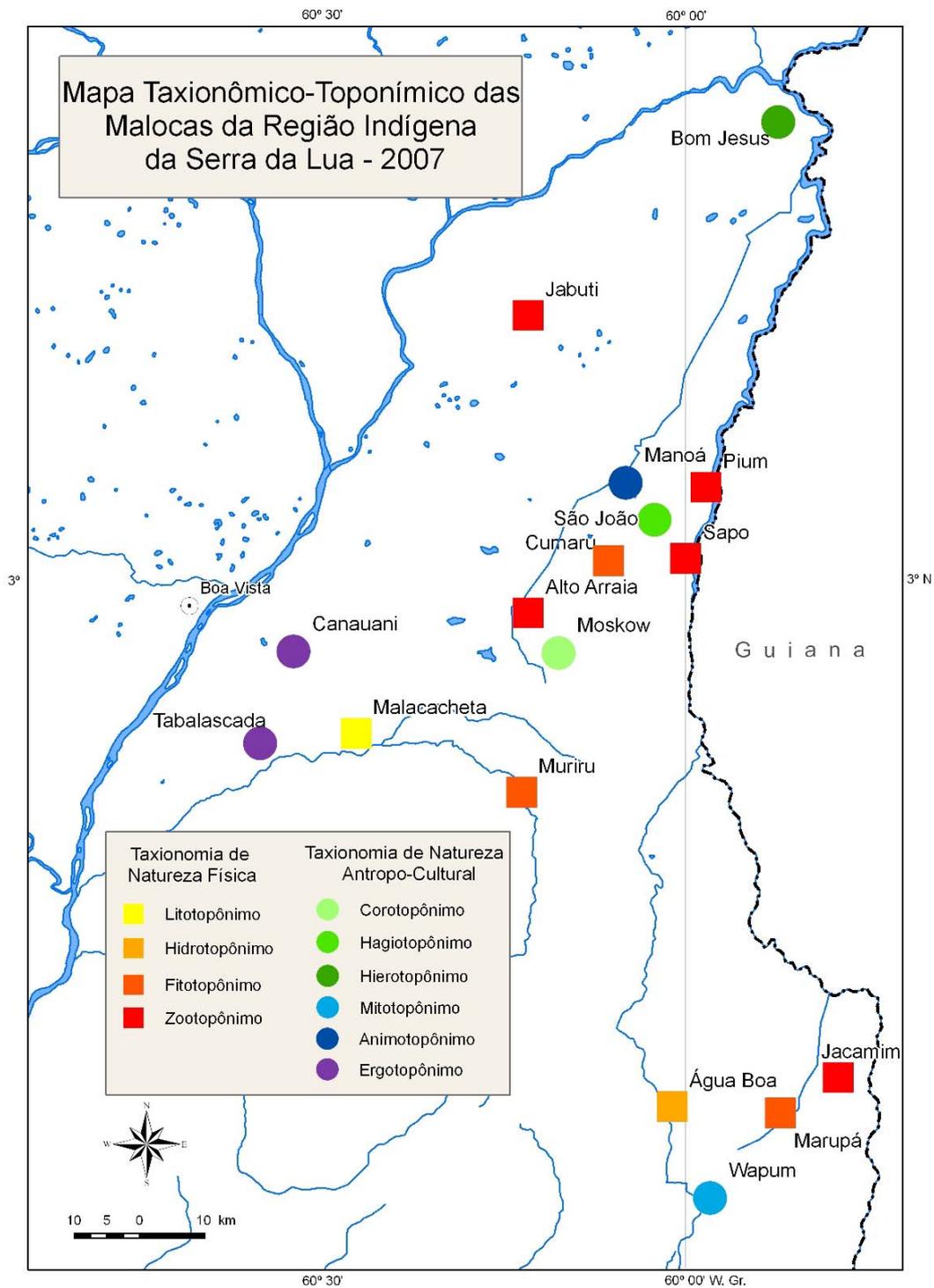
---

<sup>201</sup> No entanto, a área da antiga fazenda, como confirmou o relatório da Funai era antigo território indígena.

<sup>202</sup> Cf. 2.3.

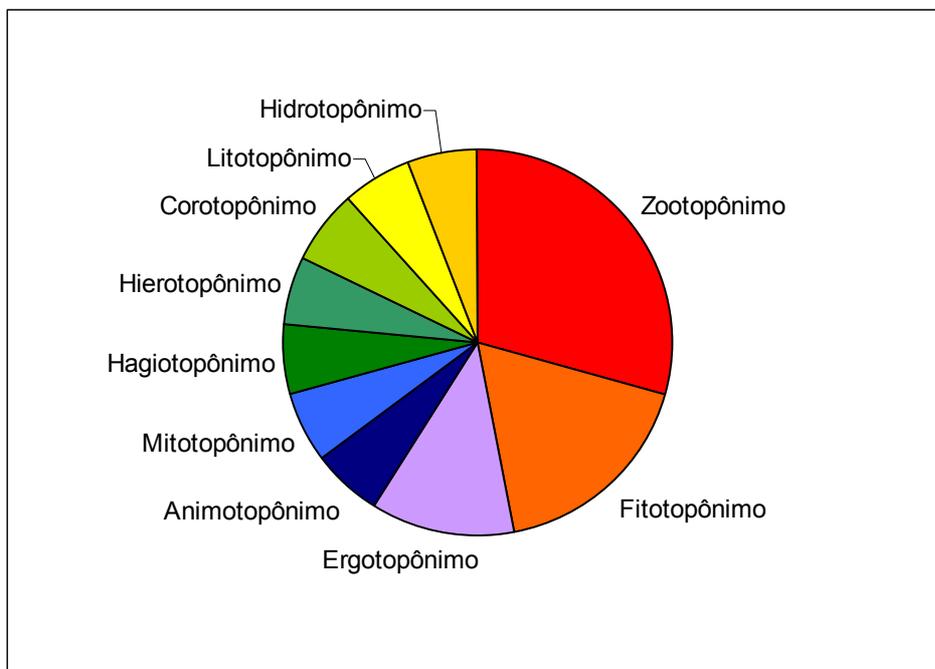


Mapa 6 - Mapa Dialetológico-Toponímico das malocas da Região Indígena da Serra da Lua



Mapa 7

Mapa 7 - Mapa Taxionômico-Toponímico das malocas da Região Indígena da Serra da Lua



Quadro 7. Porcentagem das Taxionomias Toponímicas das malocas da RISEL.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na epígrafe desta pesquisa consta um mito Wapixana, em que *Tuminkarie* pergunta: “Endireitastes o mundo? Pusestes nomes nas serras, nos rios, nas lagoas, nos matos, nos capões, nos campos?” Os Wapixana respondem que sim. *Tuminakarie* replica: “Estais mentindo. Não fizestes nada”. Porém, como observamos no decurso da dissertação, os Wapixana não mentiram, denominaram as coisas do mundo, como designou *Tuminkarie*.

Percebemos, no mito, que o ato denominativo para os Wapixana, representa dar sentido às coisas do mundo. Na análise etnolingüística das taxionomias dos campos, *baaraznau*, coletamos sete diferentes estados da vegetação designados com expressões próprias, correspondentes ao hiperônimo *baaraz*. No entanto, nenhum desses termos, assume a categoria de nome próprio, e sim, elementos genéricos relativos às características da paisagem campestre, como: queimado, bonito, cerrado, aberto, etc.

Na conceituação desses elementos, os Wapixana revelam a sua Morada: *Baaraz*, fruto da queda de *tamoromu*, ‘a grande árvore’. Nesta geografia mítica, os Wapixana passaram a tecer uma relação íntima com os aspectos físicos e biológicos, expressos no texto toponímico das malocas da região. Os zootopônimos e fitotopônimos são as taxionomias toponímicas mais frequentes, e repetindo uma tendência para os denominativos indígenas<sup>203</sup>.

Drumond (1965) destaca que entre os Bororo, a toponímia reflete a condição de caçadores deste grupo, uma vez que os zootopônimos representam quase a metade dos acidentes geográficos. Entre os Wapixana, a influência do mundo animal, está em aproximadamente 30% dos topônimos<sup>204</sup> analisados. Para os povos do campo, também caçador, a influência do mundo

---

<sup>203</sup> Todos os Atlas Toponímicos desenvolvidos sob a orientação de Dick chegaram a esta conclusão.

<sup>204</sup> Além das malocas todos os rio secundários (Arraia, Quitauaú, Jacamim e Urubu) da RISEL referem-se a animais.

animal repousa no universo mítico. Os temas recorrentes narrados nas lendas Wapixana são dos animais, '*panaaukaz*', como sapo, urubu, jabuti, etc. Nelas, homens e bichos se casam, constituem família, compartilham do mesmo universo. Farage (1997) diz que *panaaukaz*, num sentido mais amplo, designa a 'alma das coisas' e constitui um princípio genérico de animalidade. Nas práticas retóricas coletadas por Farage dar ouvidos aos "animais" leva necessariamente à doença e, em limite, à morte. Para curar esses males, existe o mundo dos vegetais, como Marupá, '*Kaziweruna*', a planta toponimizada, que cura. Os fitotopônimos ocupam o segundo lugar entre as malocas da RISEL. O texto toponímico da região revela este embate, com vantagem para os zootopônimos.

Ainda sobre as taxionomias toponímicas é interessante notarmos que os dois ergotopônimos da região, Canauani e Tabalascada são as malocas mais próximas da capital Boa Vista. Tal fato reflete a influência do mundo não índio no ato de batismo dessas malocas, na medida que o denominador priorizou as relações de troca com o outro, seja através da canoa, seja do carro de boi.

Do ponto de vista das dialetologias encontramos no Atlas Toponímico da RISEL três camadas dialetais. A mais antiga, de origem Wapixana, representado atualmente apenas por Canauani, Manoa e provavelmente Wapum. Temos nos mapas de Coudreau (1887) *Namati*, 'Jacamim' e outras que pereceram. O segundo estrato, também indígena, porém exógeno à área pesquisada, são os topônimos de origem Tupi, provindos da Língua Geral Amazônica. Certamente introduzidos na região, em meados dos séculos XIX e XX, principalmente por influência das missões, bem como, a incorporação desses termos à língua portuguesa do Brasil. Tais étimos correspondem a 35% dos topônimos da região.

A última camada lingüística é a de origem portuguesa e representa quase a metade das malocas. A influência do código nacional na toponímia Wapixana é antiga, data do início do

século XIX com a maloca de Malacacheta e caminha para a atualidade com os nomes geográficos de origem católica, como Bom Jesus e São João. A capa desta dissertação revela esta nova vocação<sup>205</sup> do texto toponímico, na medida em que, há algum tempo, a catequização é feita pelos próprios indígenas.

Os Wapixana apesar de situarem suas malocas, próximos a rios e igarapés, utilizam desses, apenas como elementos genéricos do sintagma toponímico, com exceção do hidrotopônimo Água Boa. No entanto, a grande maioria dos topônimos sofreu o processo de translação toponímica oriundo dos elementos da potamografia da região: Canauani, Jabuti, Sapo, Manoá, Alto Arraia, Água Boa, Jacamim, Muriru e Moskow (antiga Ilha da Onça). Assim, percebemos que os cursos d'água para os Wapixana não são apenas referenciais geográficos, mas também onomásticos.

Ao término desta pesquisa, salientamos que as abordagens utilizadas mostraram-se satisfatórias na compreensão da cosmovisão Wapixana. No entanto, as considerações apresentadas, certamente não são definitivas. Desenvolvemos apenas uma primeira leitura do universo etnolinguístico da RISEL. Concluimos, contudo, que apenas com a aplicação deste trabalho junto à comunidade estudada é que obteremos o conhecimento dos vastos campos *Wapichanau*.

---

<sup>205</sup> Segundo o tuxaua de Manoá a próxima maloca que surgirá na RISEL será Novo Paraíso, pequena comunidade de Wapixana ao sul de Manoá.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER A. N. Domínios Morfoclimáticos e Províncias Fitogeográficas do Brasil. Orientação, IG-USP. n. 3. São Paula. p. 45-48. 1976

\_\_\_\_\_, "A Formação Boa Vista: o significado geológico e geomorfológico no contexto do relevo de Roraima" in *Barbosa R.I., Ferreira E.J.G.(org.) Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*, INPA. Boa Vista, p. 267-293.1997.

ACUÑA, Cristóbal de. Novo Descobrimento do rio Amazonas. Embajada de España em Brasil. Coleção Orellana. Introdução de Antônio R. Esteves. Montevideo - Uruguay. (1639) 1994.

AIKHENVALD, A. Y. The Arawak language family. In: R. M. W. Dixon and A. Y. Aikhenald (orgs.) *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

ALMADA, Manuel da Gama Lobo de. Descrição relativa ao Rio Branco e seu Território, in *Rev. Trimestral do Inst. Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXIV, n.º4, Rio de Janeiro, (1787) 1861. p. 617-683.

ARAÚJO et al. Precipitação pluviométrica mensal provável em Boa Vista, Estado de Roraima, Brasil. in: *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, v.5, n.3, p.563-567, UFPB. Campina Grande. 2001

BACKHEUSER, Everardo., Toponímia. Suas regras. Sua evolução. in *Revista Geográfica*. Vol. IX, X (25), Instituto Pan-Americano de Geografia e História. p. 163-195. 1952.

BARBOSA, O. "Geomorfologia do Território do Rio Branco", in *Notícia Geomorfológica*, nº 1, Campinas, SP. p. 15-18. 1958.

BARBOSA, R.I. e FERREIRA, E. Historiografia das expedições científicas e exploratórias no Vale do Rio Branco. In: *Barbosa, R. I.; Ferreira, E. ; Castellón, E. (eds.), Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. INPA/Manaus. p. 193-216. 1997

BARROS, Nilson C. C. Roraima, Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional. Editora Universitária. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1995.

BÉKSTA, K. J. A Maloca Tukano - Dessana e seu simbolismo. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Manaus, 1988.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As Ciências do Léxico, *in: As Ciências do Léxico – Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. INEP, Editora da UFMS. 1997.

BRASIL, Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Vol. 8. Rio de Janeiro, 1975.

BRAUN, Eitel H. G. Observações pedo-geomorfológicas entre Boa Vista e Lethem. *in Revista Brasileira de Geografia*. vol. 25 (3) Rio de Janeiro. p. 87-95. 1963.

CABRÉ, M. T. La Terminologia. Barcelona. Editorial Empúries S.A., 1993.

CADETE, C. M. Dicionário Wapichana – Português / Português – Wapichana. São Paulo, Ed. Loyola. 1990.

CARDOSO, A. Levy. Toponímia Brasília. FE, Biblioteca do Exército. 1961.

CARNEIRO, J. Jeannine. A.. Os Aspectos Fitofisionômicos do Cerrado da Serra da Canastra. *Monografia de Conclusão de Curso*. Rio Claro, IGCE-UNESP. 2001.

CARNEIRO, Robert. Adaptive responses of native Amazonians. Academic Press. Nova York. 1983.

CASCUDO. L. C. Dicionário do Folclore Brasileiro J-Z. Ministério da Educação e Cultura. (1954) 1972.

CASTRO, J. Geografia da fome : A fome no Brasil. O. Cruzeiro. Rio de Janeiro, 1948.

CIDR – Centro de Informação Diocese de Roraima, s/d “Índios de Roraima”. *In Coleção histórico-antropológico* nº1. Boa vista.

CIRINO, Carlos A. M. A “boa nova” na língua indígena: contornos da evangelização dos Wapichana no século XX. *Tese de Doutorado*. PUC. São Paulo. 2000.

CLAVAL, P. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA R. Lobato e ROSENDAHL Z. (Orgs.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: ED. UERJ. 2004.

CONTI, J. B. e FURLAN, S. A. Geoecologia: o Clima, os Solos e a Biota. In: ROSS, J. (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp. 2003.

COSERIU, E. Teoria de lenguaje y lingüística general: cinco estudios. Editorial Gredos. Madri. 1962.

COURDREAU, H. A. Voyage a travers : Les Guyanes et L’Amazonie. Librairie Coloniale, Paris. 1887.

COUTINHO, L. Cerrado e a ecologia do fogo. In: *Ciência Hoje*, v.12, n.68. Rio de Janeiro. 1990. p.23-30.

CUNHA, Antônio G. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi. Melhoramentos.* São Paulo. 1978.

CUNHA, M. C. da, *História dos Índios no Brasil.* Companhia das Letras. São Paulo. 1998.

CRUZ, M. O. "Gíria": pré conceito ou identidade? no prelo. 2007.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no rio Amazonas.* Editora Contraponto e Prefeitura Municipal de Belém. Rio de Janeiro. (1783) 2004.

DAUZAT, Albert. *La géographie linguistique.* Paris, Flamarion. 1922.

\_\_\_\_\_, *Les Noms de Lieux, origine e évolution.* Librairie Delagrave. Paris. 1926.

DICK, M.V.P.A., *Motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos. Tese de Doutorado.* Universidade de São Paulo, São Paulo. 1980.

\_\_\_\_\_, *A Motivação Toponímica e a realidade brasileira.* Edições Arquivo do Estado de São Paulo. 1990a.

\_\_\_\_\_, *Toponímia e Antroponímia no Brasil - coletânea de estudos.* 2ª Ed. São Paulo. 1990b.

\_\_\_\_\_, *Tratamento lexicográfico toponímico do Estado de São Paulo.* In: *Anais do VII Encontro Nacional da Anpoll.* Porto Alegre. 1992. p 675-678.

\_\_\_\_\_, *Toponímia e Línguas Indígenas do Brasil.* In: *Estudos avançados.* vol.8 no.22 São Paulo. 1994.

\_\_\_\_\_, *O Sistema Onomástico base lexicais e terminológicas.* In: *Boletim Informativo.* N. 25. XI Encontro Nacional da Anpoll. João Pessoa, 1996a. p.337-339.

\_\_\_\_\_, *Atlas Toponímico: um estudo de caso in Acta Semiótica et Lingvistica.* Vol. 6. São Paulo. p. 27-44. 1996b.

\_\_\_\_\_, *Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo.* In: *Investigações.* v.9, Recife, UFPE, 1999.

\_\_\_\_\_, *Caminho das águas, povos dos rios: Uma visão etnolingüística da toponímia brasileira in: Investigações Lingüística e Teórica Literária,* Vol. 13 e 14. UFPE, Recife. p. 153-172. 2001.

\_\_\_\_\_, Rede de conhecimento e Campo Lexical: Hidrônimos e Hidrotopônimos na Onomástica Brasileira *in: Isquierdo et Krieger. As Ciências do Léxico*. UFMS. Campo Grande. p. 121-130. 2004.

\_\_\_\_\_, A Toponímia como meio de investigação lingüística, antropocultural e da memória coletiva. *in: MICHELETTI, G. and ANDRADE C. A. B. Discurso Olhares Múltiplos*. Ed. Andross, São Paulo, 2005.

DINIZ, E. Soares. A terminologia de parentesco dos índios Wapitxâna. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N. S., Antropologia*, 34. Belém. 1968.

DINIZ, Sebastião, Zona do Amazonas: estudo sobre o Rio Branco”, *in Rev. da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Bol. 1-4, tomo X, p. 30-33. 1894.

DRUMOND, C. Vocabulário na Língua Brasília - 1º vol. (A-H). *In: Boletim nº 137, Etnografia e Tupi-Guarani nº 23, USP. São Paulo, 1952 (1621)*.

\_\_\_\_\_, Vocabulário na Língua Brasília - 2º vol. (I-Z). *In: Boletim nº 161, Etnografia e Tupi-Guarani nº 26, USP. São Paulo, 1953 (1621)*.

\_\_\_\_\_, Contribuição do Bororo à toponímia brasileira. Universidade de São Paulo. 1965.

EGGERATH, D. Pedro. O vale e os índios do Rio Branco, Rio de Janeiro. 1924.

EXÉRCITO, Ministério do. Boa Vista MI-54. Diretoria de serviço Geográfico. Escala 1:100 000. Brasília. 1980.

\_\_\_\_\_, Mucajaí MI-73. Diretoria de serviço Geográfico. Escala 1:100 000. Brasília. 1981.

\_\_\_\_\_, Serra de Baraúna MI-104. Diretoria de serviço Geográfico. Escala 1:100 000. Brasília. 1982.

\_\_\_\_\_, Manda-Pium MI-55. Diretoria de serviço Geográfico. Escala 1:100 000. Brasília. 1983.

\_\_\_\_\_, Fazenda Waterloo MI-56. Diretoria de serviço Geográfico. Escala 1:100 000. Brasília. 1983.

\_\_\_\_\_, Serra da Lua MI-74. Diretoria de serviço Geográfico. Escala 1:100 000. Brasília. 1983.

\_\_\_\_\_, Serra do Murupu MI-75. Diretoria de serviço Geográfico. Escala 1:100 000. Brasília. 1983.

\_\_\_\_\_, Serra do Copa MI-103. Diretoria de serviço Geográfico. Escala 1:100 000. Brasília. 1983.

\_\_\_\_\_, Cabeceira do Anauá MI-105. Diretoria de serviço Geográfico. Escala 1:100 000. Brasília. 1983.

\_\_\_\_\_, Serra Acarai MI-106. Diretoria de serviço Geográfico. Escala 1:100 000. Brasília. 1983.

FARABEE, W. C. The Central Arawaks. *The University Museum Anthropological Publications*, vol. IX, Philadelphia, University of Pennsylvania. 1918.

FARAGE, Nádia, *As muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a Colonização*, Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS. 1991.

\_\_\_\_\_, *As Flores da Fala: Práticas Retóricas entre os Wapishana. Tese de Doutorado*, São Paulo, FFLCH-USP. 1997.

FECOMÉRCIO – Federação do Comércio do Estado de Roraima, 2005. *Roraima Economia e Mercado*. Roraima.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues, (1786), *Diário do Rio Branco*. in Marta Amoroso e Nádia Farage. *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII*. FAPESP. São Paulo. 1994.

\_\_\_\_\_, (1787a), *Tratado Histórico do Rio Branco*. in Marta Amoroso e Nádia Farage. *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII*. FAPESP. São Paulo. 1994.

\_\_\_\_\_, (1787b), *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém. 1983

FRANCHETTO, Bruna in: CADETE, C. M. *Dicionário Wapichana – Português / Português – Wapichana*. São Paulo, Ed. Loyola. 1990.

FREITAS, A. De Paula. *Apreciação da conferência do Sr. Henri Coudreau sobre os limites do Brazil com a Guyana Franceza*. In: *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*. Tomo VII, 3º Boletim. Rio de Janeiro. 1891.

FREITAS, Aimberê. *Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais Brasileiros*. Editora Boa Vista. Boa Vista. 1991.

FUNARO, Vânia (Coord. et al.) *Diretrizes para apresentações de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso*. SIBi - USP. São Paulo. 2004

GOODLAND, Robert e FERRI, M. *Ecologia do cerrado*. Livraria Itatiaia e EDUSP, São Paulo. 1979.

GREGÓRIO, Irmão José *Contribuição Indígena ao Brasil*. Vol.I, II e III União Brasileira de Educação e Ensino. Belo Horizonte, MG. s/d.

- GREIMAS, A. J e COURTÊS. J. Dicionário de Semiótica. São Paulo, Cutrix, 1979.
- GUERRA, A. T., “Aspectos Geográficos do Território do Rio Branco” in *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 18 (1), Rio de Janeiro. 1956.
- \_\_\_\_\_, Estudo Geográfico do Território do Rio Branco. Serviço Gráfico do IBGE (Biblioteca geográfica brasileira. Ser. A. Publ. nº 13) Rio de Janeiro. 1957
- \_\_\_\_\_, “Os lateritos dos campos do Rio Branco e sua importância para a Geomorfologia”, in *Notícia Geomorfológica*, nº 1, Campinas. 1958. p. 21-22.
- \_\_\_\_\_, Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1997.
- GUIMARÃES, Djalma. “Província Magmática de Roraimã” in *Bol. do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, n.º 45, Rio de Janeiro. p. 1-23. 1930.
- HERMANN, Lucila. Organização Social dos Vapidianos do Território do Rio Branco (Amazonas, Brasil). Tese apresentada ao corpo docente da divisão de estudos post-graduados em cumprimento de uma das exigências para a obtenção do grau de mestre em ciência. Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, 1946.
- HUECK, Kurt. Carta da vegetação da América do Sul. Acervo existente na mapoteca da Biblioteca da FFLCH-USP. São Paulo. 1972
- HOLANDA, Aurélio B. Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2ª Ed. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1999.
- HOLANDA, Sérgio B. de Caminhos e Fronteiras. CIA das Letras, São Paulo. (1956) 1994.
- \_\_\_\_\_, Visão do Paraíso. Brasiliense. São Paulo. (1959) 2002.
- HUMBOLDT, Alexander Von. *Quadros da Natureza*, 2 Vols. Rio de Janeiro: W.M.Jackson. 1952.
- IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XIV, Rio de Janeiro, p. 45-49. 1957.
- \_\_\_\_\_, 1975, Boa Vista / Roraima Folha NA./NB.20. Ministério das Minas e Energia. Escala 1:1 000 000. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_, 1982, Rio Tacutu RR – Folha NA.20-X-B-VI MI-41. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Escala 1:100 000. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_, 1983, Bonfim RR - Folha NA.21-V-A-VI MI-42. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Escala 1:100 000. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_, 1992 Manual Técnico da Vegetação Brasileira, nº 1, Rio de Janeiro.

ISA, Adonias, A cartografia da região amazônica: catálogo descritivo: 1500-1961. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Rio de Janeiro. 1963.

JOBIM, Anísio. Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas. Ed. Sérgio Cardoso & CIA. LTDA, Manaus. 1927.

KRIEGER, M. da G. et FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia teoria e prática*. 2003.

KOCH-GRÜNBERG, T. Dois Anos entre os Indígenas – Viagens no Noroeste do Brasil. Faculdade Salesiana Dom Bosco. EDUA. Manaus. (1903-1905) 2005.

\_\_\_\_\_, Do Roraima ao Orinoco. 1 vol.. Editora UNESP. São Paulo. (1917) 2006.

\_\_\_\_\_, A distribuição dos povos entre rio Branco, Orinoco, rio Negro e Yapurá. EDUA. Ed. INPA. Manaus. (1922) 2006.

LIMA FIGUEIREDO, “As savanas do Rio Branco” in *Bol. Geográfico*, ano VI, nº 66, p. 601-603. 1948.

LYONS, J., *New Horizons in Linguistics*. Penguin Books. London. 1975.

\_\_\_\_\_, *Introdução à lingüística teórica*. Ed. Nacional e Ed. da USP. São Paulo. 1979.

MAGALHÃES, José V. Couto de. *O selvagem*. Livraria Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1975.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação*. In: DURHAM, E., *Antropologia*. São Paulo: Ática. 1986.

MARTINELLI, Marcelo. *Mapas da Geografia e Cartografia Temática*. São Paulo. Contexto. 2003.

MARTINS, Antônio, “Território do Rio Branco”, in *Diário do Congresso*, ano II, nº 175, p. 6601-6605. 1947.

MELLO, Octaviano, *Topônimos Amazonenses (Nomes das cidades amazonenses, sua origem e significação)*, Governo do Estado do Amazonas, Manaus. 1967.

METRAUX, Alfred. *Les migrations historiques des Tupi-guarani*. Maisonneuve Frères. Paris. 1927.

MIGLIAZZA, E. C. *Languages of the Orinoco-Amazon basin: current status*.

*Antropologica* 53:95-162. Caracas, Fundacion La Salle. 1980.

MONTEIRO, M. Ypiranga. A Capitania de São José do rio Negro. Editora Valer. 4 Ed. Manaus. (1949) 2002.

MORAES, Raymundo. Amphitheatro Amazônico. Comp. Melhoramentos de São Paulo. São Paulo. 1936.

MUSSOLINI, Gioconda. Notas sobre o conceito de molestia, cura e morte entre os índios Vapidianá. in: *Sociologia*. vol. VI, nº 2. São Paulo. 1944. p. 134-155.

NGILA, Bompoti. *Expérience végétale bolia* (Republique Démocratique du Congo) Catégorisation, utilisation et dénomination des plantes. Köln: Köppe. 2000.

NIMUENDAJÚ, Curt. Reconhecimento dos rios Içana; Ayari e Uaupés. Relatório Apresentado ao Serviço de Proteção aos índios do Amazonas e Acre. 1927. In: *Journal de la Société des Américaniste*. N.S. XXXIX, Paris 1959. p. 125-192.

\_\_\_\_\_, Mapa Etno-Histórico. IBGE. Rio de Janeiro. (1987) 2002.

NUNES, Osório. “O território do Rio Branco e a valorização da Amazônia”, in *Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, vol. III, Rio de Janeiro, p. 315-341. 1949.

OLIVEIRA, Avelino Inácio de. “Bacia do Rio Branco” in *Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, Bol. n.º 37, Rio de Janeiro. pp. 3-69. 1929.

ORICO, Osvaldo Vocabulário de credices Amazônicas. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1937

OURIQUE, Jaques. O vale do Rio Branco. Manaus. 1906.

PAYNE, David L. A classification of Maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In: D. C. Derbyshire & G. K. Pullum. *Handbook of Amazonian languages*. Berlin/New York. Mouton – De Gruyter, v. 3:355-499. 1991.

PEREIRA, José V. da Costa. Campos do Rio Branco. In *Revista Brasileira de Geografia*. 1942.

PEREIRA, Luciano, O Rio Branco (Observações de viagem). Manaus. 1917.

POP, S. La Dialectologie. Aperçu historique Methodes d'enquêtes linguistiques. Première partie: Dialectologie Romane. Publications Universitaires de Louvain. Belgique. 1950.

POSEY, D. A. Etnobiologia: Teoria e Prática. p. 1-16 in: *RIBEIRO, Berta (Coord.) Suma Etnológica. I Etnobiologia. Edição atualizada do handbook of South American Indians*. 3ª Ed. Editora da Universidade Federal do Pará. Belém. (1986) 1997a

\_\_\_\_\_, Manejo da Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó). p. 199-214. in: RIBEIRO, Berta (Coord.) Suma Etnológica. I Etnobiologia. Edição atualizada do *handbook of South American Indians*. 3ª Ed. Editora da Universidade Federal do Pará. Belém. (1986) 1997b

POTIER, B. L'etnolinguistique. *In Langages*. nº 18. Paris. 1970. p. 1-11

RAMIREZ, Henri. Línguas Arawak da Amazônia Setentrional. Comparação e descrição. EDUA. Manaus. 2001.

RATZEL, F. (1891) A Geografia do Homem (Antropogeografia). in: MORAES, Antônio (Org.) Ed. Ática. São Paulo. 1990.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas. Ed. Loyola. 2ª edição. São Paulo, (1986) 1994.

SAMPAIO, F. X. Ribeiro de. "Relação geographico-historica do Rio Branco da América Portuguesa", in Rev. Trimestral de História e Geographia, Tomo XIII, Rio de Janeiro, pp. 200-273. (1777) 1872.

SAMPAIO, Theodoro. O Tupi na Geografia Nacional. Brasiliana. São Paulo. 1987 (1901).

SANTOS, F. Martins. "A propósito dos topônimos indígenas". *In Revista Brasileira de Geografia*, vol. 1 (4), Rio de Janeiro. p. 113-116. 1939.

SANTOS, M. Gomes dos. Uma gramática do Wapixana (Aruák) - Aspectos da fonologia, da morfologia e da sintaxe. *Tese de Doutorado*. Unicamp. 2006.

SAPIR, Edward. *Lingüística como ciência: ensaios*. Acadêmica. Rio de Janeiro. (1911) 1969.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA R. Lobato e ROSENDAHL Z. (Orgs.). *Paisagens, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: ED. UERJ. 2004.

SEEGER. A. e CASTRO E. Terras e Territórios Indígenas no Brasil. in: *Encontros com a civilização brasileira*. V. 12. Rio de Janeiro. 1979. p. 101-114.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. "Documento oficial sobre o Rio Branco ou Parima", in *Rev. Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, tomo VI, N.º 21, pp. 84-90. 1844.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, 2005.

SILVA, E. L. S. "A Vegetação de Roraima" in *Barbosa R.I., Ferreira E.J.G.(org.) Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*, INPA. Boa Vista. p. 401-415. 1997.

SILVA, Orlando Sampaio, “Os grupos tribais do Território de Roraima”. *In Revista de Antropologia*, XXIII, São Paulo, USP, p. 69-89. 1980.

\_\_\_\_\_, “Sociedade Wapixána: ritos e mitos (registros preliminares)”. *In Revista do Museu Paulista*, N.S, XXX, São Paulo, p. 149-164. 1985.

SOARES, Lúcio de Castro. “Território de Rio Branco”, *in Boletim Geográfico*, ano II, n. ° 17, p. 668-670. 1944.

SOCTCHAVA, V. B. Por uma teoria de Classificação de Geossistemas de vida terrestre. *In: Biogeografia*. V. 14. USP – Instituto de Geografia. São Paulo. 1978 (1972).

SOUZA, André Fernandes de. “Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas” *in Rev. do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 4º trimestre, tomo 10, p. 411-504. 1848.

STRAUSS, C. Antropologia Estrutural I. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1996.

\_\_\_\_\_, O Pensamento Selvagem. Companhia da Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1970. (1962).

SUCKNOW, Gustavo. “ O Rio Branco” *in Rev. da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Bol. IV, tomo VII. p. 276-280. 1891.

SRTADELLI, E. “O Rio Negro, o Rio Branco, o Uaupés”. *In T. Isenburg (org.), Naturalistas Italianos no Brasil*. São Paulo, Ed. Ícone. p. 203-305. (1889) 1991.

\_\_\_\_\_, “Vocabulário da língua-geral”, *in Rev. do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 158, Rio de Janeiro. 1929.

TAKEUCHI, Masayuki. “A estrutura da Vegetação na Amazônia: II as Savanas do norte da Amazônia”. *In Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Botânica nº7, Belém. p. 1-21. 1960.

TANSLEY, A. G. The use and abuse of vegetatíal concepts and terms. *In Ecology* 16 (3). Lancaster. p. 206-307. 1935.

TAPAJÓS, Torquato, “Estudos sobre o Amazonas: O Rio Branco” *in Rev. da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo X, 1º ao 4º Bol. p. 1-33. 1894.

TATE, G. H. H., “Notas sobre a região do monte Roraima” *in Bol. Geográfico*, ano III, n.º 33, p.1173-1182. 1945.

TAUNAY, Afonso Zoologia fantástica do Brasil. Edusp/Museu Paulista, São Paulo, (1934) 1999.

TODOROV, T. A conquista da América. A questão do outro. Martins Fontes. São Paulo. 1996.

TRACY, Frances V. Wapishana phonology. *In: Languages of the Guianas*. Org. by Joseph E. Grimes. Summer Institute of Linguistics Publication. 1972.

TROPMAIR, Helmut., A Cobertura Vegetal Primitiva do Estado de São Paulo. *Biogeografia* v.1. São Paulo. 1969.

\_\_\_\_\_, Geossistemas e Geossistemas Paulistas. Ed. do Autor. Rio Claro - SP. 2000.

ULMANN, Stephen. *Semântica uma introdução à ciência do significado*. Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª Ed. Lisboa, 1964.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In: CUNHA, M. C. História dos Índios no Brasil*. 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Objetiva. Rio de Janeiro, 2000.

VANZOLINI, P. E. Índice dos topônimos contidos na carta do Brasil 1:1000000 do IBGE. São Paulo: Fapesp. 1968.

WIRTH. M. “Lendas dos índios Vapidiana”. *In Revista do Museu Paulista*. N.S., IV, São Paulo. p. 165-216. 1950.

## LISTA DE PALAVRAS

Português	Wapixana
1. Água Boa	<i>Wyn Kaimena'u</i>
2. Alto Arraia	<i>Dybaruwa'u Dukuit</i>
3. árvore	<i>kumaká</i>
4. barba de bode	<i>pukuz dikei</i>
5. Boa Vista	<i>KuwyPire</i>
6. Bom Jesus	<i>Kaimena'u Jissu</i>
7. buriti	<i>diywyz</i>
8. buritizais	<i>diywyzbau</i>
9. burutirana	<i>burucuxi</i>
10. cabeça	<i>ruay</i>
11. Cachoerira do Sapo	<i>Kiberupau</i>
12. caimbé	<i>iminhari</i>
13. campinarana	<i>maparary</i>
14. campo	<i>baaraz</i>
15. campo aberto, campo sujo	<i>baaraz aray'u</i>
16. campo alagado	<i>baaraz karixi</i>
17. campo bom, campo limpo	<i>baaraz kaimena'u</i>
18. campo bonito	<i>baaraz kunainima'u</i>
19. campo cerrado	<i>baaraz kazamaka'u</i>
20. campo queimado	<i>baaraz kawau</i>
21. campo verde	<i>baaraz kuriu</i>
22. campos	<i>baaraznau</i>
23. capim	<i>pinid</i>
24. cerrado	<i>kazamaka'u</i>
25. congonha	<i>xakui</i>
26. Cumarú	<i>Kumaru</i>
27. cupiúba	<i>piwera</i>
28. embaúba	<i>tuury</i>
29. escada de jabuti	<i>wiradapuz</i>
30. floresta	<i>kanuku</i>
31. gado	<i>tapi'iz</i>
32. ig. da Canoa	<i>Kanawa'u</i>
33. ig. do Arumã	<i>Mukuruwa'u</i>
34. ig. do Cavalo	<i>Cawarowa'u</i>
35. ig. do Lagarto	<i>Kuituwa'u</i>
36. igarapé	<i>wa'u</i>
37. ilha da Onça	<i>Kuduidin</i>

38. ilha de mata / capão	<i>kanuku katunary</i>
39. inajá	<i>pukurid</i>
40. Jabuti	<i>Wirada</i>
41. Jacamim	<i>Namati</i>
42. jenipapo	<i>saunuro</i>
43. lua	<i>kayz</i>
44. lua cheia	<i>kayz wawenchan</i>
45. lua clara	<i>kayz kanedepan</i>
46. lua enrolada	<i>kayz kuraidan</i>
47. lua escondida	<i>kayz maritypan</i>
48. Malacacheta	<i>Pyratadyk</i>
49. mandíbula	<i>iawaa'y</i>
50. Marupá	<i>Kaziweruna</i>
51. miri	<i>umiz</i>
52. mirixi	<i>idinha</i>
53. murici	<i>muzii</i>
54. Muriru	<i>Waradi</i>
55. Olho d'Água	<i>WynWain</i>
56. paricarana	<i>mach</i>
57. pedra dura	<i>biziay</i>
58. pedra jacaré	<i>kyba aturi</i>
59. Pium	<i>Mari'u</i>
60. rio	<i>wauz</i>
61. rio Arraia	<i>Dybaruwa'u</i>
62. rio da Flecha	<i>Takutuwa'u</i>
63. rio Jacamim	<i>Namatiwa'u</i>
64. rio Perigoso	<i>Manawa'u</i>
65. rio Urubu	<i>Watuwa'u</i>
66. roça	<i>zakap</i>
67. salva de campo	<i>maritan</i>
68. São João	<i>Kaimena'u Duruna João</i>
69. serra	<i>dyky'u</i>
70. serra da Lua	<i>Kayzdyky'u</i>
71. serra do Pium	<i>Mariudyky'u'</i>
72. Serra do Sol	<i>Kamudyky'u</i>
73. sucúba	<i>maú</i>
74. Tabalascada	<i>Parank Tadaukal</i>
75. inverno	<i>windun</i>
76. verão	<i>kamudun</i>
77. transformando em mata	<i>kanuktinham</i>
78. Wapixana	<i>Wapichan</i>

79. Wapum

*Wapum*

**Wapixana**

**Português**

1.	<i>baaraz</i>	campo
2.	<i>baaraz aray'u</i>	campo aberto, campo sujo
3.	<i>baaraz kaimena'u</i>	campo bom, campo limpo
4.	<i>baaraz karixi</i>	campo alagado
5.	<i>baaraz kawau</i>	campo queimado
6.	<i>baaraz kazamaka'u</i>	campo cerrado
7.	<i>baaraz kunainima'u</i>	campo bonito
8.	<i>baaraz kuriu</i>	campo verde
9.	<i>baaraznau</i>	campos
10.	<i>biziay</i>	pedra dura
11.	<i>burucuxi</i>	burutirana
12.	<i>Cawarowa'u</i>	ig. do Cavalo
13.	<i>diywyz</i>	buriti
14.	<i>diywyzbau</i>	buritizais
15.	<i>Dybaruwa'u</i>	rio Arraia
16.	<i>Dybaruwa'u Dukuit</i>	Alto Arraia
17.	<i>dyky'u</i>	serra
18.	<i>iawaa'y</i>	mandíbula
19.	<i>idinha</i>	mirixi
20.	<i>iminhari</i>	caimbé
21.	<i>Kaimena'u Duruna João</i>	São João
22.	<i>Kaimena'u Jissu</i>	Bom Jesus
23.	<i>kamudun</i>	tempo de sol / verão
24.	<i>Kamudyky'u</i>	Serra do Sol
25.	<i>Kanawa'u</i>	ig. da Canoa
26.	<i>kanuktinham</i>	transformando em mata
27.	<i>kanuku</i>	floresta
28.	<i>kanuku katunary</i>	ilha de mata / capão
29.	<i>kayz</i>	lua
30.	<i>kayz kanedepan</i>	lua clara
31.	<i>kayz kuraidan</i>	lua enrolada
32.	<i>kayz maritypan</i>	lua escondida
33.	<i>kayz wawenchan</i>	lua cheia
34.	<i>Kayzdyky'u</i>	serra da Lua
35.	<i>kazamaka'u</i>	cerrado

36.	<i>Kaziweruna</i>	Marupá
37.	<i>Kiberupau</i>	Cachoerira do Sapo
38.	<i>Kuididin</i>	ilha da Onça
39.	<i>Kuituwa'u</i>	ig. do Lagarto
40.	<i>kumaká</i>	árvore
41.	<i>Kumarú</i>	Cumarú
42.	<i>KuwyPire</i>	Boa Vista
43.	<i>kyba aturi</i>	pedra jacaré
44.	<i>mach</i>	paricarana
45.	<i>Manawa'u</i>	rio Perigoso
46.	<i>maparary</i>	campinarana
47.	<i>maritan</i>	salva de campo
48.	<i>Mari'u</i>	Pium
49.	<i>Mariudyky'u'</i>	serra do Pium
50.	<i>maú</i>	sucúba
51.	<i>Mukuruwa'u</i>	ig. do Arumã
52.	<i>muzii</i>	murici
53.	<i>Namati</i>	Jacamim
54.	<i>Namatiwa'u</i>	rio Jacamim
55.	<i>Parank Tadaukal</i>	Tabalascada
56.	<i>pinid</i>	capim
57.	<i>piwera</i>	cupiúba
58.	<i>pukurid</i>	inajá
59.	<i>pukuz dikei</i>	barba de bode
60.	<i>Pyratadyk</i>	Malacacheta
61.	<i>ruay</i>	cabeça
62.	<i>saunuro</i>	jenipapo
63.	<i>Takutuwa'u</i>	rio da Flecha
64.	<i>tapi'iz</i>	gado
65.	<i>tuury</i>	embaúba
66.	<i>umiz</i>	miri
67.	<i>Wapichan</i>	Wapixana
68.	<i>Wapum</i>	Wapum
69.	<i>Waradi</i>	Muriru
70.	<i>Watuwa'u</i>	rio Urubu
71.	<i>wa'u</i>	igarapé
72.	<i>wauz</i>	rio
73.	<i>windun</i>	tempo de chuva / inverno
74.	<i>Wirada</i>	Jabuti
75.	<i>wiradapuz</i>	escada de jabuti
76.	<i>Wyn Kaimena'u</i>	Água Boa

77. *WynWain*

78. *xakui*

79. *zakap*

Olho d'Água

congonha

roça

## **ANEXOS**



Anexo – A

Carta da América do Sul, Atlas Mercator-Hondius. 1606.

Fonte: Instituto Cultural Banco Santos. O tesouro dos mapas – a cartografia na formação do Brasil. São Paulo. s/d. (meio digital).



Anexo B

Guiana – Região Amazônica. Atlas Major. Guilherme Blaeus. Holanda, 1662.  
Fonte: Abril Cultural. Mapas Históricos Brasileiros. Grandes Personagens da nossa história. s/d. Prancha 52.



### Anexo C

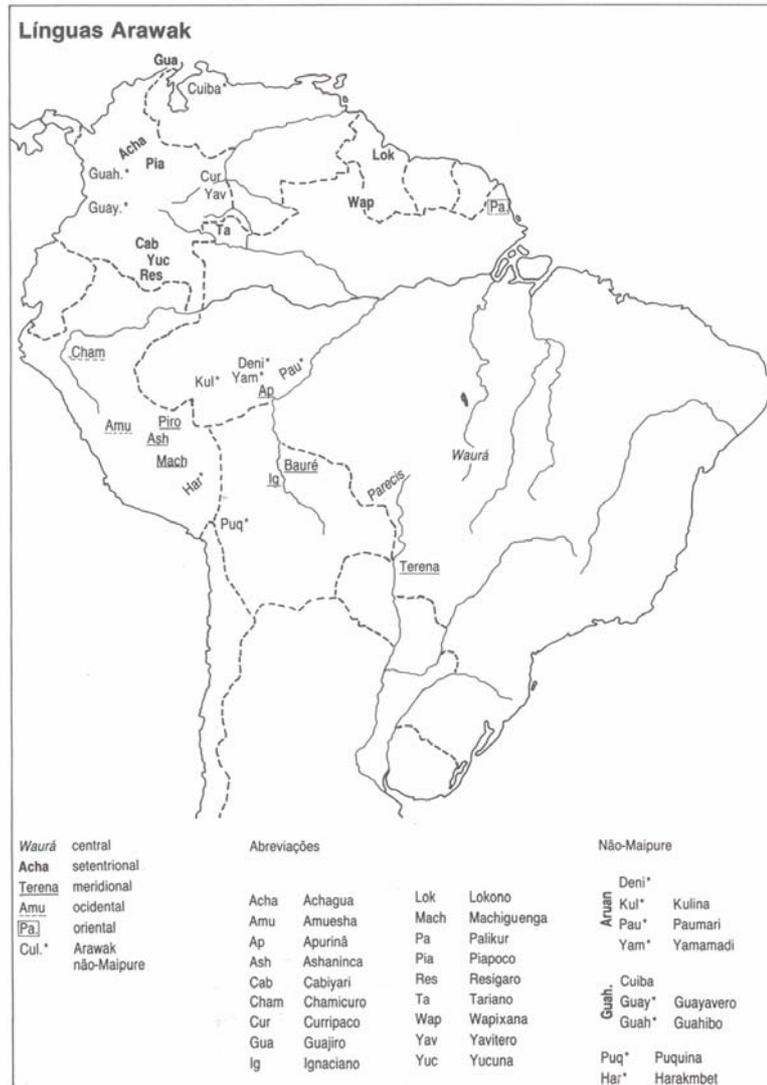
Parte da Carta Geográfica das viagens [ilegível] feitas nas Capitanias do R. Negro e Mato Grosso desde año de 1780 até o de 1789 para servirem de baze à demarcação dos Limites [ilegível] das ditas cap.<sup>ias</sup> a respeito dos Domínios Hespanhoes a ellas contíguos pelo Dr. Em Mathemática Joze Joaquim Victorio da Costa.

Fonte: ISA, Adonias, A cartografia da região amazônica: catálogo descritivo: 1500-1961. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Rio de Janeiro. 1963, p. 530.



#### Anexo D

Carta Geográfica dos rios Takutu, Mapouerre, Trombetta, Essequibo. Henry Coudreau. 1887.  
Fonte: COURDREAU, H. A. Voyage a travers: Les Guyanes et L'Amazonie. Atlas. Librairie Coloniale, Paris. 1887.



### Anexo E

Distribuição Geográfica das Línguas Arawak e as 5 subdivisões da família Maipure e outras Não-Maipure.  
 Fonte: URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. História dos Índios no Brasil. 1998, p. 95.